



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO N. 25, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

[Conversão da Resolução n. 21, de 29 de setembro de 2023, *ad referendum*]

Homologa a aprovação da atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem – Bacharelado, versão 2023, da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional.

A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal do Amapá, na forma do que estabelece o Art. 14, inciso VII do Estatuto UNIFAP, c/c o Art. 17, inciso XVIII do Regimento Geral da Instituição; e ainda com o Art. 24, inciso IV, do Regimento do CONSU, e

CONSIDERANDO:

1. Os autos do Processo n. 23125.009088/2013-19, autuado em 12/04/2023, que versa sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem – Bacharelado, versão 2023, da Universidade Federal do Amapá/*Campus* Binacional;
2. O Parecer Técnico acerca da matéria em epígrafe, de autoria do Conselheiro Steve Wanderson Calheiros de Araújo, bem como a minuta de Resolução que o acompanha, aprovados em 19/09/2023, na Câmara de Ensino, Interiorização e Assuntos Comunitários, do Conselho Universitário (CEEIAC/CONSU);
3. A decisão do Plenário do CONSU, em sua 10ª sessão ordinária, realizada no dia 10/10/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a aprovação da atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem – Bacharelado, versão 2023, da Universidade Federal do Amapá/*Campus* Binacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá.

Macapá/AP, 23 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIO CESAR SA DE OLIVEIRA
Data: 23/10/2023 16:33:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
Presidente/CONSU



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS BINACIONAL OIAPOQUE

PROJETO PEDAGÓGICO DE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ENFERMAGEM

Oiapoque - Amapá
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS BINACIONAL OIAPOQUE

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Me. Christiano Ricardo dos Santos

Coordenador de Ensino de Graduação: Huana da Silva Furtado

INTEGRANTES DO COLEGIADO DE ENFERMAGEM

Coordenador do Curso/ Docente: Prof. Me. Paulo Cezar Gonçalves da Silva

Docentes:

Prof. Me. Benedito de Souza Guimarães Junior

Prof^a Me. Heluza Monteiro de Oliveira

Prof^a Dra. Luísa Antônia Campos Barros

Prof. Dr. Luiz Armando Vidal Ramos

Prof. Esp. Renata Simões Monteiro

Prof^a Me. Scheilla Cristina da Silva

Prof. Dra. Veridiana Barreto do Nascimento

INTEGRANTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Presidente: Prof. Me. Paulo Cezar Gonçalves da Silva

Membro: Prof^a Me. Heluza Monteiro de Oliveira

Membro: Prof^a. Dra. Luísa Antônia Campos Barros

Membro: Prof. Dr. Luiz Armando Vidal Ramos

Membro: Prof^a. Me. Scheilla Cristina da Silva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cursos ofertados no <i>Campus</i> Binacional Oiapoque.....	11
Tabela 2 - Características dos municípios de abrangência da UNIFAP.....	13
Tabela 3 - Carga horária curricular do Curso de Enfermagem do <i>Campus</i> Binacional Oiapoque.....	31
Tabela 4 - Banco de Disciplinas Optativas a serem ofertadas pelo Curso de Enfermagem do <i>Campus</i> Binacional Oiapoque.	32
Tabela 5 - Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Enfermagem do <i>Campus</i> Binacional Oiapoque.	51
Tabela 6 - Composição da Coordenação do Curso de Enfermagem do <i>Campus</i> Binacional Oiapoque.....	54
Tabela 7 - Composição do Corpo Docente do Curso de Enfermagem <i>Campus</i> Binacional Oiapoque.....	54

SUMÁRIO

1 INSTITUIÇÃO	10
1.1 A Universidade Federal do Amapá.....	10
1.2 Diretrizes Estratégicas Missão.....	10
1.3 Áreas de Atuação Acadêmica	11
1.4 Inserção Regional.....	12
1.5 Abrangência Regional da UNIFAP	12
1.6 Objetivos e Funções da Universidade.....	13
1.7 Objetivos Estratégicos para o PDI 2020-2026.....	13
2 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO <i>CAMPUS</i> BINACIONAL.....	16
3 CONTEXTUALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	19
3.1 Dados do Curso.....	20
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	21
4.1 Objetivo Geral do Curso	21
4.2 Objetivos Específicos do Curso	21
4.3 Perfil do Profissional Egresso	21
4.4 Organização Curricular / Matriz Curricular (Dada em horas relógio).....	23
4.4.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	24
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	24
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	24
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	25
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela	

3 e explicada em notas relevantes.	25
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	26
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	27
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	28
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	29
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	29
T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.	30
4.5 Fluxograma do Curso.....	33
4.6 Metodologia de Ensino	34
4.6.1 Metodologia de Ensino nas Disciplinas EAD	37
4.6.2 Disciplinas Optativas.....	39
4.7 Atividades Práticas de Ensino	39
4.8 Avaliação do ensino e aprendizagem	40
4.8.1 Avaliação do ensino e aprendizagem nas disciplinas em EAD	41
4.9 Atendimento / Apoio ao Discente.....	41
4.10 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CP N° 1 de 2004 – Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.....	42
4.11 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Lei 9.795 DE 1999 e Decreto 4.281 de 2002 – Política Nacional da Educação Ambiental.....	42
4.12 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CP N° 1 de 2012 – Educação em Direitos Humanos.....	43
4.13 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CES N° 7 de 2018 – Extensão na Educação Superior.....	43
4.14 Atendimento a Portaria N° 2.117 de 6 de dezembro de 2019	44

4.15 Estágio Curricular Supervisionado	44
4.16 Atividades Complementares	45
4.17 Trabalho de Conclusão de Curso	46
4.18 Procedimentos de Avaliação do Ensino-Aprendizagem Avaliação da aprendizagem dos estudantes	47
5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO	47
5.1 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.....	47
5.2 Avaliação do curso.....	49
6 CORPO DOCENTE	51
6.1 O Núcleo Docente Estruturante	51
6.2 Coordenação Do Curso	51
6.2.1 Da Eleição de Coordenador do Curso	51
6.2.2 Funções da Coordenação de Curso	52
6.2.3 Atuação do Coordenador de Curso	52
6.2.4 Participação efetiva do Coordenador do Curso em Órgãos Colegiados Acadêmicos	53
6.2.5 Titulação do Coordenador do Curso	53
6.2.6 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.....	53
6.3 Composição do Corpo Docente/Colegiado.....	54
7 POLÍTICA DE EXTENSÃO	55
8 POLÍTICA DE PESQUISA	56
9 POLÍTICAS DE INCLUSÃO.....	57
9.1 Atribuições do núcleo	58
10 INFRAESTRUTURA	58
10.1 Sala dos professores	58
10.2 Salas de Aula	59
10.3 Biblioteca	59
10.4 Laboratórios	59

10.5 Laboratório de Informática	60
11 REFERENCIAIS E MARCOS REGULATÓRIOS	60
11.1 Referências.....	60
11.2 Normativas utilizadas	61
11.3 Resoluções Internas	63
APÊNDICES	64
APÊNDICE A – EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO DE ENFERMAGEM <i>CAMPUS</i> BINACIONAL OIAPOQUE.	64
ANATOMIA HUMANA e PRÁTICA DE ANATOMIA HUMANA	64
BIOLOGIA CELULAR e MOLECULAR	65
BIOQUÍMICA	66
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM ENFERMAGEM.....	67
CIÊNCIAS SOCIAIS: HOMEM, SOCIEDADE E SAÚDE	68
HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA	69
IMUNOLOGIA.....	70
PARASITOLOGIA HUMANA	70
FISIOLOGIA HUMANA	71
HISTÓRIA E TEORIAS DA ENFERMAGEM	73
MICROBIOLOGIA	73
FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM	74
FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	76
SEMILOGIA E SEMIOTÉCNICA	77
PATOLOGIA GERAL.....	77
GENÉTICA.....	78
PROCESSOS DE ENFERMAGEM	79
SAÚDE COLETIVA.....	80
PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE.....	82
SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA	82
SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA	83
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO BÁSICA	85
EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA.....	87
SAÚDE MENTAL.....	88

SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO NA ATENÇÃO HOSPITALAR.....	89
SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO HOSPITALAR.....	91
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO HOSPITALAR.....	92
ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM.....	92
ENSINO CLÍNICO NA ATENÇÃO BÁSICA.....	93
ENSINO CLÍNICO NA ATENÇÃO HOSPITALAR DE MÉDIA COMPLEXIDADE..	96
ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM.....	98
MÉTODOS E TÉCNICAS PARA O TRABALHO CIENTÍFICOS EM ENFERMAGEM	99
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I).....	100
ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA.....	101
ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.....	102
ENFERMAGEM EM ALTA COMPLEXIDADE.....	103
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II).....	104
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.....	105
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....	106
APÊNDICE B – EMENTAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS CURSO DE ENFERMAGEM <i>CAMPUS</i> BINACIONAL OIAPOQUE.....	108
INTERPRETAÇÕES DE EXAMES LABORATORIAIS.....	108
ENFERMAGEM NO CONTEXTO ÉTNICO CULTURAL.....	109
INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS.....	110
PLANTAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS.....	111
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE.....	112
NUTRIÇÃO E DIETOTERAPIA.....	113
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS).....	114
INFORMÁTICA APLICADA À SAÚDE.....	115
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS.....	116
FRANCÊS INSTRUMENTAL.....	117
INGLÊS INSTRUMENTAL.....	118
DIDÁTICA GERAL.....	118
ENTOMOLOGIA FORENSE.....	119
ATENÇÃO INTEGRAL AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS...	120
CONSULTA DE ENFERMAGEM.....	121
ATENÇÃO INTEGRAL ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA (AIDPI)..	122

SEMINÁRIOS INTEGRADORES DE ENFERMAGEM I	123
SEMINÁRIOS INTEGRADORES DE ENFERMAGEM II	124
CITOGENÉTICA.....	124
EVOLUÇÃO HUMANA	125
METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM.....	126
NEUROANATOMIA	127
ATUALIZAÇÃO EM IMUNIZAÇÃO	128
BIOSSEGURANÇA	128
MATEMÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM.....	129
APÊNDICE C - REGULAMENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS.....	130
APÊNDICE D - NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	136
APÊNDICE E - REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	141
APÊNDICE F – REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	149
APÊNDICE G - REGIMENTO DOS LABORATÓRIOS DO CURSO	153
REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE MORFOFISIOLOGIA E IMUNOPARASITOLOGIA	154
REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENFERMAGEM	160

1 INSTITUIÇÃO

1.1 A Universidade Federal do Amapá

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com sede principal no *Campus Marco Zero do Equador*, localizado no endereço Rodovia Juscelino Kubitschek, KM-02 do Bairro Jardim Marco Zero Macapá - AP CEP 68.903-419, iniciou suas atividades em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá.

Na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União. Em 1991, com a nomeação de um reitor pró tempore, a UNIFAP realiza o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Com isso, institui-se de fato a Fundação Universidade Federal do Amapá. A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções:

1. Ministar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;
2. Desenvolver as ciências, as letras e as artes;
3. Prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
4. Promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

1.2 Diretrizes Estratégicas Missão

Promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo

para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica.

Visão

Ser norteadora da construção de conhecimentos, gestão e competências, fomentando o desenvolvimento regional.

Valores

Ética e responsabilidade; Transparência e prestação de contas; Comprometimento e participação; Inclusão e equidade; Sustentabilidade; Qualidade e eficiência.

1.3 Áreas de Atuação Acadêmica

A Universidade Federal do Amapá desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para a cidadania e o desenvolvimento nacional e amazônico na qual está inserida.

Em relação à graduação, no *campus* Marco Zero do Equador, localizado na capital amapaense, a UNIFAP possui 26 (vinte e seis) cursos de graduação distribuídos em 7 (sete) Departamentos Acadêmicos, conforme as áreas de atuação dos cursos. No *campus* Binacional do Oiapoque, localizado no município do Oiapoque, são 8 (oito) graduações. O *campus* de Mazagão possui 2 (dois) cursos de graduação e o de Santana 4 (quatro) cursos de licenciatura.

Tabela 1- Cursos ofertados no *Campus* Binacional Oiapoque.

<i>Campus</i> Oiapoque						
Cursos	Vagas Anuais	Turno	Conceito			Ano de Implantação
			CC	CPC	ENADE	
Intercultural Indígena – Licenciatura	30	Período Intervalar	4	2	2	2007
Ciências Biológicas – Licenciatura	50	Vespertino-Matutino	3	2	2	2014
Enfermagem	50	Vespertino	3	2	2	2014
Direito	50	Noturno	2	3	3	2014
Geografia – Licenciatura	50	Noturno-Vespertino	4	3	2	2014
História – Licenciatura	50	Vespertino	3	3	2	2014
Letras/Português/Francês	35	Noturno-Vespertino	3	*	*	2014

Fonte: Departamento de Avaliação/PROPLAN/Unifap, 17/12/2019.

* Curso não possui os indicadores (CPC, ENADE), pois não participa do ciclo avaliativo do Enade.

Fonte: PDI 2020-2026 UNIFAP

1.4 Inserção Regional

A Universidade Federal do Amapá, consciente da sua missão social para o desenvolvimento do estado do Amapá, em 1996 começou a discutir com o governo estadual e as prefeituras municipais o processo de interiorização de suas ações para a formação de mão de obra qualificada, chegando aos extremos Norte e Sul do estado, nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque. Diante dos desafios para implantar o primeiro programa de interiorização, a Universidade Federal do Amapá elaborou o “I Projeto Norte de Interiorização” para ofertar cursos de graduação à população do interior. Com o apoio das prefeituras e do Governo do Estado, em 1999 firmou-se o primeiro programa de interiorização em regime modular, no período de recesso escolar (janeiro, fevereiro e julho), com sistema intensivo de oito horas/aula diárias, conforme a estrutura curricular de cada curso.

O primeiro programa ocorreu no período de 1999 a 2004. Com a conclusão do primeiro programa de interiorização, a Universidade deu sequência ao II Programa de Interiorização que, além de atender uma demanda específica de professores das redes estadual e municipal, passou a olhar a população oriunda do ensino médio, com isso oportunizando a população do interior ao acesso ao ensino superior. A partir das experiências e das dificuldades encontradas nos dois programas e da necessidade de expandir e implementar novas ações voltadas ao processo de interiorização da Universidade, a UNIFAP fixou suas atividades no contexto da interiorização e hoje se apresenta com campi efetivos, funcionando com recursos financeiros e quadro de pessoal próprios, em 3 (três) municípios: o *Campus* Oiapoque (denominado *Campus* Binacional), que atua com 8 (oito) cursos; o *Campus* Santana, com a oferta do curso de Arquitetura desde sua criação em 2006 e, no ano de 2015, se amplia com o ingresso de mais 200 acadêmicos e com mais 4 (quatro) cursos de licenciatura; e o *Campus* de Mazagão, que oferece o curso de Licenciatura em Educação do Campo: Agronomia e Biologia. Além desses 3 (três) campi, a Universidade possui estrutura física nos municípios de Amapá, Laranjal do Jari e Tartarugualzinho. E, ainda áreas para futuras instalações no município de Porto Grande.

1.5 Abrangência Regional da UNIFAP

A atuação da Universidade Federal do Amapá não se restringe aos municípios onde a Instituição possui campi ou estrutura física: abrange os municípios, cidades e distritos ao redor desses municípios, ampliando a essas populações o acesso ao ensino superior e às ações de

pesquisa e extensão realizadas pela UNIFAP. Os campi do Marco Zero do Equador (Macapá), Santana, Mazagão, Laranjal do Jari e Binacional do Oiapoque têm o potencial de beneficiar cerca de 576.949 pessoas (IBGE, 2010), aproximadamente 86% da população do estado do Amapá. Somando-se os municípios nos locais onde a UNIFAP possui estrutura física, o total de habitantes atingidos chega a 597.581 (IBGE, 2010), cerca de 89% da população amapaense.

Tabela 2 - Características dos municípios de abrangência da UNIFAP.

Município	População	IDHM ¹	Mat. EM ²
Macapá	512.902	0.733	24.285
Santana	123.096	0.692	5.725
Oiapoque	27.906	0.658	1.300
Laranjal do Jari	51.362	0.665	2.259
Mazagão	22.053	0.592	752
Amapá	9.187	0.642	462
Tartarugalzinho	17.769	0.592	430

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020); 1- IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IBGE, 2010); 2 – Mat. EM: matrículas no ensino médio (IBGE, 2012).

1.6 Objetivos e Funções da Universidade

A Universidade Federal do Amapá como instituição de ensino superior tem por objetivos e funções:

1. Ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão.
2. Desenvolver as ciências, as letras e as artes.
3. Prestar serviços e entidades públicas e privadas e a comunidade em geral.
4. Promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

1.7 Objetivos Estratégicos para o PDI 2020-2026

A Universidade Federal do Amapá elenca em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, 28 objetivos estratégicos para o fortalecimento das atividades acadêmicas que se listam abaixo:

1. Contribuir com o avanço científico e tecnológico para o desenvolvimento sustentável

- da região amazônica;
2. Promover formação cidadã e profissional para fomentar a integração com a sociedade;
 3. Impulsionar a gestão universitária democrática por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão;
 4. Aprimorar as políticas de acessibilidade e inclusão social;
 5. Implementar políticas de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação;
 6. Implementar políticas de atualização curricular;
 7. Promover o uso de tecnologias e metodologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem;
 8. Otimizar o uso de espaços, materiais e equipamentos para elevar a qualidade do ensino;
 9. Fortalecer a assistência estudantil e proporcionar condições de permanência aos discentes na Universidade;
 10. Promover a integração da universidade com a sociedade;
 11. Impulsionar a extensão universitária para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
 12. Estimular a participação de técnicos administrativos em programas de pós-graduação;
 13. Fortalecer os programas de pós-graduação;
 14. Incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica;
 15. Consolidar as ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas às realidades locais;
 16. Estabelecer mecanismos para a efetivação da autonomia acadêmica, administrativa e financeira;
 17. Promover a internacionalização e a cooperação Interinstitucional;

18. Incentivar intercâmbio e mobilidade acadêmica;
19. Implementar mecanismos e práticas de governança pública a partir do planejamento integrado;
20. Adequar a estrutura organizacional da Universidade;
21. Institucionalizar e fortalecer políticas e práticas de gestão de pessoas;
22. Implementar ações inovadoras de gestão de pessoas;
23. Fortalecer a governança de T.I.;
24. Fortalecer ações de planejamento, com vistas à definição da política de infraestrutura;
25. Priorizar ações de infraestrutura de acordo com o planejamento estratégico;
26. Criar e implementar políticas de captação de recursos;
27. Implantar políticas de economicidade e otimização no uso dos recursos;
28. Priorizar a alocação de recursos por meio de iniciativas estratégicas.

2 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO CAMPUS BINACIONAL

A implantação de um Curso de Graduação em Enfermagem no Município de Oiapoque foi uma importante iniciativa para a sociedade Amapaense e toda a Região Norte, pois tem por objetivo contribuir à melhoria da assistência à saúde de uma Região do Estado do Amapá que é bastante distante da Capital e que possui uma diversidade cultural bastante peculiar, agregando desde populações ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas de diferentes grupos étnicos. Além desta diversidade, aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais trazem especificidades e peculiaridades em relação à situação de saúde neste local. Desta maneira, formar profissionais qualificados para o trabalho e passíveis de compreensão destas situações é de extrema importância dada a vulnerabilidade desta população a diversos agravos.

O estado do Amapá está localizado no extremo Norte do Brasil. Faz fronteira com o Pará, Suriname e Guiana Francesa. Possui área de 143.453 Km², distribuídos em 16 municípios. Sua densidade demográfica é de aproximadamente 3,33 habitantes por quilômetros quadrados. Conforme dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do estado do Amapá é de 668.689 habitantes, correspondendo a 0,35% do contingente populacional do Brasil, dado considerado baixo quando comparado as outras regiões do país, entretanto, o que chama a atenção é o significativo aumento da população representando uma das maiores médias de crescimento demográfico do país, cerca de 3,4% ao ano. Desse total, 334.674 são do sexo masculino (50,05%) e 334.015 (49,95%) feminino. Aproximadamente 600.561 residem em área urbana e 68.126 habitantes residem em área rural. A capital, Macapá, abriga mais da metade da população estadual: 397.913 habitantes, sendo que 380.937 na área urbana e 16.976 em área rural. Com sua formação étnica diversificada existe no Estado grupo de origem afrodescendente e indígena (IBGE, 2010).

O município do Oiapoque se encontra no extremo norte do Estado, fazendo fronteira com a Guiana Francesa e outros municípios do Estado como Calçoene e Laranjal do Jari. Esta posição geográfica contribui para que exista uma relação estreita, tanto em termos sociais, como econômicos e políticos, entre o município do Oiapoque e o distrito francês, considerando que seus limites fronteiriços com outros municípios se estabelecem através da floresta e dos parques inseridos em seu território. Está distante da capital, Macapá, cerca de 600 km e seu acesso conta com uma estrada ruim que em algumas épocas do ano se tornam intratáveis dificultando idas e vindas, inclusive na necessidade de cuidados a saúde.

Apesar da existência dos acordos comerciais e intercâmbio científico e cultural com a Guiana Francesa o distanciamento deste município da Capital do Estado contribui para a escassez de profissionais da saúde que possam atender as demandas deste tipo de cuidados apresentada pela população que reside no Oiapoque. Igualmente o processo de formação de Enfermeiros na Guiana Francesa se dá de forma diversa e distancia uma possibilidade de inserção de profissionais formados em um país de exercer suas atividades em outro.

Por este, e outros motivos já citados, vê-se a necessidade de formação a nível local (Oiapoque) de profissionais de saúde dentre os quais se destacam os profissionais de enfermagem para atender às reais necessidades de saúde dessa população, a qual se vê afetada devido ao isolamento geográfico (extremo nortado país, com acesso somente aéreo ou fluvial) dos grandes centros de formação especializada e produção do conhecimento e tecnologia na área de saúde.

A Universidade, consciente de seu papel social e compromissada com a melhoria na qualidade de vida da população e com o desenvolvimento socioeconômico do Amapá, apresenta o projeto do curso de Bacharelado em Enfermagem a espera de que o mesmo contribua com o desenvolvimento da região norte do Estado do Amapá. O mesmo baseia-se no documento legislativo do ensino de Enfermagem (Resolução CNE/CES Nº 03 de 07/11/01) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, direcionam a formação dos recursos humanos da área reassumindo o compromisso fundamental que é a melhora na qualidade do ensino e da assistência. Ação esta que terá como cenários os locais onde acontecerá a formação do Enfermeiro: sala de aula, laboratórios, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família (PSF), Unidades Hospitalares, Comunidades, Escolas, Creches e Abrigos nos quais os atores envolvidos (docentes, acadêmicos, comunidade, usuários, funcionários das unidades de saúde e escolas) serão pontos de junção que visam efetivar a realização do trabalho pedagógico proposto nas disciplinas do curso.

Neste contexto, o currículo proporciona a formação de profissionais dotados de conhecimentos e habilidades, que ao confrontar-se no cotidiano com a estrutura das instituições de serviços, possa contribuir para a melhoria destes, ampliando, também, o acesso a população local.

Ao incorporar o alcance das dimensões transformadoras da proposta curricular necessária à formação de profissionais, estes serão capazes de apresentar alternativas que permitam analisar o campo de atuação e conhecer as distintas práticas sociais, os objetivos e

processos envolvidos em cada uma dessas práticas; bem como a função econômica e o espaço social em que se encontram. As mudanças nos padrões educacionais e os avanços tecnológicos, assim como um quadro de docentes capacitados são necessários para garantir a sustentabilidade pela definição de competências relativa a novos saberes.

Entendemos que a verdadeira reorganização do currículo por ora proposto encontra-se atendendo as diretrizes de ensino, mediante as realidades locais. A Resolução nº 03/2001 no seu art. 3º e 4º, tratam da formação do Enfermeiro generalista, distinguem as competências e habilidades que este profissional deverá ter mediante a conclusão do curso: Atenção à saúde, tomada de decisão, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente. Essas habilidades ao serem trabalhadas na formação do Enfermeiro permitirão o cumprimento e a implementação do SUS nas instituições locais, o que contemplará um atendimento de qualidade da demanda local.

Dessa maneira, o projeto pedagógico idealizado nesta proposta, centra-se nas diretrizes educacionais e orienta-se para preparar o acadêmico nas questões sociais, interpreta a tarefa educativo-assistencial do momento com intervenções na realidade encontrada, redimensiona o currículo e desenvolve a prática nos módulos estruturais nas áreas temáticas formais do conhecimento de valores éticos, sociais, políticos e profissionais.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O curso de Enfermagem no Brasil foi criado oficialmente em 1950, obtendo reconhecimento pela Lei nº 1.254-50. Seu currículo mínimo obedece a Resolução do Conselho Federal de Educação. Sua existência e prática no Estado do Amapá fixaram-se através do Decreto 98.997 de 02 de Março de 1990, que institui de acordo com o disposto no Artigo 1º da Lei nº 7.530 de 29 de Agosto de 1986, a Fundação Universidade Federal do Amapá-UNIFAP e portaria do Ministério da Educação nº 863 de 10 de Setembro de 1990, que aprova o estatuto da Fundação Universidade Federal do Amapá, o que garantiu a criação do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem o *campus* Marco Zero em Macapá, com Carga Horária Total: 5000 h, Carga Horária Teórica: 2.415h, Carga Horária Prática: 2.385h, Duração do curso: 10 Semestres (05 anos), tendo ocorrido o primeiro vestibular (processo seletivo) em 1991 com o ingresso de 50 alunos, iniciando, portanto a primeira turma de graduandos.

A enfermagem de acordo com sua função cumpre papel social em cada uma das diferentes áreas do conhecimento: na assistência à saúde individual, saúde da família, na saúde da comunidade e do ambiente, no campo do ensino e da pesquisa. Com isso a prática profissional envolve um conjunto de processos técnicos de ordem espacial e temporal, sujeitos a frequentes mudanças.

Ao considerar o ser humano como sujeito do processo histórico, focaliza-se aspectos em que a história, a política, a economia, a antropologia, a psicologia, a filosofia, a sociologia, o meio ambiente, dentre outras corroborará à formação do enfermeiro para desenvolver análise crítica e reflexiva, que envolve o campo da saúde, educação e o atendimento individual e coletivo.

Diante deste entendimento, considerando a necessidade de formação de Enfermeiros na região norte do estado do Amapá, em 2013 o curso de Bacharelado em Enfermagem foi implantado no *Campus* Binacional Oiapoque, localizado na Rodovia BR-156, nº 3051, Bairro Universidade, na cidade de Oiapoque- AP CEP: 68.980-000, município com forte presença indígena. O curso atende principalmente alunos da região, o que inclui os moradores de Oiapoque e cidades próximas, visto que o *campus* não possui infra-estrutura para atender acadêmicos que dependam de auxílios como moradia e restaurante universitário que são comuns em diferentes IFES. O ingresso dos alunos ocorre através de processo seletivo anual e quando existirem vagas disponíveis através do lançamento de Edital Público para Processo

Seletivo Simplificado (Vestibulinho) pelo Departamento de Processo Seletivo (DEPSEC). O número de vagas ofertadas vem sendo reduzido devido à falta de professores e infraestrutura adequada para a oferta de disciplinas práticas visto que o curso conta com apenas dois laboratórios localizados no bloco A e inaugurados no ano de 2016. Contudo, ressalta-se que no último ingresso em 2018-2 o curso não conseguiu preencher as vagas ofertadas em função da baixa demanda pelo curso, em que foram ocupadas 20 das 30 vagas ofertadas.

3.1 Dados do Curso

PARÂMETROS	DESCRIÇÃO	
Denominação do curso	Curso de Graduação em Enfermagem	
Forma de ingresso	PS UNIFAP, PSD, ENEM/SISU	
Nº de vagas oferecidas por processo seletivo	Vinte e cinco (25) alunos/ano com entrada no segundo semestre do ano.	
Grau	Bacharelado	
Turno de oferta ou funcionamento	Integral	
Modalidade de oferta de ensino	Presencial	
Regime de matrícula ou ensino	Semestral	
Duração	Dez (10) períodos – Cinco (05) anos.	
Título Acadêmico Conferido	Bacharel em Enfermagem	
Período mínimo e máximo de integração	Mínimo: Desde 10 semestres	Máximo: Até 15 semestres
Carga Horária total do curso	Horas relógio: 4005	
Nº do ato legal de criação, autorização, reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento – Conselho Universitário (CONSU)	RESOLUÇÃO Nº 02/2015 – CONSU que homologa a RESOLUÇÃO Nº 037/2013-CONSU PROCESSO: 23125.002656/2013-89	
Coordenação	Coordenador: Paulo Cezar Gonçalves da Silva	

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Objetivo Geral do Curso

Formar enfermeiros generalistas, humanistas, crítico-reflexivos capazes de desenvolver suas práticas nas mais diversas realidades culturais e sociopolíticas locais, regionais e nacionais.

4.2 Objetivos Específicos do Curso

1. Direcionar o processo ensino-aprendizagem com vistas a atender o compromisso social a que lhe confere a formação profissional;
2. Desenvolver investigação, ação e reflexão mediante fundamentação teórico-prática pautada no modelo social local, regional e nacional;
3. Promover formação voltada para pesquisa na área social com interface na saúde e educação;
4. Formar Enfermeiros para o desenvolvimento de ações na atenção básica e hospitalar, na administração e na pesquisa;
5. Discutir práticas e ações de enfermagem utilizadas no cuidar cotidiano;
6. Conduzir o acadêmico a ação-reflexão-ação por meio da construção de conhecimentos coletivos, para que ele possa enfrentar situações complexas apresentadas no cotidiano trabalhista;
7. Proporcionar aos acadêmicos diferentes fontes de estudo para a pesquisa e extensão voltadas a ampliação de seu aprendizado e reflexão frente às diversas situações cotidianas no âmbito do cuidar;
8. Oferecer condições ao acadêmico à convivência com aspectos técnicos e humanísticos nas diferentes áreas de atuação (promoção, prevenção, promoção da saúde, educação e curativa).

4.3 Perfil do Profissional Egresso

A Instituição privilegia a formação pautada na realidade científica e profissional, capacitando-o a desenvolver ações de ordem educativa, promocional, preventiva, assistencial

e administrativa permitindo a atuação crítica, reflexiva e criativa na resolução de problemas, considerando os aspectos econômicos, culturais e sociais e ambientais, contemplando visão ética e humanista no atendimento às demandas da sociedade e compreendendo os aspectos relacionados à construção do processo saúde doença e as possíveis determinações relacionadas a este processo.

Ainda do perfil do profissional, estes devem ser formados profissionais generalistas, humanistas, críticos, políticos e reflexivos com atitudes éticas, que contribuam com melhorias nas estruturas dos Serviços de Saúde e Educação, relações configuradas nas diretrizes políticas enquanto fatores determinantes de evolução da prática social da Enfermagem. Com competência e habilidades técnico-científicas no cuidar prestado ao indivíduo, família, comunidade nos diferentes níveis de atuação.

Em acordo com o Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (BRASIL, 2001) o Graduado em Enfermagem deverá estar apto a desenvolver as seguintes habilidades e competências:

- a) No âmbito da **atenção à saúde**: devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, nos diferentes níveis de atenção; com foco na integralidade da assistência, levando em consideração os diferentes aspectos socioeconômicos e culturais que envolvem o processo saúde e doença. Realizando seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- b) Em relação às **tomadas de decisão**: o trabalho deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Possuindo competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- c) Da **comunicação**: devem ser acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, incluindo na interação com outros profissionais. Deve desenvolver capacidade de comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura;
- d) Sobre a **liderança**: no trabalho em equipe deverá estar apto a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar do indivíduo e comunidade; com

- compromisso, responsabilidade, empatia, capacidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- e) No espaço da **administração e gerenciamento**: devem estar aptos a tomar iniciativas, gerenciando e administrando recursos humanos, físicos e materiais e de informação, desenvolvendo papel de liderança na equipe de saúde; e
 - f) Na **educação permanente**: devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação, estimulando os profissionais de sua equipe a desenvolver práticas de manutenção da aprendizagem e produzindo espaços com suas equipes capazes de discutir possibilidades e estratégias de dar continuidade no processo de capacitação.
 - g) Essas competências e habilidades são consideradas básicas e subsidiarão as ações do acadêmico nos diferentes cenários de atuação profissional considerando-se o contexto e as demandas de saúde.

Considerando a pandemia de COVID-19 muitos alunos conseguiram emprego no município ou mesmo em outras cidades próximas tendo a oportunidade de exercer a profissão.

4.4 Organização Curricular / Matriz Curricular (Dada em horas relógio)

Para integralização deste currículo, o curso está regido sob a Resolução CNE/CES Nº4/2009, exige-se atingir 2280 horas relógio em **Disciplinas Obrigatórias** equivalentes a 152 créditos; cursar três (02) **Disciplinas Optativas** correspondentes a 120 horas relógio equivalentes a 08 créditos, realizar 900 horas de **Estágio Supervisionado** equivalentes a 60 créditos, **Atividades de Extensão** totalizando 435 horas, equivalente a 29 créditos, Trabalho de Conclusão de Curso com o total de 60h, equivalente a 4 créditos, assim como também o cumprimento mínimo de 210 horas de **Atividades Complementares** equivalentes a 14 créditos, as quais devem ser efetivadas pelo acadêmico no decorrer do curso (**Tabela 3**). As ementas das disciplinas obrigatórias se listam no **Apêndice A** e das Disciplinas Optativas no **Apêndice B**.

Integra ainda este currículo o **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)**, o qual, de acordo com o § 5º, do Art. 5º, da Lei 10.861, de 14/04/2004, é componente curricular obrigatório dos cursos de Graduação.

4.4.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

PRIMEIRO PERIODO – 1º					
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Anatomia Humana	60	60	0	4	-
Prática de Anatomia Humana	30	0	30	2	-
Biologia Celular e Molecular	60	60	0	4	-
Bioquímica	60	60	0	4	-
Construção do Conhecimento Científico em Enfermagem	60	60	0	4	-
Ciências Sociais: Homem, Sociedade e Saúde (EAD)	60	60	0	4	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-
TOTAL	330	300	30	22	

T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.

SEGUNDO PERIODO – 2º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Histologia e Embriologia	60	60	0	0	4	-
Imunologia	60	60	0	0	4	-
Parasitologia Humana	60	60	0	0	4	-
Fisiologia Humana	60	60	0	0	4	-
História e Teorias da Enfermagem	60	60	0	0	4	-
Atividade Curricular de Extensão I – Saúde e Meio Ambiente	60	0	0	60	4	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	360	300	0	60	24	

T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.

TERCEIRO PERIODO – 3º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Microbiologia	60	60	0	0	4	-
Farmacologia Aplicada a Enfermagem	60	60	0	0	4	-
Fundamentos de Enfermagem	60	60	0	0	4	Anatomia e Fisiologia Humana
Semiologia e Semiotécnica	90	0	90	0	6	Anatomia e Fisiologia Humana
Atividade Curricular de Extensão II – Educação e Saúde no Ensino Fundamental e Médio	60	0	0	60	4	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	330	180	90	60	22	

T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.

QUARTO PERIODO – 4º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Patologia Geral	60	60	0	0	4	-
Genética	60	60	0	0	4	-
Processos de Enfermagem	60	60	0	0	4	Fundamentos de Enfermagem e Semiologia e Semiotécnica
Saúde Coletiva	60	60	0	0	4	-
Psicologia Aplicada à Saúde (EAD)	60	60	0	0	4	-
Atividade Curricular de Extensão III – Fundamentos e Tecnologias do Cuidar em Enfermagem	60	0	0	60	4	Fundamentos de Enfermagem e Semiologia e Semiotécnica
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	360	300	0	60	24	

T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.

QUINTO PERIODO – 5º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Saúde do Adulto e do Idoso na Atenção Básica	60	60	0	0	4	Semiologia e Semiotécnica
Saúde da Mulher na Atenção Básica	60	60	0	0	4	Semiologia e Semiotécnica
Saúde da Criança e do Adolescente na Atenção Básica	60	60	0	0	4	Semiologia e Semiotécnica
Epidemiologia e Bioestatística	60	60	0	0	4	-
Saúde Mental	60	60	0	0	4	-
Atividade Curricular de Extensão IV – Saúde Coletiva	60	0	0	60	4	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	360	300	0	60	24	

*T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.*

SEXTO PERÍODO – 6º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Saúde do Adulto e Idoso na Atenção Hospitalar	60	60	0	0	4	-
Saúde da Mulher na Atenção Hospitalar	60	60	0	0	4	-
Saúde da Criança e do Adolescente na Atenção Hospitalar	60	60	0	0	4	-
Ética, Bioética e Legislação de Enfermagem	60	60	0	0	4	-
Ensino Clínico na Atenção Básica	120	0	120	0	8	Saúde do Adulto e Idoso na Atenção Básica, Saúde da Mulher na Atenção Básica e Saúde da Criança na Atenção Básica
Atividade Curricular de Extensão V – Educação e Saúde para os Povos Indígenas	60	0	0	60	4	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	420	240	120	60	28	

*T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.*

SÉTIMO PERÍODO – 7º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Ensino Clínico na Atenção Hospitalar de Média Complexidade	120	0	120	0	8	Saúde do Adulto na Atenção Hospitalar, Saúde da Mulher na Atenção Hospitalar e Saúde da Criança na Atenção Hospitalar
Administração em Enfermagem	60	60	0	0	4	-
Métodos e Técnicas para Trabalhos Científicos em Enfermagem	60	60	0	0	4	
Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	30	0	30	0	2	-
Optativa I	60	60	0	0	4	-
Atividade Curricular de Extensão VI – Educação e Saúde para os Povos Quilombolas	60	0	60	60	4	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	390	180	150	60	26	

*T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.*

OITAVO PERIODO – 8º						
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CHE	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Enfermagem Perioperatória	60	60	0	0	4	Ensino Clínico na Atenção Hospitalar em Média Complexidade
Enfermagem em Urgência e Emergência	60	60	0	0	4	
Enfermagem em Alta Complexidade	60	60	0	0	4	
Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	30	0	30	0	2	TCC I
Optativa II	60	60	0	0	4	-
Atividade Curricular de Extensão VII – Educação Permanente para Enfermagem	75	0	75	75	5	-
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	345	240	105		23	

*T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.*

NONO PERIODO – 9º					
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Estágio Supervisionado I	450	0	450	30	Ensino Clínico na Atenção Básica e Ensino Clínico na Atenção Hospitalar em Média Complexidade
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-
TOTAL	450	0	450	30	

*T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.*

DÉCIMO PERÍODO – 10º					
Componente Curricular	T	CHT	CHP	CRÉDITOS	PRE REQUISITOS
Estágio Supervisionado II	450	0	450	30	Estágio Supervisionado I
Atividades Complementares*	-	-	-	-	-
TOTAL	450	0	450	30	

*T: Horas Totais dos Componentes Curriculares; CHT: Carga Horária Teórica; CHP: Carga Horária Prática; CHE: Carga Horária de Extensão; *Carga horária descrita na tabela 3 e explicada em notas relevantes.*

Tabela 3 – Quadro Resumo do Curso de Enfermagem do *Campus Binacional Oiapoque*.

CARGA HORÁRIA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (Horas relógio)	CARGA HORÁRIA (Hora Aula)	CRÉDITOS	PORCENTAGEM (%)
Disciplinas Obrigatórias	2280	2736	152	56,9
Disciplinas Optativas	120	144	08	3
Estágio Supervisionado	900	1080	60	22,5
Atividades de Extensão	435	522	29	10,9
Atividades Complementares	210	252	14	5,2
Trabalho de Conclusão de Curso	60	72	04	1,5
TOTAL	4005	4806	267	100

NOTAS RELEVANTES

Para integralização deste currículo exige-se: cursar duas disciplinas optativas (apêndice B); o cumprimento mínimo de 210 horas de Atividades Complementares (projetos de extensão e pesquisa, cursos, congressos, entre outros), as quais devem ser efetivadas pelo acadêmico no decorrer do curso e 405 horas (que correspondem à 10% do total de créditos do curso) de Atividades de Extensão – AEX a serem desenvolvidas entre o segundo e oitavo semestre do Curso, como componente curricular específico na seguinte forma: Atividade Curricular de Extensão I – Saúde e Meio Ambiente, Atividade Curricular de Extensão II – Educação e Saúde no Ensino Fundamental e Médio, Atividade Curricular de Extensão III – Fundamentos e Tecnologias do Cuidar em Enfermagem, Atividade Curricular de Extensão IV – Saúde Coletiva, Atividade Curricular de Extensão V – Educação e Saúde para os Povos Indígenas, Atividade Curricular de Extensão VI – Educação e Saúde para os Povos Quilombolas, Atividade Curricular de Extensão VII – Educação Permanente para Enfermagem.

** Integra ainda este currículo o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o qual, de acordo com o § 5º, do Art. 5º, da Lei 10.861, de 14/04/2004, é componente curricular obrigatório dos cursos de Graduação.

Tabela 4 - Banco de Disciplinas Optativas a serem ofertadas pelo Curso de Enfermagem do Campus Binacional Oiapoque.

DISCIPLINAS OPTATIVAS		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Interpretação de Exames Laboratoriais	60	4
Metodologia da Pesquisa em Enfermagem	60	4
Interações Medicamentosas	60	4
Plantas Medicinais e Aromáticas	60	4
Educação Permanente em Saúde	60	4
Nutrição e Dietoterapia	60	4
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ^A	60	4
Informática Aplicada à Saúde	60	4
Leitura e Produção de Textos (LPT) ^A	60	4
Francês Instrumental	60	4
Inglês Instrumental	60	4
Didática Geral ^A	60	4
Entomologia Forense	60	4
Atenção Integral ao Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas	60	4
Consulta de Enfermagem	60	4
Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI)	60	4
Seminários Integradores de Enfermagem I	60	4
Seminários Integradores de Enfermagem II	60	4
Citogenética	60	4
Evolução Humana	60	4
Neuroanatomia	60	4
Atualização em Imunização	60	4
Enfermagem no Contexto Étnico Cultural	60	4
Matemática Aplicada à Enfermagem	60	4
Biossegurança	60	4

Deverão ser cursadas pelo menos 02 destas disciplinas optativas, totalizando um mínimo de 120 horas equivalentes a 08 créditos. ^A: Disciplina alinhada com outro (s) curso(s) do Campus.

4.5 Fluxograma do Curso

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: MODALIDADE BACHARELADO	INTEG. CURRICULAR	DISC. OBRIGATORIAS	DISC. OPTATIVAS	ESTÁGIO SUPERVIS.	ATIV. COMPLEMENTARES	Extensão	TCC	TOTAL
	CARGA HORÁRIA	2280	120	900	210	435	60	4005
	CRÉDITOS	152	08	60	14	29	04	267

P-1º	P-2º	P-3º	P-4º	P-5º	P-6º	P-7º	P-8º	P-9º	P-10º
Anatomia Humana 60	Histologia e Embriologia 60	Microbiologia 60	Patologia Geral 60	Saúde Mental 60	Saúde do Adulto e do Idoso na Atenção Hospitalar 60	Ensino Clínico na Atenção Hospitalar de Média Complexidade 120	Enfermagem Perioperatória 60	Estágio Supervisionado I 405	Estágio Supervisionado II 405
Prática de Anatomia Humana 30	Imunologia 60	Farmacologia Aplicada a Enfermagem 60	Genética 60	Saúde do Adulto e do Idoso na Atenção Básica 60	Saúde da Mulher na Atenção Hospitalar 60	Administração em Enfermagem 60	Enfermagem em Urgência e Emergência 60		
Biologia Celular e Molecular 60	Parasitologia Humana 60	Fundamentos de Enfermagem 60	Processos de Enfermagem 60	Saúde da Mulher na Atenção Básica 60	Saúde da Criança e do Adolescente na Atenção Hospitalar 60	Métodos e Técnicas para Trabalhos Científicos em Enfermagem 60	Enfermagem em Alta Complexidade 60		
Bioquímica 60	Fisiologia Humana 60	Semiologia e Semiotécnica 90	Saúde Coletiva 60	Saúde da Criança e do Adolescente na Atenção Básica 45	Ética Bioética e Legislação de Enfermagem 60	Trabalho de Conclusão de Curso I / (TCC-I) 30	Trabalho de Conclusão de Curso II / (TCC-II) 30		
Construção do Conhecimento Científico em Enfermagem 60	História e Teorias da Enfermagem 60	Atividade Curricular de Extensão II – Educação e Saúde no Ensino Fundamental e Médio 60	Psicologia Aplicada à Saúde (EAD) 60	Epidemiologia e Bioestatística 60	Ensino Clínico na Atenção Básica 120	Optativa I 60	Optativa II 60		
Ciências Sociais: Homem, Sociedade e Saúde (EAD) 60	Atividade Curricular de Extensão I – Saúde e Meio Ambiente 60		Atividade Curricular de Extensão III – Fundamentos e Tecnologias do Cuidar em Enfermagem 45	Atividade Curricular de Extensão IV – Saúde Coletiva 60	Atividade Curricular de Extensão VI – Educação e Saúde para os Povos Indígenas 60	Atividade Curricular de Extensão VI – Educação e Saúde para os Povos Quilombolas 60	Atividade Curricular de Extensão VII – Educação Permanente para Enfermagem 75		

NOTAS RELEVANTES:

Atividades Complementares – (AC): o acadêmico deve cumprir no mínimo 210 horas (14 Créditos) efetivados no decorrer no curso

OPTATIVAS: Deve ser cumprido no mínimo 120 horas (08 Créditos), e as ementas das disciplinas estão no Apêndice B

Atividades de Extensão: O acadêmico deve cumprir 435 horas (29 créditos) de atividades de extensão obrigatórias definidas na matriz curricular como Atividade Curricular de Extensão

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: componente curricular obrigatório é inscrito no histórico escolar do aluno, informando a situação, participação efetiva ou dispensa oficial pelo Ministério da Educação.

4.6 Metodologia de Ensino

As Diretrizes Curriculares dos Cursos da Área da Saúde e mais, especificamente as do Curso de Enfermagem (BRASIL, 2001), reforçam que sejam criadas estratégias de aprendizagem e ampliação do saber com caráter inovador. Dando ênfase na compreensão de que o cuidado, para o profissional Enfermeiro, é um momento de encontro com o outro e consigo mesmo, permeado por expectativas e empatia. Desta forma, é necessário desenvolver competências que estão assinaladas nos quatro pilares da educação e que precisam ser desenvolvidas como saberes indispensáveis ao longo da vida: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 2003).

O curso se caracteriza, portanto, pelo desenvolvimento de metodologias que possibilitem a formação de um profissional crítico, reflexivo e ético, capaz de identificar as determinantes sociais, econômicos, culturais e ambientais envolvidos no processo saúde e doença e com capacidade para desenvolver suas práticas nos mais diversos contextos e nas mais variadas situações a serem encontradas no desenvolvimento de seu trabalho, sempre em consonância com as diretrizes que regem nosso Sistema Único de Saúde. As disciplinas que compõem a matriz curricular foram selecionadas e colocadas com o intuito de formar um profissional com uma visão holística que abranja uma ampla variedade de funções dentro do exercício da profissão de forma a acessar ao conhecimento através da disciplinaridade e transdisciplinaridade, transcendendo a formação técnica. Considerando assim ao cliente e o ambiente de saúde o objeto a ser estudado de forma pluridisciplinar, por várias disciplinas ao mesmo tempo e com suas diversas metodologias e ferramentas. Estabeleceu-se um núcleo de disciplinas básicas que permitirão a interdisciplinaridade entre elas (interdisciplinaridade horizontal dentro do mesmo período para criar solidez) e posteriormente à transferência de métodos às disciplinas do Núcleo Específico do Exercício da Profissão.

Considerando as diversidades conceituais que envolvem o cuidado humano, os referenciais teóricos utilizados, no processo de aprendizado, devem ser fontes para a compreensão dos saberes. Ou seja, os docentes devem utilizar teorias que fundamentem seus conhecimentos permitindo o apoio de práticas embasadas na problematização das ações e nas reflexões acerca do desenvolvimento prático da profissão. Os discentes, por sua vez, devem ser estimulados a refletir sobre esses saberes e suas inter-relações buscando resoluções aos problemas baseados no conhecimento científico e no saber construído a partir das atividades em sala de aula e práticas vivenciadas. Este apoio a uma metodologia mais participativa e

integrativa é ação importante desenvolvida no processo de formação considerando os diferentes espaços de trabalho e condições encontradas nos mais diversos espaços de inserção do profissional Enfermeiro.

Ademais, se destaca o uso das tecnologias de comunicação (TICs) em sala de aula que possibilitam momentos de integração entre docentes e discentes no processo ensino e aprendizagem. É importante criar situações em que o aluno se reconheça dentro do processo de ensino-aprendizagem, assim como de seu contexto social, ou seja, saber inserir na prática os conhecimentos adquiridos durante o curso. Além disso, buscamos unir a tríade da universidade pautada pelo ensino, pesquisa e extensão com estímulo à prestação de serviços à comunidade local.

É preciso ainda que o educador tenha sempre uma postura de facilitador no processo de ensino-aprendizagem enquanto mediador, responsável pela implantação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico, na formação das competências dos seus alunos. Que estabeleça um bom canal de comunicação, que seja claro e objetivo nesta relação. Que avalie e acompanhe as dificuldades relativas à aprendizagem, de forma solidária, ampliando seu olhar avaliativo e, sempre que necessário, refazendo caminhos, mudando estratégias e reorientando os seus trabalhos.

Caberá ao docente a tomada de decisão sobre que métodos e instrumentos irão adotar no acompanhamento do desempenho dos alunos, buscando contemplar não só as diferenças e respeitar as suas potencialidades, mas também a sensibilidade, a cooperação, a empatia e a humanidade inerente ao processo de aprendizado. Diferentes métodos poderão ser utilizados como aula expositiva dialogada, o estudo de casos, aulas práticas em laboratório, no hospital e UBS, seminários, visitas técnicas, avaliações dissertativas, múltipla escolha e oral, de forma a contribuir para a aprendizagem significativa dos acadêmicos.

O desenvolvimento do curso se dará em diferentes núcleos: básico, específico e complementar. Com atividades práticas sendo desenvolvidas nas disciplinas do tronco profissional e estágios curriculares obrigatórios que tratam da inserção do aluno nos possíveis contextos de inserção no trabalho do Enfermeiro. Apoiando, para além da execução das práticas, sua inserção nas equipes multidisciplinares de saúde apoiando o estabelecimento da prática de trabalho em equipe.

Outro importante foco é o estímulo constante em relação a participação dos alunos nas atividades de pesquisa e extensão que envolvem o curso e que estimulam de maneira

ampliada a percepção das situações de saúde e doença nos diversos espaços de trabalho da Saúde e oportunizam a reflexão, discussão e a prática relacionada às ações propostas em cada projeto, incluindo nestas as ações sociais e de educação que objetivem a inserção nos diferentes contextos socioculturais.

Além disso, dada a limitação de infraestrutura atual e provavelmente para tempos vindouros, a organização das disciplinas será ajustada para permitir o uso dos 2 (dois) únicos laboratórios que o curso conta para a ministração de disciplinas práticas das áreas básicas e do tronco profissional. Esse formato permitirá a ministração de aulas práticas de qualidade com turmas reduzidas (5 alunos por turma prática) visto que os laboratórios possuem tamanho reduzido (~35m²). Haverá oferta de disciplinas em formato modular, garantindo assim que não ocorra o choque de horário entre as disciplinas no uso dos laboratórios. A metodologia de ensino vem sendo realizada no Curso de Enfermagem do Campus Binacional desde período letivo 2021.2, após a decisão do plenário do Conselho Universitário que homologou a aprovação do Projeto Pedagógico de Curso através da Resolução 17/2022 CONSU/UNIFAP. Essa modalidade permitirá a manutenção de aulas práticas das diferentes disciplinas com a infraestrutura que dispomos para trabalhar e a realização de atividades de pesquisa e extensão nesses laboratórios.

As disciplinas em regime de oferta modular é quando o aluno ao invés de ter aula de uma disciplina durante um semestre passa a ter aula todos os dias em formato integral (manhã e tarde) ou em apenas um turno até a finalização da carga horária da disciplina. No curso de enfermagem, as disciplinas modulares serão ofertadas de forma integral. Os componentes curriculares de extensão envolvendo atividades de educação em saúde na escola ou educação permanente nos serviços de saúde também serão desenvolvidas também no período noturno, dando a oportunidade da difusão da extensão para toda comunidade, não beneficiando apenas o serviço matutino.

As disciplinas em formato modular são importantes no Município do Oiapoque, já que temos um número reduzido de serviços de saúde que não comportam o quantitativo de 15 alunos de uma vez, mais docentes e monitores que podem fazer parte dos componentes curriculares. Como os serviços de saúde comportam apenas 5 alunos por vez, cada disciplina prática modular terá grupos na parte prática, ocorrendo em momentos distintos para que se mantenha a qualidade do ensino e os alunos consigam ter acesso aos procedimentos e técnicas nos serviços de forma confortável.

4.6.1 Metodologia de Ensino nas Disciplinas EAD

A modalidade da Educação a Distância é definida no Art. 1º do Capítulo I do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, da seguinte forma:

“Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”

Os estudos são apoiados por um Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (Plataforma SIGAA), onde são disponibilizados os materiais de estudos e organizadas as atividades síncronas e assíncronas. O período de aulas de cada disciplina na modalidade EAD inicia com um encontro presencial em que os alunos recebem as orientações para uso do AVA e o Plano de Estudos que traz o roteiro com cronograma e descrição das atividades que serão desenvolvidas no decorrer da disciplina. Com isso, os alunos podem fazer a programação para acompanharem os itens a serem estudados, conforme o ritmo e disponibilidade de horário individual. O calendário com as datas dos encontros síncronos e presenciais previstos para avaliações e aulas práticas em laboratórios é apresentado também no início do semestre, sendo sempre marcados no turno e dia da semana definidos no calendário acadêmico. A interação entre alunos, professores e conteúdo é viabilizada por meio dos recursos oferecidos no AVA, tais como: plano de estudos, cronograma da disciplina, calendário das avaliações presenciais e aulas práticas em laboratórios, fóruns, materiais de estudos disponibilizados aos alunos (textos, vídeos, slides...), teleaulas gravadas e tutoria. Todas as atividades síncronas sendo mediadas por tecnologias educacionais serão gravadas para que o aluno que não puder acessar a atividade no período da aula, consiga assistir em outro momento, dado problemas e dificuldades que possa existir com a conexão de internet ou falta de energia elétrica.

É importante ressaltar que a modalidade do curso permanece sendo presencial, sendo utilizado o que diz a Portaria 2117 de 6 de dezembro de 2019, onde o curso presencial do Sistema Federal de Ensino poderá utilizar 40% da carga horária total do curso em atividade de educação a distância. Sendo assim, a **coordenação do curso** permanece sendo única, já que tratamos aqui de um curso presencial e não de um curso a distância com a necessidade de um coordenador de Pólo.

As atividades de **professor formador/pesquisador** e de **tutor** serão desenvolvidas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas pertencentes ao quadro efetivo do colegiado.

Dado o período atual de pandemia, onde foi necessário a virtualização de forma temporária, todos os docentes foram capacitados para o uso das tecnologias educacionais para o ensino no período remoto. Os docentes tiveram experiência em 4 semestres com as disciplinas teórico-prática nas atividades remotas com utilização dos recursos fornecidos na plataforma SIGAA. Além disso, parcerias com docentes externos a universidade, inclusive de outros estados, o que promove ao aluno um aperfeiçoamento do seu conhecimento, com outros docentes que contribuem para área e disciplinas ofertadas pelo colegiado.

Sendo assim, cabe aos docentes das disciplinas em regime de oferta EAD, além das atividades inerentes a do professor, as seguintes atividades:

- ✓ Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- ✓ Manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- ✓ Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- ✓ Elaborar e aplicar as avaliações dos estudantes;
- ✓ Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino ou designada pela coordenação do curso;
- ✓ Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação do curso;
- ✓ Corrigir as avaliações dos estudantes;
- ✓ Comentar os trabalhos realizados pelos alunos;
- ✓ Ajudá-los a compreender os materiais do curso através das discussões e explicações;
- ✓ Responder às questões sobre a instituição;
- ✓ Ajudar os alunos a planejarem seus trabalhos;
- ✓ Organizar círculos de estudo;
- ✓ Fornecer informações por telefone, e-mail e demais meios de comunicação síncrona ou assíncrona, bem como pelas redes sociais;
- ✓ Supervisionar trabalhos práticos e projetos;
- ✓ Atualizar informações sobre o progresso dos estudantes;
- ✓ Fornecer feedback ao coordenador sobre os materiais dos cursos e as dificuldades dos estudantes;
- ✓ Servir de intermediário entre a instituição e os alunos.

Caso a instituição receba recursos para as atividades de tutoria, será realizado seleção para contratação de tutores para as disciplinas. Será utilizado o feedback fornecido pelos professores e alunos das dificuldades nas disciplinas para escolha das disciplinas com necessidade de tutoria.

O material didático será composto por versões virtuais online e em mídias, bem como o material impresso. Quando houver a necessidades, o material didático será diagramado pelos diagramadores antes de ser publicados.

O material será distribuído primeiramente aos estudantes. A distribuição prévia poderá ser feita através de mídias como CDs, DVDs, backups e dispositivos de armazenamentos ou online através da plataforma SIGAA na biblioteca virtual das disciplinas.

4.6.2 Disciplinas Optativas

Para integralização deste currículo exige-se cursar três disciplinas optativas (180 horas) as que se listam na **Tabela 4**. As ementas constam no **Apêndice B**. A disciplina optativa ofertada pelo colegiado será desenvolvida em EAD. As disciplinas alinhadas e ofertadas pelos demais colegiados seguiram as normas e regulamentações descritas em cada PPC de curso.

4.7 Atividades Práticas de Ensino

As atividades práticas descritas na matriz curricular deste projeto pedagógico e relacionadas à diferentes disciplinas propostas neste currículo serão desenvolvidas nos espaços laboratoriais disponíveis no *Campus*, em Escolas, Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, Hospital Estadual de Oiapoque, Casas de Saúde Indígena, Postos de Saúde Indígenas e outros espaços possíveis, em formato modular, conveniados com a Universidade.

Estas atividades serão conduzidas em cada turma por professor responsável que dividirá os alunos em grupos, onde a quantidade será definida pelo espaço onde serão realizadas as atividades, seguindo a normatização do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), Conselho Regional de Enfermagem do Amapá (COREN-AP) e Regimento Interno das Instituições eleitas para as ações. Desta forma cada grupo deverá cumprir a carga horária estipulada para a prática, em acordo com a matriz curricular.

4.8 Avaliação do ensino e aprendizagem

O processo de avaliação na UNIFAP é regrado pela Resolução N° 026/2011-CONSU, na qual o Art. 1° cita: “a avaliação da aprendizagem na Universidade Federal do Amapá é concebida como um fazer pedagógico processual, contínuo, sistemático, reflexivo e multidimensional, que sustenta o processo de ensino e aprendizagem, visando o sucesso do trabalho de professores e estudantes na construção e reconstrução permanente dos conhecimentos, das habilidades e das competências estabelecidos no plano de ensino dos componentes curriculares”.

A avaliação do acadêmico tem por objetivo acompanhamento, diagnóstico e melhoria do processo de ensino e aprendizagem e são apreciados através de 3 (três) avaliações, denominadas respectivamente de Avaliação Parcial 1 e 2 e Avaliação Final. Conforme Art.3° da Resolução N° 026/2011, “a avaliação da aprendizagem do estudante será efetivada ao longo de cada período letivo, e seu resultado apresentado na forma de Avaliação Parcial (AP) e Avaliação Final (AP).

§1° A Avaliação Parcial constitui-se de avaliações intermediárias e resultará de, no mínimo, uma avaliação a cada 30 (trinta) horas, sendo feito o registro final no diário onde as avaliações parciais serão consolidadas, se obtendo a nota da Avaliação Parcial (AP).

§2° A Avaliação Final (AF), localizada na culminância do período letivo, é obtida através de instrumentos definidos pelo professor e deverá ocorrer após o término da carga horária da disciplina, podendo abranger no todo ou em parte o conteúdo da disciplina, conforme plano de ensino”.

A Avaliação dos componentes curriculares de Atividade Curricular de Extensão (ACE) será feita através de relatórios feitos pelos grupos que serão divididos no início do componente. A partir da participação do aluno nas atividades e envolvimento com a comunidade o aluno deverá elaborar um relatório com os aspectos desenvolvidos nas atividades, pontos positivos, negativos e análise crítica da extensão.

A avaliação do desempenho acadêmico do discente é realizada considerando-se ainda a frequência mínima de 75% às atividades curriculares programadas, e o aproveitamento de estudos. O rendimento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico. É considerado aprovado o discente que obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco). O discente com nota final inferior a 5,0 (cinco) ao final do processo de avaliação fica considerado reprovado em relação ao componente curricular, sendo-lhe assegurada

matrícula no componente para cursá-lo novamente.

4.8.1 Avaliação do ensino e aprendizagem nas disciplinas em EAD

O processo de avaliação do aprendizado é constituído de avaliação formativa e somativa em tarefas desenvolvidas virtualmente e presencialmente. Entendendo que a avaliação é uma ação necessária para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a mesma está prevista em: Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.

Avaliação Diagnóstica: aplicada no início da disciplina e também no início de novos assuntos no decorrer do semestre, com o objetivo de identificar o grau de conhecimento preliminar dos alunos, podendo também sinalizar possíveis problemas de aprendizagem.

Avaliação Formativa: desenvolvida no decorrer do semestre, servindo para identificar o rendimento dos alunos e a eficácia do processo, podendo trazer dados para a melhoria contínua. O peso destas avaliações na composição da nota final é de 30% (trinta por cento).

Avaliação Somativa: aplicada no final da disciplina em momento presencial. O peso desta avaliação na composição da nota final é de (70%) (setenta por cento).

A nota final será calculada pela fórmula: $MF = ((AF \times 3) + (AS \times 7))/10$

MF = Média Final

AF = Avaliações Formativas, desenvolvidas durante o semestre.

AS = Avaliação Somativa, desenvolvida no final da disciplina.

4.9 Atendimento / Apoio ao Discente

Para promover a permanência e apoio de natureza pedagógica dos formandos no Curso de Enfermagem no *Campus* Binacional – Oiapoque se estabelecem as seguintes ações:

1. Fornecimento de Bolsa permanência aos discentes do curso.
2. Oferta de Bolsa monitoria com descrição através de edital.
3. Fornecimento de Auxílio Transporte.
4. Dos programas e projetos de atendimento pedagógico ao discente da Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) e dos Departamentos;
5. Dos programas existentes: PIBID, PROBIC, PET; PIBIC; PIBEX.
6. Editais de participação em intercâmbios, mobilidade e orientação acadêmica;

7. A existência de meios de divulgação de trabalhos e produções dos alunos.
8. Ônibus com horários e recorridos definidos entre o *Campus* os anexos e os principais bairros da cidade de Oiapoque.
9. Auxílio financeiro para eventos científicos da Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC).

4.10 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CP N° 1 de 2004 – Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

A Resolução CNE/CP N° 1 DE 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana será abordada nas seguintes disciplinas: Enfermagem no Contexto Étnico Cultural e Ciências Sociais: Homem, Sociedade e Saúde que abordam os diferentes aspectos socioeconômicos e culturais que envolvem os mais diversos grupos étnicos pertencentes ao nosso país e as Políticas de Saúde desenvolvidas em torno de suas especificidades que influenciam de maneira direta o processo saúde doença de cada povo. Esta diretriz ainda poderá ser abordada por outras disciplinas da área básica ou do tronco profissional como motivação em algumas aulas e como parte do trabalho de formação docente-educativa dos professores.

4.11 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Lei 9.795 DE 1999 e Decreto 4.281 de 2002 – Política Nacional da Educação Ambiental

A Lei N° 9.795 DE 1999 e o Decreto N° 4.281 de 2002, que instituem a Política Nacional da Educação Ambiental serão abordados, principalmente na disciplina de Saúde Coletiva I, onde são discutidas as principais influências nos aspectos ambientais e as relações com o processo de adoecimento. A disciplina de Parasitologia e Doenças Transmissíveis abordará de maneira indireta este tema, considerando a diversidade de vetores vinculados a agravos que possuem vinculação direta com a situação ambiental e seu desenvolvimento. Esta diretriz ainda poderá ser abordada por outras disciplinas como motivação em algumas aulas e como parte do trabalho de formação docente-educativa dos professores.

4.12 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CP Nº 1 de 2012 – Educação em Direitos Humanos

Em relação ao atendimento a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01 de 30 de maio de 2012 que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos visamos contemplar a discussão deste tema nas disciplinas de Ciências Sociais: Homem, Sociedade e Saúde, Ética, bioética e legislação e Gerontologia, de maneira mais direcionada. Contudo, os docentes serão motivados a ampliar suas discussões nas mais diversas disciplinas considerando sua estreita relação com as diversas situações de adoecimento da sociedade. Esta diretriz ainda poderá ser abordada por outras disciplinas como motivação em algumas aulas e como parte do trabalho de formação docente-educativa dos professores.

4.13 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CES Nº 7 de 2018 – Extensão na Educação Superior

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, é uma estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) e foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Para além da legislação vigente, o Curso de Enfermagem do *Campus* Binacional, corrobora a necessidade da extensão na formação acadêmica e a importância para comunidade do Oiapoque e adjacências. Entre outras coisas, a Resolução: (1) estabelece que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Com isso os acadêmicos desenvolverão atividades desde o segundo período do curso. As atividades estão relacionadas com as necessidades da comunidade. Os acadêmicos irão atuar nos serviços de saúde, escolas, aldeias e nos bairros próximos a universidade, desempenhando atividades que vão evoluindo em grau de complexidade conforme forem adquirindo habilidades e competências para tais ações. Para isso, os alunos irão realizar atividades do segundo ao oitavo período do curso, sendo 7 unidades de extensão com a seguinte denominação: Atividade Curricular de Extensão I – Saúde e Meio Ambiente, Atividade Curricular de Extensão II – Educação e Saúde no Ensino Fundamental e Médio, Atividade Curricular de Extensão III – Fundamentos e Tecnologias do Cuidar em Enfermagem, Atividade Curricular de Extensão IV – Saúde Coletiva, Atividade Curricular de Extensão V – Educação e Saúde para os Povos Indígenas, Atividade Curricular de Extensão VI – Educação e Saúde para os Povos Quilombolas,

Atividade Curricular de Extensão VII – Educação Permanente para Enfermagem.

Além disso, cabe destacar que a Resolução instrui o INEP a considerar, para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos, (i) o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, (ii) a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, (iii) os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

4.14 Atendimento a Portaria N° 2.117 de 6 de dezembro de 2019

Como já informado anteriormente, o curso opta pela utilização da carga horária destinada ao ensino a distância. Esta metodologia irá contribuir para mitigar algumas deficiências que o curso de enfermagem enfrenta devido à falta de professores principalmente relacionada as disciplinas das ciências humanas e sociais. Além disso, as disciplinas das ciências básicas e do tronco profissional poderá ter a contribuição de professores com expertise em seus respectivos conteúdos. Tal iniciativa já foi testada num primeiro momento, forçado pelas circunstâncias da pandemia. Com a possibilidade do ensino remoto, nos períodos letivos 2020.1, 2020.2 e no período letivo suplementar 2020.3 o Curso de Enfermagem do *Campus* Binacional realizou parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro nas disciplinas História da Enfermagem e Tecnologias e Concepções Teóricas para Sistematização da Assistência de Enfermagem. Respaldo pelo que é previsto na portaria, outras parcerias poderão ser realizadas para melhoria da qualidade do ensino.

4.15 Estágio Curricular Supervisionado

Atendendo a Resolução n.º 02/2010 do CONSU/UNIFAP, o estágio curricular é atividade obrigatória que integra o currículo pleno dos cursos de graduação da UNIFAP. No curso de Enfermagem sua funcionalidade diferencia-se dos demais por possuir particularidades as quais exigem organização e desenvolvimento no campo prático específico, estando ligada a coordenação do curso.

A carga horária será trabalhada conforme as áreas que compõem o curso, nesta perspectiva o desenvolvimento destas acontecerá em Hospitais Gerais e Especializados, públicos e ou privados, em Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, Centros de Atenção Psicossocial, Núcleos de Atenção à Saúde da Família, e na Comunidade, os quais estarão conveniados com a UNIFAP, por meio de instrumentos legais que estabelecem as parcerias e responsabilidades pelo ensino e aprendizagem dos acadêmicos.

Nesta proposta de currículo busca-se a integração com os enfermeiros assistentes dos

locais em que serão realizados os estágios. Para efetivação desta proposta, os acadêmicos serão divididos em subgrupos atendendo as Resoluções COFEN, COREN-AP e Regimentos Institucionais locais.

Os estágios supervisionados estão subdivididos em: Estágio Supervisionado I a serem realizados nos espaços de saúde coletiva e hospitalar localizado no município do Oiapoque, e ocorrerá no 9.º período, e no 10.º período em Estágio Supervisionado II, onde são desenvolvidas atividades no mesmo nível de complexidade nos municípios de Macapá ou Santana, além dos de maior nível de complexidade. Essa ação se faz necessária, pois o serviço de saúde do município do Oiapoque não contempla todos os serviços de saúde que são necessários para integralização do curso de enfermagem. Além disso, o estágio poderá ocorrer em 40 horas semanais, respaldado pela lei 11.788 de 25 de dezembro de 2008

Com a falta de docentes no curso, os estágios supervisionados serão realizados acompanhados de preceptores que serão selecionados via Processo Seletivo através de recursos financeiros destinados para preceptoria que é liberado pela instituição.

4.16 Atividades Complementares

As atividades Complementares são práticas acadêmicas apresentadas sob múltiplos formatos, tendo em vista essencialmente estimular práticas de estudos independentes, visando progressiva autonomia intelectual do aluno; sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o curso de graduação; viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade; articular, ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e culturais da população; socializar resultados de pesquisa produzidos no âmbito da Universidade ou a partir da parceria com entidades públicas e/ou privadas e valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sociocultural dos povos. Fundamentada no desenvolvimento de atividades como a participação em eventos científicos e artístico-culturais, projetos de pesquisa e extensão, monitoria. Realização de estudos independentes e ações de caráter social, voltados para a atualização, revitalização e compartilhamento do saber científico-profissional (re) estruturado durante o percurso acadêmico.

Deste modo, atendendo a Resolução n.º 024/2008 do CONSU/UNIFAP, a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente será de 210 horas, em módulo livre ao longo do curso.

4.17 Trabalho de Conclusão de Curso

A finalização do curso pautada no fruto da articulação entre pesquisa, extensão e ensino e, ainda prática e teoria é fundamental no desenvolvimento pleno do acadêmico em relação ao curso e o trabalho de conclusão de curso (TCC) deverá seguir este processo de articulação. A escolha do tema, elaboração e conclusão deste trabalho deverá ser desenvolvido de maneira conjunta entre aluno/acadêmico e docente/orientador baseado em projeto de pesquisa desenvolvido a partir do 7º semestre, na disciplina de TCC I, com carga horária de 30 h, com sua conclusão e apresentação dos resultados no 8º semestre de curso, na disciplina de TCC II, com carga horária de 30 h.

A escolha do orientador deverá seguir a linha temática de interesse do mesmo e deverá ser realizada pelo próprio aluno também de acordo com experiências pregressas e afinidades com determinada área de pesquisa ou tema. Um orientador poderá orientar o número máximo de 5 (cinco) alunos – ver observação abaixo – com carga horária pré-determinada para realizar a devida orientação. As orientações poderão ser realizadas no formato individual e coletivo, porém deverão ser registradas em formulários específicos como Registro de Orientação de TCC.

Quando da conclusão do projeto o aluno/acadêmico deverá apresentar oralmente o processo de desenvolvimento e os resultados obtidos à uma banca formulada, com no mínimo 3 (três) professores, incluindo o orientador, de acordo com o tema a ser discutido e a área de concentração trabalhada. O mesmo trabalho deverá ser entregue, no formato de projeto na disciplina de TCC I e como monografia, na disciplina de TCC II.

O TCC atende a Resolução n.º 11/2008 do CONSU/UNIFAP, é um exercício metodológico que consiste no desenvolvimento de um trabalho de pesquisa do cunho teórico prático que expressa o conhecimento de um assunto escolhido, emanado e relacionado às áreas temáticas do curso de graduação em Enfermagem para conclusão do mesmo. Deverá ser extraído da vivência do aluno ao longo do curso por intermédio das atividades previstas nas estruturas curriculares.

4.18 Procedimentos de Avaliação do Ensino-Aprendizagem Avaliação da aprendizagem dos estudantes

Cumprindo a Resolução 026/2011 do CONSU/UNIFAP, faz-se necessário o detalhamento dos procedimentos de avaliação. A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A aprovação do aluno em uma determinada disciplina deverá ocorrer seguindo-se os critérios que levam em conta uma frequência mínima e seu aproveitamento acadêmico, por meio de uma Média final. A frequência será contabilizada em relação ao total do número de horas da disciplina em questão.

- A avaliação do aproveitamento acadêmico dar-se-á por meio de notas atribuídas de zero (0,0) a dez (10,0) computados até a primeira casa decimal.
- As formas de verificação da aprendizagem (provas, exercícios, relatórios, projetos ou outros) são estabelecidas pelo Docente responsável pela disciplina, com aprovação da Coordenação de Curso, através do Plano de Ensino, devendo ser divulgadas, no início de cada período letivo, juntamente com o calendário da disciplina.
- Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver a frequência mínima exigida (75%) e alcançar a média final igual ou maior que cinco (5,0).

A Avaliação dos componentes Atividade Curricular de Extensão (ACE) será feita através de relatórios feitos pelos grupos que serão divididos no início da disciplina. A partir da participação do aluno nas atividades e envolvimento com a comunidade o aluno deverá elaborar um relatório com os aspectos desenvolvidos nas atividades, pontos positivos, negativos e análise crítica da extensão.

5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

5.1 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

De acordo com o Programa de avaliação interna dos cursos de graduação da UNIFAP que tem por objetivo oferecer uma radiografia dos cursos de graduação avaliados e especialmente de sugerir mudanças estratégicas para cada um deste este programa traz uma proposta ambiciosa de avaliação, que abrange análises de infraestrutura e indicadores de análise da própria proposta pedagógica dos cursos de graduação. A proposta de autoavaliação dos cursos de graduação é fruto da disposição da Universidade em produzir uma avaliação

significativa e a assumir o compromisso com a avaliação.

Sua elaboração teve por base o Novo Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, a Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004 e a Portaria nº. 2.051, de 09 de junho de 2004. A Avaliação Interna dos cursos de graduação ocorrerá em 2 (dois) cursos a cada mês, iniciando no mês de junho de 2015. Como não há condições de se realizar esta tarefa universalmente, optou-se por uma estratégia de gradualidade, condicionada pela definição dos cursos que serão avaliados no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das novas graduações, de maneira que os processos pré-avaliativos da UNIFAP sejam contínuos e tenham como princípio a participação de todos os estudantes e docentes.

Dessa forma, objetiva-se realizar proativamente um diagnóstico das condições de oferta dos cursos de graduação da UNIFAP que serão avaliados pelo ENADE, bem como propor e implementar medidas para melhorar o conceito das avaliações externas, visando, ainda, a reflexão das práticas pedagógicas, de gestão e apoio, oportunizando assim, a correção no percurso. O Programa de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação da UNIFAP levantará as seguintes informações: perfil do docente e do discente; condições das instalações físicas da coordenação de curso, de laboratórios e das salas de aula; organização didático-pedagógica do curso; desempenho dos discentes do curso no ENADE; Censo da Educação Superior; cursos de graduação na modalidade à distância. Os instrumentos de coleta de dados serão formulários elaborados e aplicados pela CPA, novo instrumento de Avaliação de Cursos, relatórios de cursos e da IES relativos ao ENADE e relatórios das avaliações externas das graduações. Para a análise dos dados coletados pela avaliação, será realizada pesquisa documental e levantamento de dados objetivos (Projeto Pedagógico do Curso, regimento interno do curso, proposta curricular em vigência, normas para elaboração do trabalho de conclusão de curso, interdisciplinaridade e outros).

Para manter a atualização do projeto pedagógico do curso serão instituídas reuniões periódicas (anuais) com os discentes, técnicos administrativos e docentes, com o objetivo de aprimorar o que está adequado e reformular ou reorganizar as fragilidades decorrentes das avaliações internas e externas. Nesta oportunidade, serão aplicados formulários com questões de múltipla escolha relacionados a assuntos administrativos e pedagógicos do curso.

5.2 Avaliação do curso

A avaliação se constitui em um processo dinâmico normativo, o qual possibilita a reorientação e reformulação de conteúdos teóricos e práticos. Ao buscarmos esse processo no campo do ensino não podemos concebê-lo como um processo estanque, que se caracteriza como parte final de atividades pedagógicas, tendo como unidade de medida a quantificação por média, mas em um processo dinâmico que instrumentaliza a análise processual da prática pedagógica, resultando em reflexão para preenchimento de lacunas existentes, favorecendo a implementação de novas atividades compatíveis com a formação de enfermeiros que pretendemos formar.

O processo avaliativo da proposta curricular elaborada para o curso em questão será efetivado a partir da análise diagnóstica da realidade vivenciada. Neste sentido o mecanismo que utilizaremos para avaliação interna do curso está pautado no objetivo central do currículo: Formar o Bacharel em Enfermagem assim como na avaliação do ENADE e do egresso em relação ao curso.

Este se constituirá em:

- a) Avaliação Docente: Se efetivará por meio da participação em reuniões pedagógicas e de colegiado e sua contribuição na análise, discussão e encaminhamentos das pautas propostas; participação em projetos de pesquisas; elaboração de projetos compatíveis com as áreas do curso; publicações, apresentação de trabalhos, participação em eventos científicos nacionais, regionais e locais; relação acadêmica com discente e docentes das diferentes disciplinas que compõem a matriz do curso, bem como com docentes de outros cursos, no sentido de desenvolver trabalhos teóricos e/ou práticos contribuindo para o acontecimento efetivo da interdisciplinaridade.
- b) Avaliação Discente: Esta acontecerá durante o processo ensino aprendizagem, mediante realização de atividades teóricas e práticas, utilizando diferentes métodos, tais como: avaliações práticas, teóricas, apresentação de seminários, elaboração de trabalhos a partir de temáticas discutidas em sala de aula, relatórios de pesquisa avaliados pelos docentes das respectivas disciplinas as quais as temáticas encontrarem-se inter-relacionadas, relatórios de visitas técnicas nos diferentes ambientes que acontecerão as práticas. Os métodos propostos para este momento estarão subsidiados em instrumentos que encontrar-se-ão elaborados em cada plano de ensino das disciplinas.

- c) Avaliação Conjunta: ocorrerá nos encontros anuais do Curso de Graduação em Enfermagem e envolverá os Docentes, Técnico-Administrativos e Acadêmicos. Será efetivada através de formulários de múltipla escolha que abordarão as questões administrativas e pedagógicas do Curso.
- d) O objetivo de se realizar a avaliação interna do curso de Enfermagem relaciona-se ao desenvolvimento de investigação, ação e reflexão diante de lacunas e falhas que poderão acontecer com a implantação do currículo; neste sentido, buscamos propor testar alternativas (metodologias) que facilitem a execução e a viabilidade do Projeto Pedagógico, tendo em vista que a partir deste os docentes do curso deverão estar harmonicamente sintonizados com as áreas de concentração que nortearão as pesquisas, disciplinas teóricas, aulas práticas, estágios supervisionados e atividades extracurriculares aqui alcançados.

Entende-se como contribuição principal da Avaliação interna a melhoria de qualidade do processo ensino-aprendizagem, realizando-se numa prática pedagógica articulada com a realidade social do Estado do Amapá, atendendo assim as demandas de nossa sociedade, proporcionando a formação do enfermeiro em três dimensões: a pesquisa, o ensino e a extensão.

6 CORPO DOCENTE

6.1 O Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. (**Tabela 5**)

Tabela 5 – Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Enfermagem do Campus Binacional Oiapoque.

Docente	Titulação	Formação acadêmica	Regime de trabalho
Heluza Monteiro de Oliveira	Mestre	Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente	40h-DE
Luísa Antônia Campos Barros	Doutora	Genética e Melhoramento	40h-DE
Luiz Armando Vidal Ramos	Doutor	Ciências da Reabilitação	40h-DE
Paulo Cezar Gonçalves da Silva	Mestre	Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar	40h-DE
Scheilla Cristina da Silva	Mestre	Ciências da Saúde	40h-DE

6.2 Coordenação Do Curso

6.2.1 Da Eleição de Coordenador do Curso

As Eleições para Coordenador do curso são regulamentadas pelo artigo 88 do Capítulo V do Regimento conforme segue:

Art. 88 - Cada Coordenação de Curso será dirigida por um coordenador, sendo seu substituto legal o vice-coordenador, ambos com mandato de dois anos, escolhidos em escrutínio secreto, pelos docentes, discentes e técnicos vinculados à respectiva coordenação, permitida a recondução por um único período subsequente, obedecendo à legislação pertinente.

§1º. As Coordenações serão exercidas, preferencialmente, por docente efetivo vinculado ao curso.

§2º. Na impossibilidade de a Coordenação ser exercida por docente efetivo a vaga poderá ser preenchida por técnico integrante do quadro de nível superior.

6.2.2 Funções da Coordenação de Curso

A Coordenação de Curso é o órgão que congrega docentes e técnicos, de acordo com suas especialidades, sendo responsável, dentro da própria área de conhecimento, pelo gerenciamento de recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e interiorização, bem como pela construção do saber, pelo aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico e pela administração de suas carreiras.

Compete, ainda, ao coordenador representar as necessidades do curso junto aos órgãos competentes da IFES, participação das reuniões de colegiado de curso e atendimento aos docentes.

6.2.3 Atuação do Coordenador de Curso

As atribuições do coordenador do curso são regulamentadas pelos artigos 87, e 89 do Capítulo V do Regimento conforme segue:

Art. 87 - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pelo planejamento e gerenciamento de recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 89 - A Coordenação de Curso compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir as deliberações do colegiado de curso.
- II. Elaborar e submeter ao seu conselho departamental o plano de atividades da coordenação de curso.
- III. Fazer cumprir os planos de atividades dos docentes e técnicos-administrativos lotados na coordenação.
- IV. Designar banca de revisão de provas dos discentes, quando solicitado pelo colegiado de curso.
- V. Propor ao conselho departamental normas e critérios para a monitoria e o estágio curricular supervisionado.

- VI. Acompanhar a frequência e o desenvolvimento das atividades dos docentes no ensino, na pesquisa e na extensão, submetendo os resultados à apreciação do Colegiado de curso.
- VII. Acompanhar o desenvolvimento dos docentes em curso de qualificação através de relatórios específicos.
- VIII. Desenvolver outras atividades que lhe couberem por força da legislação.

6.2.4 Participação efetiva do Coordenador do Curso em Órgãos Colegiados Acadêmicos

O coordenador preside e convoca as reuniões do colegiado do curso que coordena e tem representação no Conselho Universitário - CONSU. Participa, ainda, intensamente da elaboração das políticas acadêmicas.

6.2.5 Titulação do Coordenador do Curso

Os coordenadores professores do curso deverão ter titulação mínima de Especialista dentro de uma das áreas de atuação do curso.

6.2.6 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Os Coordenadores do Curso deverão ter regime de trabalho “**Dedicação Exclusiva ou 40h**”, onde 20 horas serão dedicadas a Coordenação do Curso e as outras 20 horas para atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão. As atividades da coordenação serão realizadas com atendimentos presenciais ou remotos, além de carga horária destinada para os serviços administrativos. A coordenação deverá manter atualizado na página do curso os dias de atendimento e em qual modalidade será realizada (presencial ou remoto). A atual coordenação está disposta abaixo (**Tabela 6**).

Tabela 6 - Composição da Coordenação do Curso de Enfermagem do *Campus* Binacional Oiapoque.

Composição	Formação Acadêmica	Titulação	Tempo de Experiência Profissional	Regime de Trabalho
Paulo Cezar Gonçalves da Silva	Enfermeiro	Mestre em Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar	13 anos	40H DE

6.3 Composição do Corpo Docente/Colegiado

A composição do corpo docente do Curso de Enfermagem *Campus* Binacional Oiapoquense mostra na **Tabela 7**.

Tabela 7 - Composição do Corpo Docente do Curso de Enfermagem *Campus* Binacional Oiapoque.

Composição	Formação Acadêmica	Titulação	Tempo de Experiência Profissional	Regime de Trabalho
Benedito de Souza Guimarães Junior	Enfermeiro	Mestre em Ciências Farmacêuticas	9 anos	40h DE
Heluza Monteiro de Oliveira	Enfermeira	Mestre em Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente	5 anos	40h DE
Luísa Antônia Campos Barros	Bióloga	Doutora em Genética e Melhoramento	7 anos	40h DE
Luiz Armando Vidal Ramos	Fisioterapeuta	Doutor em Ciências da Reabilitação	8 anos	40h DE
Paulo Cezar Gonçalves da Silva	Enfermeiro	Mestre em Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar	13 anos	40H DE
Renata Simões Monteiro	Enfermeira	Especialista em Atenção Integral em Ortopedia e Traumatologia e Especialista em Programa Saúde da Família.	4 anos	40h DE
Scheilla Cristina da Silva	Enfermeira	Mestre em Ciências da Saúde	7 anos	40h DE

Composição	Formação Acadêmica	Titulação	Tempo de Experiência Profissional	Regime de Trabalho
Veridiana Barreto do Nascimento	Enfermeira	Doutora em Ciências Ambientais	11 anos	40h DE

7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

Os cursos de extensão são ações de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático em projetos por indução do Ministério da Educação via Secretaria de Educação Básica (SEB), como os cursos de Formação Continuada de Professores ou outros fomentados pela Própria UNIFAP, oferecidos às comunidades interna e externa, com o propósito de divulgação e/ou promoção do conhecimento, atendendo às necessidades de iniciação, de atualização ou de aperfeiçoamento científico, técnico, artístico, cultural e qualificação profissional.

A extensão universitária é uma forma de interação entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, na qual a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos, tais como retroalimentação, informações acerca das suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e aprendendo com o saber dessas comunidades.

Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura desta. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão na comunidade de maneira respeitosa e de modo a não violar seus valores culturais. A universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, possibilitando uma troca de valores entre a universidade e o meio.

No curso de Bacharelado em Enfermagem *Campus* Binacional Oiapoque as políticas de extensão que estão implantadas e em conformidade com o PDI são as descritas abaixo:

- Ações que incentivem o processo de cooperação, por meio de parcerias públicas e privadas;
- Elaborem projetos interdisciplinares que fortaleçam o desempenho e uma maior

integração dos estudantes dos diversos cursos;

- Ampliem e consolidem intercâmbios institucionais entre a UNIFAP e instituições nacionais e internacionais;
- Ampliem o acesso a cursos de atualização (presenciais e a distância) oferecidos pela UNIFAP à comunidade.

Além disso, dado a curricularização os acadêmicos desenvolverão atividades desde o segundo período do curso. As atividades estão relacionadas com a necessidades da comunidade. Os acadêmicos irão atuar nos serviços de saúde, escolas, aldeias e nos bairros próximos a universidade, desempenhando atividades que vão evoluindo em grau de complexidade conforme forem adquirindo habilidades e competências para tais ações. Para isso, os alunos irão realizar atividades do segundo ao oitavo período do curso, sendo 7 unidades de extensão com a seguinte denominação: Atividade Curricular de Extensão I – Saúde e Meio Ambiente, Atividade Curricular de Extensão II – Educação e Saúde no Ensino Fundamental e Médio, Atividade Curricular de Extensão III – Fundamentos e Tecnologias do Cuidar em Enfermagem, Atividade Curricular de Extensão IV – Saúde Coletiva, Atividade Curricular de Extensão V – Educação e Saúde para os Povos Indígenas, Atividade Curricular de Extensão VI – Educação e Saúde para os Povos Quilombolas, Atividade Curricular de Extensão VII – Educação Permanente para Enfermagem.

8 POLÍTICA DE PESQUISA

Define a política de pesquisa e pós-graduação da UNIFAP; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; de possibilita condições para a implantação cursos de pós-graduação.

No curso de Enfermagem do *Campus* Binacional a pesquisa científica terá por objetivo formar um cidadão com capacidade ampla de compreensão e visão crítica a respeito da sociedade na qual está inserido, bem como estar preparado para intervir e ser agente transformador das demandas da área da saúde.

A pesquisa deverá ser algo rotineiro na atividade do docente, pois entende-se que

somente o docente que também se dedica à pesquisa encontra-se familiarizado e apto a transmitir conhecimento de vanguarda que o ensino universitário exige. Dessa forma, em consonância com o PDI/UNIFAP, o graduando deve ser estimulado pela instituição a se qualificar, bem como cabe à instituição garantir condições para realização da pesquisa. Cabe ao docente a buscar parcerias (internas e externas à UNIFAP), financiamento provido pelas instituições de fomento e a divulgação dos resultados obtidos nas suas pesquisas. Com relação aos discentes, estes deverão ser incentivados a se aproximar e exercer atividades de pesquisa durante seu processo de formação, sendo que estas atividades serão realizadas por meio da Iniciação Científica orientada por um docente que tenha experiência na área. Ainda com o compromisso de formar um profissional com capacidade investigativa, o discente será obrigado a realizar um Trabalho de Conclusão de Curso de caráter científico e também sob a orientação de um docente capacitado.

O Curso de Enfermagem do *Campus* Binacional pretende futuramente a partir da qualificação do seu corpo docente instituir a abertura de um curso de pós-graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* com o objetivo de qualificar os egressos formados e dos profissionais da área da saúde.

9 POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A UNIFAP dispõe de um núcleo de atendimento aos acadêmicos que necessitam de algum tipo de atendimento especial, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). O NAI compreende o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão como a constituição de um espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulando entre os diversos órgãos e departamentos da Universidade para a implementação de uma política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Foi implantado em 2008 e no primeiro semestre de 2015 atendeu 7 alunos com algum tipo de limitação motora, visual e auditiva e 51 com distúrbios psicológicos (dificuldade de relacionamento, depressão, esclerose múltipla, gagueira, esquizofrenia, transtorno bipolar, déficit de atenção, ansiedade, entre outros). O NAI está equipado com impressoras em Braille, acervo técnico e romance também em Braille, intérpretes da linguagem dos sinais (Libras) e computadores com programas específicos para pessoas com deficiência visual.

9.1 Atribuições do núcleo

- Atuar como órgão suplementar da PROEAC para sistematizar as ações institucionais relativas à política de educação inclusiva na educação superior.
- Realizar atendimento individual e/ou grupal aos acadêmicos com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
- Prestar informações a respeito da política de educação inclusiva na educação superior para estabelecer parcerias com outras instâncias da UNIFAP e com organizações externas.
- Zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à acessibilidade na educação superior.
- Prestar assessoramento as Pró-Reitorias, Departamentos Acadêmicos, Unidades de Trabalho da UNIFAP, como esfera consultiva no que se refere às demandas de acessibilidade pedagógica, atitudinal e de comunicação na educação superior.
- Apoiar a produção de conhecimento e divulgar práticas sobre educação inclusiva na educação superior.

10 INFRAESTRUTURA

10.1 Sala dos professores

O *Campus* Binacional em Oiapoque possui uma sala de professores para todos os docentes do *campus*. No momento, não existem gabinetes de trabalho para professores de Tempo Integral – TI. Com a finalização do bloco B que possui um único pavimento, do total de três previstos, os gabinetes para professores ainda não foram contemplados uma vez que o referido bloco possui um único pavimento com salas de aulas e coordenações administrativas. A previsão do bloco C também não parece incluir gabinetes para professores conforme reunião do Plano de Necessidades do futuro Bloco Multidisciplinar que parece contar com auxílio da bancada federal do Amapá (Processo nº 23125.015892/2021-83).

O curso de Bacharelado em Enfermagem possui uma única sala de trabalho com 23,34 m² para coordenação do curso e serviços acadêmicos a qual é compartilhada com o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. A sala é dividida em dois espaços sendo um para o curso de Ciências Biológicas e o outro para o curso de Enfermagem, o que dificulta a privacidade. Dessa forma, o curso continua tendo somente este espaço para atendimento da coordenação aos discentes.

10.2 Salas de Aula

O curso de Bacharelado em Enfermagem conta atualmente com três salas de aula com 58,52 m² cada. As salas de aula possuem cerca de 50 carteiras individuais com algumas unidades para canchotos. Cada sala de aula possui dois ar-condicionados, um quadro branco, uma lousa digital e um equipamento multimídia (data show). Os primeiros professores receberam um Notebook da instituição o qual pode ser acoplado ao equipamento multimídia. Os docentes que ingressaram a partir de 2018 não receberam mais esse equipamento. Além disso, os computadores possuem acesso à internet por meio de rede wireless da instituição.

10.3 Biblioteca

A Biblioteca do *Campus* Binacional Oiapoque possui 113,48m² e atualmente o seu acervo conta com aproximadamente 2167 títulos e um total de 14264 exemplares, 33 títulos de periódicos impressos além do acesso ao portal de periódicos da CAPES/MEC. A base de dados de livros da biblioteca está disponível para consulta on-line e a biblioteca possui espaço para estudo individual para oito pessoas e uma sala para estudo em grupo para até quatro pessoas. Um total de oito computadores está disponível para pesquisa com acesso à internet que é compartilhado entre os acadêmicos dos oito cursos de graduação do *campus*.

10.4 Laboratórios

O curso de Bacharelado em Enfermagem conta atualmente com dois laboratórios com 34,6m² cada para aulas práticas, um que atende as disciplinas básicas e outro laboratório de habilidades, o qual é específico para a área de Enfermagem. O laboratório de ¹Morfofisiologia e Imunoparasitologia atende as disciplinas de Anatomia Humana, Biologia Celular, Histologia/Embriologia, Microbiologia, Fisiologia Humana, Patologia Geral, Bioquímica, Farmacologia, Farmacologia Clínica, Parasitologia. O laboratório de ²Práticas de Enfermagem é utilizado para aulas práticas de disciplinas específicas da área de enfermagem. Estava prevista a construção dos blocos B e C, com três pavimentos cada, o que permitiria a ampliação do número de laboratórios para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o PDI anterior da instituição as obras tinham previsão de término para 2015/2016. Contudo foi realizado o término de apenas um único bloco (bloco B) em 2021 com um único pavimento que é composto por salas de aulas e coordenações

administrativas. Dessa forma, o curso continua tendo somente um laboratório para atender todas as disciplinas da área básica do curso de Enfermagem. Almejava-se que com a construção dos novos blocos haveria a criação dos demais laboratórios (Laboratório de Anatomia Humana, Laboratório de Microscopia, Laboratório de Bioquímica, Laboratório de Fisiologia, Laboratório de Farmacologia e Laboratório de Microbiologia)

Em reunião realizada com o Núcleo Gestor do *Campus* Oiapoque foi aprovado o plano de necessidades em reunião no dia 02/07/2021 indicando que o novo bloco será constituído pelas seguintes estruturas: “i) térreo: auditório (capacidade de 200 a 250 pessoas); almoxarifado geral; banheiros; ii) 1º andar: laboratório de informática com capacidade para 50 computadores; 2 salas de aula; 4 espaços para as coordenações dos cursos e 3 salas multidisciplinares destinadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão” ((Processo nº 23125.015892/2021-83)). Isso sugere que o curso de enfermagem não será contemplado com laboratórios específicos que permitam o desenvolvimento de aulas práticas do curso.

10.5 Laboratório de Informática

Laboratório de Informática e Acesso à Internet: Os alunos possuem acesso ao laboratório de Informática para aulas práticas, projetos de pesquisa e extensão o qual conta com 40 computadores com acesso à internet sendo utilizado sob agendamento pelos docentes da instituição. Além disso, a biblioteca também conta com oito computadores para pesquisa compartilhados por todos os acadêmicos do *campus* Oiapoque. Com isso, os acadêmicos que não possuem nenhum tipo de equipamento para assistir as aulas poderá realizar no *campus*.

11 REFERENCIAIS E MARCOS REGULATÓRIOS

11.1 Referências

1. A estruturação do Curso de Bacharelado em Enfermagem segue os princípios básicos regulamentados através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com foco na abordagem de temas transversais importantes no processo de formação discente entre outros marcos legais que regulam a formulação do projeto Pedagógico deste curso.
2. Constituição Federal Brasileira de 1988.
3. Lei 9394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação.

4. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>
5. DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
6. NICOLESCU, B. O Manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo, Triom: 1999. Tradução do Francês por Lúcia Pereira de Souza.
7. NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. Available from http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/didatica_I/aula_04/imagens/01/transdisciplinaridade.pdf> access on 31 Jan. 2017
8. MINAYO, M. C. S. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. *Emancipação*, Ponta Grossa, 10(2): 435-442, 2010. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>
9. ALVARENGA, Augusta Thereza de; SOMMERMAN, Américo; ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. *Saude soc.*, São Paulo , v. 14, n. 3, p. 9-29, Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300003&lng=en&nrm=iso>. Access on 31 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000300003>.

11.2 Normativas utilizadas

1. Constituição Federal de 1988.
2. DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Para cursos EAD).
3. DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras.
4. DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
5. Diretriz específica de cada curso de Graduação.

6. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, que se encontra disponível em <http://portal.inep.gov.br> com atualização disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf.
7. LEI Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
8. LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015) - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que define condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
9. LEI Nº 9.795 DE 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 2002, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental.
10. LEI Nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB.
11. PORTARIA MEC N.º 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
12. PORTARIA Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que autoriza as IES a desenvolverem 20% da carga horária dos cursos reconhecidos pelo MEC, em aulas semipresenciais;
13. PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010 que altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.
14. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4 de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
15. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 03 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
16. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
17. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 4 de 06 de abril de 2009 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.
18. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 DE 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
19. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer

- CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012.
20. RESOLUÇÃO CONAES Nº 1 de 2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
 21. RESOLUÇÃO Nº 1, de 11 de março de 2016, que estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
 22. RESOLUÇÃO Nº 2 de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de Licenciatura, Cursos de Formação Pedagógica para graduados e cursos de Segunda Licenciatura) e para a formação continuada que REVOGOU a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

11.3 Resoluções Internas

1. Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP –PDI (2020 – 2026).
2. RESOLUÇÃO Nº 011/2008-CONSU/UNIFAP: que estabelece as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação.
3. RESOLUÇÃO Nº 014/2009-CONSU/UNIFAP: que dispõe sobre a inclusão da LIBRAS, como disciplina curricular obrigatória nos cursos de graduação da UNIFAP;
4. RESOLUÇÃO Nº 02/2010-CONSU/UNIFAP: que regulamenta o Estágio Supervisionado no âmbito da UNIFAP.
5. RESOLUÇÃO Nº 024/2008-CONSU/UNIFAP: que dispõe sobre as diretrizes das Atividades Complementares nos cursos de graduação.
6. RESOLUÇÃO Nº 026/2011-CONSU/UNIFAP: que regulamenta a nova Sistemática de Avaliação da Aprendizagem.
7. RESOLUÇÃO Nº 032/2008 – CONSU/UNIFAP: que regulamenta o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAP.
8. RESOLUÇÃO Nº 036/2013 – CONSU/UNIFAP: que regulamenta o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos na UNIFAP.
9. RESOLUÇÃO Nº 08/2010-CONSU/UNIFAP: que regulamenta a Prática Pedagógica como componente curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura da UNIFAP.

APÊNDICES

APÊNDICE A – EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO DE ENFERMAGEM CAMPUS BINACIONAL OIAPOQUE.

ANATOMIA HUMANA e PRÁTICA DE ANATOMIA HUMANA

Ementa: Estudo dos sistemas do corpo humano para o curso de enfermagem, que envolve o estudo da anatomia sistêmica e regional, perfazendo o estudo dos planos de construção anatômica, anatomia do sistema endócrino, anatomia do sistema respiratório, anatomia do sistema digestivo, anatomia do sistema cardíaco, anatomia do sistema vascular, anatomia do sistema tegumentar, anatomia do sistema reprodutor (masculino e feminino). Topografia da cabeça, pescoço, tronco e membros (Osteologia: ossos e acidentes ósseos. Artrologia: tipos, classificações, elementos articulares, movimentos articulares. Miologia: origem, inserção, ação e inervação muscular). Neuroanatomia: sistema nervoso central e periférico. Inclusive, tem o propósito de abordar noções morfológicas básicas do corpo humano criando condições para o aluno agregar conhecimentos nas respectivas disciplinas do curso de enfermagem.

Bibliografia Básica

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana: sistêmica e segmentar. 3. ed. rev. São Paulo: Atheneu, 2011.

GRAAFF, Van de. Anatomia humana. 6.ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. Tradução de Carlos Romualdo Rueff Barroso et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar

GRAY, Henry. Anatomia. Editado por Charles Mayo Goss. 29. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

TORTORA, Gerard; NIELSEN, Mark T. Princípios de anatomia humana. Tradução de Alexandre Werneck e Cláudia Lúcia Caetana de Araújo. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

PAULSEN, Fredrich; WASCHKE, Jens. Sobotta: atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. Tradução de Marcelo Sampaio Narciso. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. (volume 1).

PAULSEN, Fredrich; WASCHKE, Jens. Sobotta: atlas de anatomia humana: órgãos internos. Tradução de Marcelo Sampaio Narciso. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. (volume 2).

PAULSEN, Fredrich; WASCHKE, Jens. Sobotta: atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e neuroanatomia. Tradução de Marcelo Sampaio Narciso. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. (volume 3).

BIOLOGIA CELULAR e MOLECULAR

Ementa: Introdução às células. Células Procarióticas e Eucarióticas. Tipos de microscópios. Métodos de estudo das células. Constituição química da célula. Estrutura da membrana e transporte. Citoesqueleto. Mitocôndria, Cloroplasto e conversão de energia. Célula vegetal. Compartimentos intracelulares e transporte. Estrutura do núcleo. Dogma central da Biologia Molecular. Ciclo celular, Mitose e Meiose. Diferenciação celular. Introdução à Biologia Molecular. Compactação do material genético. Estrutura e função dos ácidos nucléicos. Replicação do DNA. Transcrição. Código genético e biossíntese de proteínas. Mutação. Organização e controle da expressão gênica em procariotos e eucariotos. Biotecnologia. Tecnologia do DNA recombinante. Técnicas de diagnóstico e pesquisa molecular.

Bibliografia Básica

ALBERTS, B. et al. Fundamentos de Biologia Celular. Porto Alegre: Artmed, 3ª ed., 2011.

DE ROBERTIS, E. M. F. D.; HIB. J. Bases da Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed., 2006.

JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J., Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2010.

KIERSZENBAUM, A. L. Histologia e Biologia Celular. Rio de Janeiro: Elsevier, 1ª ed., 2012.

NELSON, David L. & COX Michael M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6º ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

VOET, Donald; VOET, Judith & PRATT, Charlotte W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4º ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

ZAHA, A. et al. Biologia Molecular Básica. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2014.

BIOQUÍMICA

Ementa: Teorias do surgimento da vida na terra. Água. Biomoléculas - Aminoácidos e níveis estruturais das proteínas, classificação e função das proteínas plasmáticas. Enzimas como biocatalizadores: cinética, regulação da atividade das enzimas. Lipídeos e sistemas lipoprotéicos: Classificação e funções. Carboidratos: Polissacarídeos, classificação e funções. Glucídios presentes nas glicoproteínas e glicolipídeos das membranas. Hormônios, classificação e mecanismos de ação. Vitaminas, classificação e transtornos associados ao déficit e à intoxicação por hipervitaminose. Ácidos Nucleicos: Nucleotídeos, o ADN e o ARN; composição química e propriedades. Metabolismo energético e intermediário - Metabolismo dos Sacarídeos, transferência de energia, sistema ATP/ADP e $\text{NAD(P)H}^+/\text{NAD(P)}^+$ em condições anoxigênicas (fermentação láctica e fermentação alcoólica) e oxigênicas com respiração (Ciclo de Krebs). Transferência de equivalentes redox (cadeia de transporte eletrônico) e fosforilação oxidativa acoplada. Biossíntese e degradação de glicogênio. Síntese de nova glicose (Gliconeogênese). Metabolismo dos Lipídeos, oxidação e biossíntese de ácidos graxos. Compartimentação e regulação. Regulação e integração do metabolismo de sacarídeos e lipídeos. Síntese de eicosanoides de importância farmacológica. Biossíntese de lipídeos complexos e colesterol. Metabolismo de substâncias nitrogenadas. Degradação oxidativa de aminoácidos. Integração e regulação do metabolismo.

Bibliografia Básica

NELSON, David L. & COX Michael M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6ºed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

VOET, Donald & VOET, Judith G. Bioquímica. 4º ed., Porto Alegre. Artmed, 2013.

VOET, Donald; VOET, Judith & PRATT, Charlotte W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4º ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar

MURRAY, Robert K.; BENDER, David A.; BOTHAM, Kathleen M.; RODWELL,

Victor W & WELL, P Anthony. Bioquímica Ilustrada de Harper. 29º ed., Porto Alegre: AMGH, 2014.

HARVEY, Richard A. & FERRIER, Denise R. Bioquímica Ilustrada. 5º ed., Porto Alegre: Artmed, 2012.

MARZZOCO, Anita & BATISTA-TORRES, Bayardo. Bioquímica básica. 3º ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

KOOLMAN, Jan & RÖHM, Klaus-Heinrich. Bioquímica: texto e atlas. 4º ed., Porto Alegre: Artmed, 2013.

BERG, Jeremy M., STRYER, Lubert & TYMOCZKO John L. Bioquímica. 7º ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM ENFERMAGEM

Ementa: Estuda a importância da pesquisa científica em Enfermagem. Valoriza a metodologia científica como instrumento na busca de respostas aos problemas da profissão. Discute as tendências gerais na pesquisa em Enfermagem, considerando as áreas emergentes. Formas de organização do estudo em sínteses: fichamento, mapas conceituais, resumo, resenha.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRADE, M. M. Introdução da Metodologia do Trabalho Científico, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. P. Projeto de Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice-Hall, 6 ed, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo:

Cortez, 2002.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2 ed., 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração de dados. São Paulo: Atlas, 6 ed, 2006.

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Vozes, 2014.

CIÊNCIAS SOCIAIS: HOMEM, SOCIEDADE E SAÚDE

Ementa: Conceito de cultura. Sociologia e Antropologia da Saúde. Dimensões socioculturais e antropológicas das práticas de saúde. A construção do corpo como dispositivo cultural. Análise da saúde mental como fenômeno socialmente construído. Pesquisa sobre saúde num viés sócio-antropológico.

Bibliografia Básica

FOCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2ªed – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

HELAMN, Cecil. Cultura, saúde e doença. Tradução: Ane Rose Boher – 5ªed. Porto Alegre Artmed, 2009.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. 1ª Ed. São Paulo: Cosac Nafy, 2003.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo. 2ªed. Brasília. Paralelo 15. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

BARROS, José d'Assunção. A construção social da cor: diferença e desigualdade na sociedade brasileira. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. Estigma e saúde. Org. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2012. 207p.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2014.

323p.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ªed rev. São Paulo: Global, 2006.

HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA

Ementa: Estudo sistemático dos tecidos e embriologia humana a partir da morfologia e propriedade celular, oferecendo aos alunos conhecimentos dos sistemas do corpo humano, desenvolvimento embrionário e seus inter-relacionamentos aplicada a enfermagem. Introdução à Histologia e Embriologia. Tipos de tecido: epitelial, conjuntivo, adiposo cartilaginoso, ósseo, nervoso, muscular. Células eucariotas e os tecidos animais: correlações bioquímicas, morfológicas e funcionais. Histologia dos sistemas. Aspectos fundamentais do desenvolvimento: formação dos gametas até a morfologia externa do embrião.

Bibliografia Básica

MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GARCIA, Sonia M. Lauer de; FERNANDÉZ, Casimiro García (Orgs.). Embriologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, José. Histologia básica: texto e atlas. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KIERSZENBAUM, Abraham L.; TRES, Laura L. Histologia e biologia celular: uma introdução patológica. 3. ed. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar

SADLER, T. W. Langman: embriologia médica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MAIA, George Doyle. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2007.

MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia clínica. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

IMUNOLOGIA

Ementa: Introdução à Imunologia. Conceitos básicos em imunologia. Células e órgãos do sistema imune. Imunidade inata. Inflamação. Sistema complemento. Imunidade Adaptativa. Mecanismos de reconhecimento do antígeno e ativação dos linfócitos T. Imunidade celular e humoral. Antígenos. Estrutura e função das imunoglobulinas. Reação antígeno-anticorpo. Imunizações. Complexo Principal de Histocompatibilidade. Imunologia dos grupos sanguíneos. Hipersensibilidades. Imunossupressão. Doenças auto-imunes. Imunoprofilaxia. Imunologia dos transplantes.

Bibliografia Básica

ABBAS A. K.; LICHTMAN A. H.; PILLAI S. Imunologia básica. Funções e distúrbios do sistema imunológico. Rio de Janeiro: Elsevier, 4ª ed., 2013.

MURPHY K. Imunobiologia de Janeway. Porto Alegre: Artmed, 8ªed., 2014.

ROITT I.; RABSON A. Imunologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3º ed, 2015.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2010.

BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª ed., 2013.

MALAGUTTI, W. Imunização, Imunologia e Vacinas. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 1ª ed., 2011.

PIERCE, B. A. Genética: Um Enfoque Conceitual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed., 2013.

WOOD, P. Imunologia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 3ª ed., 2013.

PARASITOLOGIA HUMANA

Ementa: Introdução à parasitologia humana evidenciando as principais parasitoses. Relações entre os seres vivos. Regras internacionais de nomenclatura zoológica. Conceitos básicos.

Relação parasita-hospedeiro. Aborda-se os aspectos morfológicos dos parasitas, estudo dos principais protozoários, helmintos e artrópodes que acometem o homem: etiologia, morfologia, ciclo biológico, patogenia e patologias, sintomatologia, epidemiologia e prevenção, profilaxia e tratamento. Ênfase nas parasitoses da região Amazônica.

Bibliografia Básica

- CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. Parasitologia Humana e Seus Fundamentos Gerais. São Paulo: Atheneu. 2010.
- NEVES, D. P. et al. Parasitologia humana. Rio de Janeiro: Atheneu, 12ªed., 2011.
- REY, L. Bases da Parasitologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed., 2010.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 8ª ed., 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 7ª ed., 2010.
- COURA, J. R. Síntese das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 1ª ed., 2008.
- MORAES, R. G.; LEITE, I. C.; GOULART, E. G. Parasitologia e Micologia Humana Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 5ª ed., 2008.
- NEVES, D. P.; NETO, J. B. B. Atlas didático de parasitologia. São Paulo: Editora Atheneu, 2ª ed., 2009.

FISIOLOGIA HUMANA

Ementa: Membrana celular, difusão, osmose, equilíbrio iônico celular, transporte mediado, canais iônicos, excitabilidade (geração e base molecular do potencial de ação), movimento mecânico celular (mecanismo de acoplamento excitação-contração e potencial de placa

motora). Fotobiologia (fisiologia de bastões e cones). Fisiologia dos Sistemas de Controle e Órgãos Especiais: Sistema Nervoso, princípios gerais e fisiologia sensorial (sistema somatosensorial ou somestésico), os órgãos especiais dos sentidos (visão, ouvido, gosto e olfato), neurofisiologia motora e integrativa (controle nervoso do movimento, patologias clássicas), sistema nervoso periférico (distribuição e funções do sistema nervoso somático e sistema nervoso autônomo). Sistema Endócrino, hormônios, glândulas endócrinas, mecanismos de ação hormonal, regulação da secreção hormonal, endocrinologia e reprodução. Fisiologia dos Sistemas Vegetativos: Sistema Renal, os líquidos corporais e os rins, regulação ácido-básica, sistemas tampão, desequilíbrios acidobásicos. Sistema Cardiovascular, o coração (propriedades do tecido cardíaco e geração do potencial de ação nodal), a circulação, controle da pressão arterial, cascata da coagulação. Sistema Respiratório, mecânica e regulação da ventilação, pleuras, intercâmbio gasoso (Efeito Bohr e Efeito Haldane). Fisiologia Gastrointestinal, mastigação, reflexo da deglutição, motilidade do trato gastrointestinal, glândulas anexas do sistema digestivo e secreções, digestão e absorção de nutrientes orgânicos e absorção de água e eletrólitos.

Bibliografia Básica

HALL, John E. Guyton & Hall Tratado de fisiologia médica. 12º ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KOEPPEL, Bruce M. & STANTON, Bruce A. [Editores]. Berne & Levy: Fisiologia. 5º ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia. 4º ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

Bibliografia Complementar

BRAUNWALD, Eugene; KASPER, Dennis L.; FAUCI, Anthony S.; JAMESON, J. Larry, LONGO, Dan L.; HAUSER, Ste. Medicina Interna de Harrison - 2 Volumes. 18ed. ARTMED EDITORA - GRUPO A EDUCACAO S/A. 2013.

JOHNSON, Leonard R. Fundamentos de Fisiologia Médica. 2º ed., Guanabara Koogan, 2000.

JACOB, Stanley W.; FRANCONI, Clarice Ashworth & LOSSOW, Walter J. Anatomia e fisiologia humana. 5º ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NELSON, David L. & COX Michael M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6º ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DEVLIM, Thomaz M. [Coord.]. Manual de bioquímica com correlações clínicas. São Paulo: Blucher, 2011.

KOOLMAN, Jan & RÖHM, Klaus-Heinrich. Bioquímica: texto e atlas. 4º ed. Porto Alegre: Artmed. 2013.

HISTÓRIA E TEORIAS DA ENFERMAGEM

Ementa: Compreende a evolução histórica da enfermagem enquanto prática profissional e sua conformação na sociedade brasileira, abordando sobre determinantes sociais políticos e econômicos. Relação de gênero, poder, trabalho e saúde vinculados à profissão. Principais teóricas da Enfermagem Brasileira e Internacional.

Bibliografia Básica

RIZZOTTO, M. L. F. História da enfermagem e sua relação com a saúde pública. Goiânia: AB Editora, 1999.

LIMA, M. J. de. O que é Enfermagem. 3ed São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANTOS, E. F.; et al. Legislação em Enfermagem: Atos Normativos do Exercício e do Ensino de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2006.

Bibliografia Complementar

OGUISSO, T. Trajetória histórica e legal da Enfermagem. Barueri: Manole, 2005.

PORTO, F. (Orgs). História da Enfermagem Brasileira. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007.

NAKAMAE, D. D. Novos Caminhos da Enfermagem. São Paulo: Cortez, 1987.

TACLA, M. T. G. M. Desenvolvendo o pensamento crítico no ensino de Enfermagem. São Paulo: Cultura e Qualidade, 2002.

DANIEL, Liliana Felcher. A enfermagem planejada. 2. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

MICROBIOLOGIA

Ementa: Histórico, abrangência e desenvolvimento da Microbiologia. Caracterização e

classificação dos microrganismos. Morfologia e ultra-estrutura dos microrganismos. Nutrição e cultivo dos microrganismos. Metabolismo microbiano. Utilização de energia. Crescimento e regulação do metabolismo. Controle de microrganismos. Genética microbiana. Microrganismos e engenharia genética. Características gerais das bactérias, vírus e fungos. Patogenia, isolamento, identificação, classificação, prevenção e controle das doenças infecciosas. Forma, estrutura, reprodução fisiológica, metabolismo e identificação dos seres microscópios.

Bibliografia Básica

BARBOSA, H. R.; TORRES B. B. Microbiologia Básica. São Paulo: Atheneu, 1ª ed., 1998.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 10ª ed., 2010.

RIBEIRO, M. C.; STELATO, M. M. Microbiologia Prática. São Paulo: Atheneu, 2ª ed., 2011.

Bibliografia Complementar

ACTOR, J. K. Imunologia e Microbiologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1ª ed., 2007.

ALANE, B. V. et al. Práticas de Microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1ª ed., 2006.

MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; DUNLAP, P. V.; CLARK, D. P. Microbiologia de Brock. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 12ª ed., 2010.

PELCZAR, M.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. I. Microbiologia - Conceitos e Aplicações. São Paulo, SP: Makron Books, 2ª ed., 1997.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. São Paulo: Atheneu, 5ª ed., 2008.

FARMACOLOGIA APLICADA A ENFERMAGEM

Ementa: Introdução à farmacologia, Farmacocinética (dinâmica de absorção, da administração, da distribuição, e da eliminação), Farmacodinâmica (mecanismos de ação dos fármacos e relação entre sua concentração e seu efeito). Mecanismo de ação dos principais

grupos de fármacos. Efeitos dos fármacos sobre os diferentes sistemas orgânicos. Farmacologia dermatológica, quimioterapia das infecções parasitárias, quimioterapia das doenças microbianas, quimioterapia das doenças neoplásicas, farmacologia dos imunossupressores e imunoestimulantes. Otimização terapêutica e avaliação farmacoterapêutica na atenção básica com enfoque e aplicação clínica do uso dos anticoncepcionais, de fármacos utilizados no tratamento da dor e inflamação, na doença arterial coronariana, doença renal crônica, doença pulmonar obstrutiva crônica, na diabetes, na dislipidemia, na obesidade, nos transtornos mentais, na hipertensão, na gestação, na terapia antirretroviral e antibioticoterapia. Protocolos de acompanhamento farmacoterapêutico. Interações medicamentosas: Interação fármaco-fármaco, interação fármaco-alimento. Interferência de medicamentos em exames laboratoriais. Prescrição de medicamentos no contexto da consulta de enfermagem/avaliação de enfermagem.

Biobibliografia Básica

GILMAN, A. G.; GOODMAN, L. S.; RALL, T.W. E MURAD, F. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 12ª edição, 2012.

KATZUNG, B.G. Farmacologia Básica e Clínica. 12. ed. Rio de Janeiro. Guanabara. 2014.

RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. Farmacologia. 7º edição. Editora Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar

SILVA, P. Farmacologia. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2014

GOLAN, D. E. Princípios de Farmacologia – A base fisiopatológica da Farmacologia 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2014.

KARALIEDDE, L.; CLARKE, S. F. J.; COLLIGNON, U. KARALIEDDE, J. Interações Medicamentosas Adversas 1ª Ed. Editora Guanabara Koogan, 2012

WANNMACHER, L & FUCHS, F. D. Farmacologia Clínica – Fundamentos da Terapêutica Racional, 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2010.

ALMEIDA, J. R. C. & CRUCIOL, J. M. Farmacologia e Terapêutica Clínica para equipe de enfermagem 1ª ed, editora atheneu, 2013.

FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM

Ementa: Aplicação da metodologia da assistência de enfermagem com vista ao planejamento e execução dos cuidados de baixa complexidade, noções do processo de trabalho em enfermagem nas unidades de saúde fundamentadas no procedimento teórico prático do exercício da profissão. Desenvolvimento de habilidades técnicas necessárias ao desempenho prático da profissão. Treinamento e manuseio de equipamentos e materiais hospitalares. Desenvolvimento de técnicas básicas de Enfermagem, observando os princípios científicos para promoção, proteção e recuperação da saúde. Metodologia da assistência e instrumentos básicos de enfermagem. Atribuições do enfermeiro na admissão, alta e transferência do usuário. Assistência da Enfermagem na oxigenioterapia, sinais vitais e necessidades humanas básicas. Administração de medicamentos.

Bibliografia Básica

ATKINSON, Leslie; MURRAY, Mary. Fundamentos de enfermagem: Introdução de enfermagem. Rio de Janeiro, 2013.

BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

POTTER, Patricia A. et al. Fundamentos de enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Bibliografia Complementar

CARMAGNANI, Maria Isabel Sampaio et al. Procedimentos de enfermagem: guia prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

NETTINA, Sandra M. et al. Prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PAIM, Rosalda C. N.. Problemas de enfermagem e a terapia centrada nas necessidades do paciente. Rio de Janeiro: União dos Cursos Cariocas, 1978.

SUDDARTH, Brunner &. Moderna prática de enfermagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

VIANA, Dirce Laplaca (Org.). Boas práticas de enfermagem. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA

Ementa: Estudo dos instrumentos necessários ao desenvolvimento das competências e habilidades técnicas humanísticas necessárias ao atendimento das necessidades básicas do indivíduo família e comunidade com vistas á implementação do processo de enfermagem: Conceitos Básicos. Exame Físico e o Processo de Enfermagem. Exame Físico: anamnese. Identificação dos padrões de normalidade dos principais órgãos. Localização dos principais órgãos e seus transtornos. Avaliação semiotécnica dos Sistemas: cardiorespiratório, sistema digestivo, sistema nervoso, sistema endócrino, sistema reprodutor.

Bibliografia Básica

BORTOLOZO, Neuce Maria. Técnicas em Enfermagem: Passo a Passo.EPUB: Botucatu, SP, 2007.

POSSO, Maria Belén Salazar. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2010. 181 p. ISBN 85-7379-155-1.

POTTER, Patricia A. et al. Fundamentos de enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 1391 p. ISBN 978-85-352-6153-0.

Bibliografia Complementar

ATKINSON, Leslie; MURRAY, Mary. Fundamentos de enfermagem: Introdução de enfermagem. Rio de Janeiro, 2013.

COSENDEY, Carlos Henrique. Semiologia Bases Para Prática assistencial. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 1023 p. ISBN 978-85-363-2601-6.

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Manual de diagnosticos de enfermagem. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 791 p. ISBN 978-85-363-2557-6.

BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12. ed. Riode Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PATOLOGIA GERAL

Ementa: Introdução à patologia geral. Adaptação, dano e morte celular. Inflamação aguda e crônica. Tecido de renovação e reparação: Regeneração, cicatrização e fibrose. Disfunções hemodinâmicas, doenças tromboembolíticas e choque. Neoplasias. Doenças infecciosas.

Introdução à patologia dos sistemas orgânicos.

Bibliografia Básica

ROBBIS & COTRAN. Patologia: Bases Patológicas das doenças 8ª Ed. Editora Elsevier, 2010.

FILHO, G. B. Patologia Geral. 5ª ed. Editora Guanabara Koogan. 2013.

GROSSMAN, S. & PORTH, C. M. Fisiopatologia. 9ª ed. Editora guanabara, 2016.

Bibliografia Complementar

ROBBIS & COTRAN. Fundamentos de Patologia 8ª Ed. Editora Elsevier, 2012.

DAVIS, FINKBEINER, URSELL. Autópsia em Patologia – Atlas e texto. 1ª ed. Editora Roca, 2005.

REISNER, H. M. Patologia: Uma abordagem por estudos de casos. 1ª ed. Editora Mc Graw Hill, 2015.

ROCHA, A. Patologia: Processos Gerais para o estudo das Doenças. 2ª ed. Editora Rideel, 2011.

WILSON, W. R. Doenças infecciosas: Diagnóstico e tratamento. 1ª ed. Editora Artmed, 2004.

GENÉTICA

Ementa: Divisão celular. Gametogênese e fertilização. Genética e sua importância. Aspectos gerais da genética humana. As leis de Mendel. Noções de probabilidade. Alelos múltiplos. Interação gênica. Aspectos gerais da genética humana. Ligação gênica. Mapeamento do genoma humano. Determinação cromossômica do sexo. Citogenética humana. Alterações cromossômicas numéricas e estruturais. Genética e câncer. Herança citoplasmática. Herança e ambiente. Noções da genética das populações humanas e evolução.

Bibliografia Básica

BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª ed., 2013.

PIERCE, B. A. Genética: Um Enfoque Conceitual. Rio de Janeiro: Guanabara

Koogan, 3ª ed., 2013.

BROWN T.A. Genética: Um Enfoque Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed., 2014.

Bibliografia Complementar

WATSON, J.D.; BAKER, T.A.; BELL, S.P.; GANN, A.; LEVINE, M.; LOSICK, R. e HARRISON, S.C. Biologia Molecular do Gene. Porto Alegre: Artmed, 4ª ed., 2015.

GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 10ª ed., 2011.

KLUG, W. S. et al. Conceitos de Genética. Porto Alegre: Artmed, 9ª ed., 2010.

NUSSBAUM, R. L.; McINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson & Thompson Genética Médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª ed., 2008.

SNUSTAD, P. & SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 4ª ed. 2008.

PROCESSOS DE ENFERMAGEM

Ementa: Apresentação dos instrumentos necessários à compreensão e avaliação das Teorias de Enfermagem que incluem a linguagem, a definição do pensamento teórico e seu contexto histórico. Elaboração do Processo de Enfermagem.

Bibliografia Básica

ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda. Aplicação do Processo de Enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

HORTA, Wanda Aguiar; EE.P. CASTELLANOS, Brigitta. Processo de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

CARPENITO, Lynda Juan. Manual de diagnósticos de enfermagem. 13 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar

ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda. Aplicação do processo de enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Compreensão do processo de enfermagem: mapeamento de conceitos e planejamento do cuidado para estudantes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GARCEZ, Regina Machado. Diagnóstico de Enfermagem da NANDA: definições e classificação Porto Alegre. Arned, 2013.

POTTER, P. A.; PERRY.A. G. Fundamentos de Enfermagem - Conceitos, Processo e Prática. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner. Tratado de enfermagem Médico-Cirúrgica. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SAÚDE COLETIVA

Ementa: Saúde Coletiva e Saúde Pública: conceitos fundamentais. Evolução histórica das políticas públicas no Brasil. Sistema Único de Saúde: princípios doutrinários e organizacionais. Política Nacional de Atenção Básica. Processo saúde-doença. Determinantes em saúde. A Estratégia Saúde da Família. O processo de territorialização como ferramenta. Ambiente e saúde. Processo de enfermagem centrado na comunidade e na família. Educação para a saúde. Saúde, sociedade, condições de vida e transição demográfica. Abordagem assistencial em programas prioritários em áreas específicas nos Serviços Básicos de Saúde com foco na família e na comunidade. Estratégias de organização das ações do sistema de saúde e implantação de programas de saúde nos municípios, principais programas de saúde do SUS e gestão política do sistema de saúde. Vigilância em Saúde. Saúde-doença como expressão das condições concretas de existência envolvendo os programas de saúde do Ministério da Saúde (imunização, crescimento e desenvolvimento, saúde da mulher, IST/AIDS, saúde da criança e do adolescente, Tuberculose, Hanseníase e saúde bucal).

Bibliografia Básica

FIGUEIREDO, N.M.A. Ensinado a Cuidar em Saúde Pública, São Paulo: YENDIS, 2005.

FIGUEIREDO, N.M.A. TONINI, T. SUS e saúde da família para enfermagem, São

Paulo: YENDIS, 2005.

MEDRONHO, R.A. et al. Epidemiologia. 2ªed. Atheneu. São Paulo, 2009.

BRASIL. Lei orgânica de saúde: nº. 8080/90 e 8142/90. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRASIL. Decreto 7508/2011. Regulamentação da Lei 8080/90. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Saúde. Guia de Bolso Doenças Infecciosas e parasitárias. Brasília: 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do programa da saúde da família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/publicacoes>.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Caderno de atenção básica nº32. Brasília: 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: 2012.

KAWAMOTO, E.E. et al. Enfermagem Comunitária. EPV. São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, N. M. A. Ensinando a Cuidar em Saúde Pública. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

PHILIPPI JR, A. Saneamento, Saúde e Meio Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Manole Editora. Barueri-SP, 2005.

FIGUEIREDO, N.M.A. TONINI, T. SUS e saúde da família para enfermagem, São Paulo: YENDIS, 2005.

MEDRONHO, R.A. et al. Epidemiologia. 2ªed. Atheneu. São Paulo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília. 1997.

PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE

Ementa: Introdução à Psicologia. Estudos do comportamento, percepção, personalidade, desenvolvimento individual, formação do grupo social, comunicação e relacionamento. O doente e seu universo pessoal no contexto da assistência de Enfermagem. Terminalidade. Relação humana entre cliente e profissional.

Bibliografia Básica

BUHLER, C.M. O desenvolvimento da criança do primeiro ao sexto ano de vida. São Paulo: EPU, 1979

BRAGHIROLI, E.M. et al. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, I.M. Introdução à Psicologia das relações humanas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981

Bibliografia complementar

BUENO, J.M. Psicomotricidade. São Paulo: Cortez, 2013.

VIGOSTSKI, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014

BOCK, A.M.B. Psicologia. São Paulo: Saraiva 2008

VIGOSTSKI, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA

Ementa: Discutir os determinantes sociais, econômicos, culturais e epidemiológicos da população adulta e idosa. Identificar os principais agravos crônicos, transmissíveis e não transmissíveis relacionados às políticas de saúde voltadas ao adulto e idoso na atenção básica. Descrever os aspectos conceituais e teóricos relacionados à saúde do adulto e do idoso. Conhecer as políticas públicas e as ações estratégicas de atenção à saúde do adulto e do idoso na atenção básica. Relacionar os programas e os protocolos de atenção ao usuário adulto e idoso com os cuidados de enfermagem, com ênfase em ações de promoção e prevenção da

saúde.

Bibliografia Básica

BRÊTAS, A. C. P.; GAMBA, M. A. (Orgs), CIANCIARULHO, T. (Coord).
Enfermagem e saúde do adulto. São Paulo: Manole, 2006.

FIGUEIREDO, N. M. de; TONINI, T. (org). GERONTOLOGIA: Atuação da
Enfermagem no Processo do Envelhecimento. São Caetano do Sul, SP: Yendis
Editora, 2006.

FREEMAN, T.; MCWHINNEY, I.R. Manual de Medicina de Família e
Comunidade. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

BEDIN, Livia Perasol. PAULINO, Livia Valle. PAULINO, Ivan. Estratégia - Saúdeda
Família. 1º edição, São Paulo, 2009.

BERTOLLI FILHO, Claudio. História da Saúde Pública no Brasil. 4. ed. São Paulo:
Ática, 2006.

FONTINELE, Kliger Junior, Programa Saúde da Família - PSF Comentado, 2ª
edição, AB Editora, São Paulo, 2008.

JEKEL, James F.; KATZ, David L.; ELMORE, Joann G. Epidemiologia,
Bioestatística e Medicina Preventiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PETERLINI, F. L.; SARTORI, M. R. A.; FONSECA, A.S. Clínica Médica. São
Paulo: Martinari, 2014.

SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA

Ementa: A construção social do gênero e sua relação com o processo saúde/doença vivenciado pelas mulheres. Aspectos econômicos e culturais relacionados à reprodução humana, identificação de agravos e riscos à saúde da gestante, feto e recém-nascido. Modificações fisiológicas do ciclo menstrual, da gestação, parto, puerpério e climatério. Saúde mental da mulher. Assistência humanizada no pré-natal, parto, puerpério. Assistência de enfermagem na mulher na prevenção e tratamento das complicações ginecológicas, na gravidez, parto e puerpério. Estudo da morbi-mortalidade no processo reprodutivo humano e clínica ginecológica. Assistência clínico-ginecológico, incluindo os programas de controle do

câncer cérvico-uterino e de mama. Doença sexualmente transmissível. Aspectos éticos e legais relacionados à reprodução.

Bibliografia Básica

REZENDE, Jorge de. Obstetrícia. 10.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 1565 p. ISBN 9788527709774

GONZALEZ, Helcy. Enfermagem em ginecologia e obstetrícia. São Paulo: SENAC, 1994. 142 p. (Apontamentos. saúde; 2) 2

LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Enfermagem na saúde da mulher. Goiânia: AB Ed., 2006. 259 p.

BARROS, Sonia Maria Oliveira de; MARIN, Heimar de Fatima; ABRÃO, Ana Cristina Freitas de Vilhena. Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial. São Paulo: Roca, 2002. xviii, 517 p. ISBN 97885724137324

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE. Acompanhando a saúde a mulher: gestação, parto e puerpério. Brasília: Ministério da Saúde, 1995.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. Ensinando a cuidar da mulher, do homem do recém-nascido. 1. ed São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2005. xxii, 522 p. (Práticas de enfermagem) ISBN 85-98859-05-2 1 Ex.

SILVA, J. C.; FIGUEIREDO, M. L. F. A percepção da mulher idosa sobre sua sexualidade: uma contribuição para a enfermagem. Teresina: EDUFPI, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas de Saúde. Área Técnica da Saúde da Mulher. Gestação de Alto Risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Saúde da Mulher. Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas de Saúde. Área Técnica da Saúde da Mulher. Urgências e Emergências Maternas. Guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna. 2 ed. Brasília:

Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação de Saúde da Mulher. Serviço de Assistência à mulher. Assistência ao Planejamento Familiar. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO BÁSICA

Ementa: Proporcionar ao educando fundamentos teóricos e práticos para prestar assistência de enfermagem de forma sistematizada e humanizada ao neonato, à criança, ao adolescente e a família nas frentes do ciclo de doenças e agravos mais frequentes, levando em conta a especificidade cultural. História da política pública de atenção à criança. Perfil epidemiológico da população infanto-juvenil; direitos da criança e do adolescente segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); o conhecimento de conteúdos e princípios científicos para o cuidado à criança nas diferentes etapas de crescimento e desenvolvimento ensino teórico e prático da assistência de enfermagem à saúde da criança com base nos protocolos do Ministério da Saúde.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, F. A; SABATÉS, A. L. Enfermagem em pediatria: a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo: 2008.

SCHIMTZ, E. M. A. Enfermagem em pediatria e puericultura. São Paulo: Atheneu, 2005.

BORGES, A. L.V. FUJIMORI, E. Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. São Paulo: Manole, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação: introdução: módulo 1. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde – 2ª Ed. ver.- Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – avaliar e classificar a criança de 2 meses a 5 anos de idade: módulo 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – identificar o tratamento: módulo 3. Brasília:

Ministério da Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – tratar a criança: módulo 4. Brasília: Ministério da

Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – aconselhar a mãe ou o acompanhante: módulo 5.

Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – atenção à criança de 1 semana a 2 meses de idade:

módulo 6. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – consulta de retorno: módulo 7. Brasília: Ministério

da Saúde, 2003. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

CABRAL, I. E.; FIGUEIREDO, J. E. F. Enfermagem pediátrica. Tradução da Série Incrivelmente Fácil. Equipe Lippincott Williams e Wilkins. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

KENNER, C. Enfermagem Neonatal. 2. ed..Revisão técnica Maria Isabel Caramagnani. Rio de Janeiro: Reichemann e Affonso Editores, 2001. 375p.

NANDA - North American Nursing Diagnosis Association. Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2009-2011. Porto Alegre: Artmed; 2009.

PHILIP, Alistair G. S. Neonatologia. RJ: Guanabara Koogan, 1979.

RICCI, S. S., Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher, 1ª edição, Rio de

Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.

SANTOS, L. G. A., et al. Enfermagem em Pediatria. 1ª edição, Medbook. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Lenir. Atenção à saúde da criança. Brasília: CONASS, 2006.

SILVEIRA, A. O.; ÂNGELO, M.; MARTINS, S. R. Doença e hospitalização da criança: identificando as habilidades da família. Rev enferm UERJ, v 16, n 2, p. 212-7, 2008.

SOUSA, A. L. T. M.; FLORIO, A.; KAWAMOTO, E.E. O neonato, a criança e o adolescente, São Paulo: EPU, 2001.

SOUSA, Ana Lúcia Teles de Moura. O neonato, a criança e o adolescente, São Paulo: EPU, 2001.

VASCONCELOS, M. M. de. VOEUX, Patrícia Lydi.(Trad.) Avery, Neonatologia: Fisiopatologia e tratamento do RN. 6ª edição, Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2010.

WONG, D. L. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

WONG, D. L. Enfermagem pediátrica.Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

WONG, D. L. Fundamentos de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA

Ementa: Aspectos históricos e conceituais da epidemiologia e seu uso nas análises relacionadas ao processo saúde e doença. Medidas em Epidemiologia: principais taxas e coeficientes de mortalidade e morbidade. Tipos de estudos epidemiológicos. Estatística básica: construção de gráficos e tabelas; medidas de tendência central e de dispersão; análises de distribuição e frequência; introdução à inferência estatística. O uso da epidemiologia como instrumento de tomada de decisão. Os Sistemas de Informação em Saúde.

Bibliografia Básica

MEDRONHO, R.A. et al. Epidemiologia. 2ºed. Atheneu. São Paulo, 2009.

ALMEIDA FILHO, N de & ROUQUAYROL, M.Z. Introdução a Epidemiologia. 4º ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2014.

VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. 4º ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2008.

Bibliografia Complementar

BONITA, R. et al. Epidemiologia Básica. 2º ed. Santos Editora. São Paulo, 2013.

Disponível

em:

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43541/5/9788572888394_por.pdf

PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 1995.

ROUQUAYROL, M.Z. et al. Epidemiologia e saúde. 6º ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

SOUNIS, E. Bioestatística: princípios fundamentais, metodologia estatística, aplicação às ciências biológicas. 3 ed. Rio de Janeiro: ATHENEU, 1985.

VERAS, R.P. BARRETO, M.L. ALMEIDA FILHO, N de. BARATA, R.B.

Epidemiologia: Contextos e Pluralidades. FioCruz. Rio de Janeiro, 1998. Disponível

em Scielo books: [http://static.scielo.org/scielobooks/p5z3b/pdf/veras-](http://static.scielo.org/scielobooks/p5z3b/pdf/veras-9788575412633.pdf)

[9788575412633.pdf](http://static.scielo.org/scielobooks/p5z3b/pdf/veras-9788575412633.pdf)

SAÚDE MENTAL

Ementa: Políticas de Saúde Mental com ênfase no Processo da Reforma Psiquiátrica brasileira. Questões sociais, culturais e biológicas no desenvolvimento dos transtornos mentais. Crise e sofrimento psíquico. Instrumentos básicos do cuidar: comunicação, observação, concepções do trabalho em equipe e relacionamento interpessoal. Planos de prevenção e promoção em saúde mental ao indivíduo, família, comunidade, considerando a dinâmica do desenvolvimento humano e da personalidade, além de trabalhar mecanismos de defesa e enfrentamento às situações que vivenciam no cotidiano. Construção teórica e prática do campo psiquiátrico e sua inserção em serviços de saúde mental e psiquiátricos. Entrevista Psiquiátrica, Funções Psíquicas e Exame do Estado Mental. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Tecnologias de Cuidado, fundamento no contexto histórico do processo saúde/doença mental para construção dos processos de trabalho nos serviços da rede de

atenção à saúde mental. Processos patológicos mentais: etiologia, características clínicas, aspectos epidemiológicos e psicossociais. Prevenção, tratamento e intervenções de enfermagem. Emergências psiquiátricas.

Bibliografia Básica

STEFANELLI, M. C.; FUKUDA, I.L.K.; ARANTES, E.C. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. 1 ed. Barueri: Manole, 2008.

TOWNSEND, M. C. Enfermagem Psiquiátrica. 7 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Kogan, 2014.

VIDEBECK, S.L. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Fiocruz, 2007.

RESENDE, H.; COSTA, N. R. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil. Vozes, 2000.

TAYLOR C.M. Fundamentos de Enfermagem psiquiátrica. 1 ed. Artes Médicas, 1992.

MARCOLAN, J. F. CASTRO, R.C.B.R. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar, 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

STUART, G.W.; LARAIA, M.T. Enfermagem psiquiátrica: princípios e prática, 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO NA ATENÇÃO HOSPITALAR

Ementa: Aspectos bio-psico-sociais do paciente nos diferentes ciclos de vida. Terminologias cirúrgicas Doenças crônico-degenerativas. Metodologia da Assistência. Habilidades psicomotoras na execução das técnicas de Enfermagem. Conhecimentos de nutrição, anatomia e fisiologia no plano e ação da intervenção de enfermagem. Assistência de Enfermagem ao

cliente adulto em situações de internação hospitalar com problemas respiratórios, gastrintestinais, cardíacos, renais, hepáticos, neurológicos, endócrino- metabólicos e hematológicos. Processo de Enfermagem e suas Interfaces. Admissão e Alta do Paciente a nível hospitalar. Educação em Saúde dos Pacientes Internados. Administração de Medicamentos por via oral e parenteral. Assistência integral e humanizada de enfermagem à pacientes cirúrgicos nos períodos pré e pós-operatório. Sistematização da assistência de enfermagem no período perioperatorio-SAEP. Educação em saúde ao paciente cirúrgico.

Bibliografia Básica

BRUNNER; Sudar. Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 11ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

NETTINA, Sandra M. Prática de Enfermagem. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

POTTER, Patrícia, PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de Enfermagem. Editora Elsevier. 8ªed. Rio de Janeiro. 2013.

Bibliografia Complementar

CAROL TAYLOR, CAROL HILLIS, PRISCILLA LE MONE. Fundamentos de enfermagem: A arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 2007.

GARCEZ, Regina Machado. Diagnostico de Enfermagem da NANDA: definiçõese classificação 2012-2014. Porto Alegre. Editora Artmed, 2013.

MOTTA, Ana L. C. Normas, rotinas e técnicas de Enfermagem. 6 ed. São Paulo: Iátria, 2014.

TANNURE C Chucre, Gonçalves. A.M.P. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2008.

SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO HOSPITALAR

Ementa: Estudo da assistência de enfermagem à saúde da mulher nas diferentes etapas do seu desenvolvimento nos serviços de média e alta complexidade, considerando os determinantes epidemiológicos de morbimortalidade do grupo. Estudos da bacia materna, da estática fetal, da contratilidade uterina, do mecanismo do parto, dos períodos clínicos do parto, do puerpério, das distocias, do partograma, tipos de parto, assistência de enfermagem ao pré-parto, parto e puerpério, assistência de enfermagem às síndromes hemorrágicas e hipertensivas, fisiopatologia das doenças e intercorrências maternas e sua repercussão na saúde da mulher e no desenvolvimento fetal. Prepara o aluno para aplicar o processo de enfermagem à mulher no ciclo gravídico-puerperal e nas diferentes etapas do seu desenvolvimento, com postura ética, utilizando os princípios técnico-científicos ao cuidar da mulher no seu contexto familiar e psicossocial.

Bibliografia Básica

FREITAS, Fernando.; MENKE, Carlos.; RIVOIRE, Waldemar. Rotinas em Ginecologia, 5.ed. São Paulo: Arte Médicas, 2006.

LOWDERMILK, DL. PERRY, SE. Saúde da mulher e enfermagem obstétrica. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MONTENEGRO, Carlos A.B.; REZENDE FILHO, Jorge de. Obstetrícia. 11. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Luciane de Almeida; REIS, Adriana Teixeira. Enfermagem na Prática Materno-Neonatal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004. 82 p.

BRASIL. Programa de Humanização do Parto: humanização pré-natal e nascimento. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002. 20 p.

CUNNINGHAM, F. G. et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

SEBASTIÃO, Piato. Tratado de ginecologia, 2.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2002

SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO HOSPITALAR

Ementa: Estudo da assistência de enfermagem ao neonato, à criança e adolescente nos serviços de média e alta complexidade, considerando a problemática da saúde deste grupo no país e determinantes de morbimortalidade neonatal, infantil e juvenil. Assistência de enfermagem ao neonato, à criança, ao adolescente no processo de hospitalização. Sistematização de Assistência de Enfermagem (SAE) nos agravos prevalentes da criança e do adolescente. Bioética no cuidado de enfermagem à saúde da criança e do adolescente.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, F. A; SABATÉS, A. L. Enfermagem em pediatria: a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo. Guanabara Koogan, 2008.

SCHIMTZ, E. M. A. Enfermagem em pediatria e puericultura. São Paulo: Atheneu, 2005.

SOUSA, A. L. T. M.; FLORIO, A.; KAWAMOTO, E.E. O neonato, a criança e o adolescente, São Paulo: EPU, 2001.

Bibliografia Complementar

SIGAUD, C.H. de S. Enfermagem Pediátrica. São Paulo: EPU, 2005, 239p.

WONG, D. L. Enfermagem Pediátrica. 9 ed. Rio de Janeiro. Guanabara. Koogan, 2014.

PHILIP, Alistair G. S. Neonatologia. RJ: Guanabara Koogan, 1979

SANTOS, Lenir. Atenção à saúde da criança. Brasília: CONASS, 2006.

AUGUSTO, M., NODA, M. Enfermagem pediátrica em terapia intensiva. São Paulo: Sarvier, 1978. 68 p.

ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM

Ementa: Estudo dos princípios da ética, bioética e legislação específica para o exercício profissional vinculados ao compromisso social e humanístico, em nível individual e coletivo.

Bibliografia Básica

FAGUNDES, Márcis Botelho. Aprendendo valores éticos. 7. ed. Belo Horizonte:

Autêntica, 2011.

SANTOS, Elaine Franco dos et al. Legislação em enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2006.

SGRECCIA, Elio. Manual de Bioética: Fundamentos e Ética Biomédica. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

Bibliografia Complementar

CORTELLA, Mario Sergio. Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 21. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2013.

GELAIN, Ivo. Deontologia e Enfermagem. São Paulo: EPU, 1998.

SINGER, Peter. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

NERI, Demétrio. A bioética em laboratório: células-tronco, clonagem e saúde humana. São Paulo: Loyola, 2010.

MOTTA, Ana Letícia Carnevalli. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. 6. ed. São Paulo: Iátria, 2014.

ENSINO CLÍNICO NA ATENÇÃO BÁSICA

Ementa: Aborda os conceitos e princípios da atenção básica, situação de saúde da área de abrangência de uma Unidade Básica de saúde – UBS – para o planejamento das ações de intervenção em nível individual e coletivo, as doenças infecciosas e parasitárias persistentes, emergentes, reemergentes e a de tendência decrescente, vulnerabilidade social, vigilância epidemiológica, sistema de agravos de notificação e Programa Nacional de Imunização. Realiza consulta de Enfermagem em todo o ciclo vital.

Bibliografia Básica

PEREIRA, MPB; BARCELLOS, C. O território no programa saúde da Família. Revista de Geografia Médica e da Saúde, 2(2):47-55, jun2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

FERREIRA, VSC et al. Processo de trabalho do Agente Comunitário de Saúde e a reestruturação produtiva. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(4):898-906, abr, 2009

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional da Atenção Básica. 2012

GIL, CRR. Atenção Primária, atenção básica e saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. Cad. Saúde Pública. 2006. 22(6): 1117-1181.

RIBEIRO, EM et al. A teorização sobre processo de trabalho em saúde como instrumental para análise do trabalho no Programa Saúde da Família. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2): 438-446 mar- a b r, 2004.

REIS, et al. A organização do processo de trabalho em uma unidade de saúde da família: desafios para a mudança das práticas. Interface vol.11 no.23 Botucatu Sept./Dec. 2007.

NAUDERER TM; LIMA, MADS. Práticas de enfermeiros em unidades básicas de saúde em município do Sul do Brasil. Rev Latino-am Enfermagem, setembro-outubro; 16(5): 2008.

TESSER, C.D., POLI NETO, P., CAMPOS, G.W.S. Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15 (supl. 3); 3615 - 3624, 2010. LOPES et al. Acolhimento: quando o usuário bate a porte. Revista Brasileira de Enfermagem. 67(1), 104-10, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção básica. 2012.

MARQUE, D; SILVA, E.M. A enfermagem e o programa saúde da família: uma parceria de sucesso? Revista Brasileira de Enfermagem. 54(5): 545-50, 2004.

PBH. Protocolos clínicos da Atenção Básica – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTauxonomiaMenuPortal&app=saudef&lang=pt_BR&pg=5571&tax=25601

PEREIRA, RTA; FERREIRA, V. A consulta de enfermagem na estratégia saúde da Família. Revista UNIARA, v.17, n.1, julho 2014.

DERMAZO, MMP. Gestão da prática clínica na atenção básica. UNA/SUS.

SILVA, TFA; et al. Consulta de enfermagem à pessoa com diabetes mellitus na atenção básica. REME • Rev Min Enferm. jul/set; 18(3): 710-716, 2014.

ROLIM, RB, et al. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em Debate , Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013.

LACERDA, W. A.; SANTIAGO, I. M. F. L. A participação popular na gestão local do Programa Saúde da Família em Campina Grande, Paraíba. Revista Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 197-205 jul./dez. 2007

LACERDA, MR. Et al. Educação Permanente em enfermagem: subsídios para a prática profissional. Rev. gaúch. enferm;27(3):336-343, 2006.

SILVA, KL, SENA, RR, et al. Promoção da saúde: desafios revelados em práticas exitosas, Rev. Saúde pública vol.48 no.1 São Paulo Feb. 2014.

MALTA, DC. A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, 2006 a 2014. Ciência & Saúde Coletiva, 19(11):4301-4311, 2014

Bibliografia Complementar

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde. Organização da atenção básica na rede municipal de Belo Horizonte – a atenção básica de saúde em Belo Horizonte: Recomendações para organização local. 2006. 155 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, 2006. 60p.

BRASIL. Lei 8080. Disponível em: www.portalsaude.gov.br

BRASIL. Lei 8142. Disponível em: www.portalsaude.gov.br

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações. RIPSА. Brasília: OPAS, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea : queixas mais comuns na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012

Sites

MENDES, EV. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde Renovação da Atenção Primária em Saúde nas Américas: documento de posicionamento da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). Washington, D.C: OPAS, © 2007.

PAIM, C.J; et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. Publicado [Online] 9 de maio de 2011.

STARFIELD, G. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. Link: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130805por.pdf>

ENSINO CLÍNICO NA ATENÇÃO HOSPITALAR DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Ementa: Aborda os conceitos e princípios da atenção hospitalar de média complexidade, com assistência de enfermagem na atenção em clínica médica, cirúrgica, pediátrica, obstétrica e neonatal. Realizar o processo de enfermagem em toda assistência. Realizar os procedimentos técnicos de enfermagem.

Bibliografia Básica

BRUNNER; Sudar. Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 11^aed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

NETTINA, Sandra M. Prática de Enfermagem. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

POTTER, Patrícia, PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de Enfermagem. Editora Elsevier. 8^aed. Rio de Janeiro. 2013.

FREITAS, Fernando.; MENKE, Carlos.; RIVOIRE, Waldemar. Rotinas em Ginecologia, 5.ed. São Paulo: Arte Médicas, 2006.

LOWDERMILK, DL. PERRY, SE. Saúde da mulher e enfermagem obstétrica. 10^a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALMEIDA, F. A; SABATÉS, A. L. Enfermagem em pediatria: a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo. Guanabara Koogan, 2008.

SCHIMTZ, E. M. A. Enfermagem em pediatria e puericultura. São Paulo: Atheneu, 2005.

SOUSA, A. L. T. M.; FLORIO, A.; KAWAMOTO, E.E. O neonato, a criança e o adolescente, São Paulo: EPU, 2001

MONTENEGRO, Carlos A.B.; REZENDE FILHO, Jorge de. Obstetrícia. 11. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

CAROL TAYLOR, CAROL HILLIS, PRISCILLA LE MONE. Fundamentos de enfermagem: A arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 2007.

GARCEZ, Regina Machado. Diagnostico de Enfermagem da NANDA: definições e classificação 2012-2014. Porto Alegre. Editora Artmed, 2013.

ARAÚJO, Luciane de Almeida; REIS, Adriana Teixeira. Enfermagem na Prática Materno-Neonatal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004. 82 p.

Programa de Humanização do Parto: humanização pré-natal e nascimento. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002. 20 p.

CUNNINGHAM, F. G. et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

SEBASTIÃO, Piato. Tratado de ginecologia, 2.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2002

SIGAUD, C.H. de S. Enfermagem Pediátrica. São Paulo: EPU, 2005, 239p.

WONG, D. L. Enfermagem Pediátrica. 9 ed. Rio de Janeiro. Guanabara. Koogan, 2014.

PHILIP, Alistair G. S. Neonatologia. RJ: Guanabara Koogan, 1979 SANTOS, Lenir. Atenção à saúde da criança. Brasília: CONASS, 2006.

AUGUSTO, M., NODA, M. Enfermagem pediátrica em terapia intensiva. São Paulo: Sarvier, 1978. 68 p.

ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM

Ementa: Trata da estrutura e organização dos Serviços de Enfermagem, priorizando a Administração da Assistência aos usuários nos Níveis de Baixa, Média e Alta Complexidade. Práticas Gerenciais, Modelo de Gestão e serviços de apoio. Gestão de Pessoal. Hospital como unidade produtora de serviços, inserido no contexto do sistema de saúde, reconhecendo os modelos de organização do trabalho e da assistência de enfermagem, influência das teorias administrativas, a organização hospitalar e a sistematização da assistência de enfermagem. Processo decisório e de liderança e a gerenciados recursos humanos, materiais e ambientais em enfermagem hospitalar. A estrutura organizacional do hospital, trabalho grupal e em equipe, planejamento estratégico e gerenciamento de conflitos.

Bibliografia Básica

RIBEIRO, A. B. C. Administração de Pessoal, nos hospitais, 2º edição, LTR, FENAME, 1977.

MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. São Paulo, Iátria, 2003.

KURCGANT, Paulina et al. Gerenciamento em enfermagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

CARPENITO, Linda J. Planos e cuidados de Enfermagem e documentação. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo: Ed. *Campus* Elsevier, 2004.

FERREIRA-SANTOS, Célia Almeida. A Enfermagem como profissão: Estudo num Hospital Escola. São Paulo: Pioneira. 1973

GRIFFIN, Rickyw. Introdução à administração. 1º. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KURCGANT, Paulina et al. Gerenciamento em enfermagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

LEÃO, E. R. et al. Qualidade em Saúde e indicadores como ferramenta de gestão. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

MARQUIS, BESSIE L. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática/ Bessie L. Marquis e Carol J.Huston; trad. Regina Garcez. – 4.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. Administração e Liderança em Enfermagem Teoria e Prática. 6°. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

MAXIMIANO, Antônio C. Teoria Geral da administração. 6°. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROUQUAYROL, Maria Z.; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e Saúde. 6°. Ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

SANTOS, Iraci dos et al. Administração em enfermagem. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.

MÉTODOS E TÉCNICAS PARA O TRABALHO CIENTÍFICOS EM ENFERMAGEM

Ementa: Compreensão da ciência e pesquisa de forma aplicada à vida acadêmica. Organização dos estudos na graduação de forma individual e grupal. Iniciação do acadêmico no processo do pensamento científico e do desenvolvimento de espírito crítico, instrumentalizando-o para a produção de conhecimento de forma científica e condizente com as normas da ABNT. Fontes de obtenção de informação: bases de dados, consulta de periódicos e acervos digitais. Incentivo à participação e produção em eventos científicos. Formas de organização do estudo em sínteses: fichamento, mapas conceituais, resumo, resenha. Formas de organização do estudo em sínteses: fichamento, mapas conceituais, resumo, resenha.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRADE, M. M. Introdução da Metodologia do Trabalho Científico, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. P. Projeto de Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice-Hall, 6 ed, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2 ed., 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração de dados. São Paulo: Atlas, 6 ed, 2006.

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Vozes, 2014.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)

Ementa: Primeiro estágio da consolidação do conhecimento desenvolvido pelo aluno, em consonância com a orientação de docente, através da apresentação de Projeto de Pesquisa vinculado ao processo de construção da monografia. Nesta fase o aluno se apropria das principais regras no processo de desenvolvimento do TCC, inicia e finaliza o projeto de pesquisa apresentando-o a uma banca que o irá avaliar. Nesta fase o professor orienta o aluno quanto a escolha do tema, levantamento bibliográfico, metodologia, cronograma de execução, formatação, entre outros aspectos que podem variar de acordo com a proposta de pesquisa.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. Introdução da Metodologia do Trabalho Científico, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. P. Projeto de Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN P. A. Projeto de Pesquisa, 6 ed. São Paulo:

Pearson Education, 2007

Bibliografia Complementar

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Vozes, 2014.

RUIZ, J.A. Metodologia Científica: guia para eficácia nos estudos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006

Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso. Resolução 08/11 Consu/UNIFAP.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico, 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA

Ementa: Estrutura, organização e funcionamento da Unidade Cirúrgica, Centro Cirúrgico e Recuperação anestésica. Paramentação e instrumentação cirúrgica. Preparo do ambiente para o procedimento cirúrgico, circulação da sala, controle de gastos de materiais e insumos. Classificação das cirurgias quanto à indicação, finalidade e potencial de contaminação. Tipos de anestesia, principais anestésicos e analgésicos. Assistência integral e humanizada de enfermagem à pacientes cirúrgicos no transoperatório. Atuação em central de material de esterilização. Processamento e controle de qualidade de artigos médicos e hospitalares. Aspectos administrativos na unidade da central de material. Biossegurança. Higiene e segurança do trabalho em saúde. Processamentos de artigos odonto-médico-hospitalares. Central de materiais e esterilização (CME); Gerenciamento dos resíduos de saúde. Comissão e Serviço de Controle de Infecção nos serviços de Saúde.

Bibliografia Básica

BRUNNER; S. Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 11ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. LEITE, Josete Luzia. MACHADO, Wiliam César Alves. Centro Cirúrgico - Atuação, Intervenção e Cuidados de

Enfermagem. 1º ed. São Paulo. Yendis, 2010.

POTTER, Patrícia, PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de Enfermagem. Editora Elsevier. 8ªed. Rio de Janeiro. 2013.

Bibliografia Complementar

TIMBY, B. K. Conceitos e Habilidades Fundamentais no Atendimento de Enfermagem: Tradução Ana Rubin Unicovisky – 8. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

POSSARI, João Francisco. Centro de Material e Esterilização - Planejamento, Organização e Gestão. 4ªed. São Paulo, 2010.

BARTMANN, Mercilda. Enfermagem Cirúrgica, 1ª Ed. SENAC, 2010.

MEEKER, Margareth; ROTHROCK, Alexander. Cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

TAYLOR, Carol. Fundamentos de enfermagem. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

UCHIKAWA, Kazuko. SILVA, Arlete. PSALTIKIDIS, Eliane Molina. Enfermagem em Centro de Material e Esterilização. 2ªed, Manole, São Paulo.

ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ementa: Princípios gerais de primeiros socorros em situações de emergência e/ou urgência. Medidas de prevenção de acidentes. Estrutura física de uma unidade de urgência e emergência, ações imediatas e mediatas em situações de emergências e/ou urgências. Estudo de diversas patologias que envolvem risco de vida, relacionadas com a Unidade de Urgência/Emergência: fundamentação fisiopatológica, detecção das manifestações clínicas, configuração do diagnóstico, instituição dos cuidados imediatos urgentes e emergenciais. Estudos das medidas preventivas contra acidentes; situações de emergência em todas as fases do ciclo vital.

Bibliografia Básica

BACARINI, Manual de urgências em pronto socorro. São Paulo: Medsi, 2000.

GOMES, Alice Martins. Emergências: Planejamento e organização de unidade; assistência de enfermagem. São Paulo: EPU, 2001.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Urgência e emergência para a enfermagem: do atendimento pré-hospitalar APH a sala de emergência. 5º Ed. São Paulo, 2008.

TAYLOR, Carol. Fundamentos de Enfermagem. 5º ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

APPLING, Susan E. Procedimentos em Enfermagem. São Paulo: Reichmann & Autores Editores, 2005.

CAROL TAYLOR, CAROL HILLIS, PRISCILLA LE MONE. Fundamentos de enfermagem: A arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FRIZOLI, Alberto. Emergências manual de diagnóstico e tratamento. 2º ed. São Paulo: Sarvier, 2004.

GOMES, Alice Martins. Emergências: Planejamento e organização de unidade: assistência de enfermagem. 2º ed. São Paulo: EPU, 2008.

TIMBY, Barbara K. Conceitos e Habilidades Fundamentais no Atendimento de Enfermagem. Tradução Ana Rubin Unicovisky. 8º ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ENFERMAGEM EM ALTA COMPLEXIDADE

Ementa: Estrutura, organização e funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva. Estudo teórico da metodologia da assistência de enfermagem aos clientes de alto risco sob cuidados específicos e intensivos de alta complexidade, com falência de uma ou mais de suas funções vitais. As necessidades humanas básicas dentro do contexto da atenção ao paciente crítico. Sistematização da assistência de enfermagem a pacientes com cuidados críticos e instáveis.

Bibliografia Básica

GOMES, Alice M. Enfermagem na unidade de terapia intensiva. 3ª Edição. São Paulo: E.P.U., 2008.

KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

VIANA, Renata Andréia P. P.; WHITAKER, Iveth Y. et al. Enfermagem em Terapia Intensiva Práticas e Evidências. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar

CARPENITO, Linda J. Planos e cuidados de Enfermagem e documentação. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

IRWIN, Richard S.; RIPPE, James M. Manual de Terapia Intensiva. 4ª Edição. Riode Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

NETTINA, S.M. Prática de Enfermagem. 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007.

SMELTZER; S.C; BARE, B.G. Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

TANNURE, Meire C.; Gonçalves, Ana Maria P. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Ementa: Segundo estágio no processo construção da monografia. Nesta fase o aluno coloca em prática o desenvolvimento do projeto aprovado na Disciplina de TCC I, analisa e discute os resultados. Finaliza apresentando-o estas informações a uma banca que irá avaliar o desenvolvimento do trabalho e entregando sua monografia. Todo processo acontece vinculado à orientação de docente.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. **Introdução da Metodologia do Trabalho Científico**, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. P. **Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN P. A. **Projeto de Pesquisa**, 6 ed. São Paulo: Pearson Education, 2007

Bibliografia Complementar

RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RUIZ, J.A. **Metodologia Científica**: guia para eficácia nos estudos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006

Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso. Resolução 08/11 Consu/UNIFAP.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**, 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa: O estágio supervisionado I será direcionado para as práticas assistenciais de enfermagem na atenção básica e hospitalar do município do Oiapoque, com a finalidade de despertar e incorporar no acadêmico a ciência do cuidar e identificar o papel do enfermeiro como agente de intervenção nas condições de saúde do indivíduo, família e comunidade. Assistência de enfermagem na promoção, prevenção e proteção à saúde, anamnese, procedimentos básicos de enfermagem realizados nas unidades básicas de saúde e hospitalar. Os conteúdos programáticos emergem a partir do contexto coletivo, com uma abordagem crítica, enfatizando os conhecimentos fundamentais sobre saúde pública, políticas públicas de saúde e modelos assistenciais adotados no país como SUS (Sistema Único de Saúde). Elaboração de Relatório Parcial e Relatório Final de Estágio, a ser realizado sob supervisão docente,

Bibliografia Básica

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida, Ensinado a Cuidar em Saúde Pública, São Paulo: YENDIS, 2005.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida; TONINI, Teresa. SUS e saúde da família para enfermagem, São Paulo: YENDIS, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: 2012.

Bibliografia Complementar

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Caderno de atenção básica nº33. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Caderno de atenção básica nº32. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle de cânceres de colo de útero e de mama. Caderno de atenção básica nº13. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Caderno de atenção básica nº19. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e Saúde reprodutiva. Caderno de atenção básica nº26. Brasília, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa: Associando conhecimento teórico-prático como instrumento de interpretação e intervenção profissional. Assistência de enfermagem ao paciente hospitalizado e crítico, rotinas de cuidados de enfermagem e sua importância na organização do atendimento. Desenvolvimento de habilidades e competências para assistência e gerenciamento das ações de Enfermagem, a partir da vivência do processo de trabalho na rede hospitalar, nas áreas de saúde da mulher e neonato, saúde da criança, do adolescente, central de material esterilização, centro cirúrgico, unidade de pronto atendimento, unidade de urgência e emergência e unidade de terapia intensiva. Ênfase na sistematização do trabalho com base nos conhecimentos adquiridos e no processo de Enfermagem. Elaboração de Relatório Parcial e Relatório Final de Estágio, a ser realizado sob supervisão docente.

Bibliografia Básica

NETTINA, S.M. Prática de Enfermagem. 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007.

POTTER, A. P.; PERY, A. G. Grande tratado de enfermagem prática: clínica e prática hospitalar. São Paulo: Atlas, 1998.

NANDA, (NORTH AMERICAN ASSOCIATION). Diagnósticos de Enfermagem: Definições e Classificação- 2012/2014. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Bibliografia Complementar

NETTINA, S.M. Fundamentos de Enfermagem. 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011.

NETTINA, S.M. Prática de Enfermagem. 8. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007.

WONG, D. L. Enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Editora: Elsevier, 8º edição, 2011.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Urgência e emergência para a enfermagem: do atendimento pré hospitalar APH a sala de emergência. 5º Ed. São Paulo, 2008.

TANNURE, Meire C.; Gonçalves, Ana Maria P. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

APÊNDICE B – EMENTAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS CURSO DE ENFERMAGEM *CAMPUS* BINACIONAL OIAPOQUE

INTERPRETAÇÕES DE EXAMES LABORATORIAIS

Ementa: Doenças que alteram os exames bioquímicos. Uroanálise, interpretação dos exames laboratoriais e avaliação do estado nutricional, exame parasitológico de fezes. Coleta, preparação, identificação de amostras, exames de sangue (eritrograma, leucograma e plaquetograma) e testes hematológicos. Lipidograma (Colesterol total, triglicerídeos, HDL, VLDL, LDL). Gasometria. Análises laboratoriais no pré-natal de baixo risco. Exame de papanicolaou (laudo citológico). Bioquímica clínica: Dosagem de creatinina, glicose, ureia, ácido úrico, bilirrubina, fosfatase alcalina, ALT, AST, proteína C-Reativa, amilase sérica, lípase sérica, desidrogenase lática, pesquisa de fator reumatoide, fator RH, pesquisa de B-HCG, ácido fólico, antígeno prostático específico (PSA). Hemoglobina glicosilada, exame do líquido cefalorraquidiano, exame do líquido sinovial, diagnóstico de sarampo, rubéola, rotavírus, malária, chagas, diagnóstico de infecção por leishmania, diagnóstico de infecção por papilomavírus humano.

Bibliografia Básica

LOPES, J. L.; SILVA, R. C. G. Exames Laboratoriais: Guia prático para enfermeiros e estudantes de enfermagem 1ª Ed. Editora: Águia Dourada. 2015, 346p.

FISCHBACH, F.; GUNNING, M. B. Exames Laboratoriais e Diagnósticos em Enfermagem 9ª Ed. Editora: Guanabara Koogan 732p

WILLIAMSON, M. A.; SNYDER, L. M. Wallach – Interpretação de Exames Laboratoriais. 10ª ed. Editora: Guanabara Koogan. 2016, 1244p.

Bibliografia Complementar

NEMER, A. S. A. Manual de solicitação e interpretação de exames laboratoriais. 1ª Ed. Editora: Revinter, 2010, 120p.

NAOUM, P. C. Doenças que alteram os exames bioquímicos. Editora: Atheneu. 1ª ed. 2008

CUNHA, C. L. F. Interpretação de Exames Laboratoriais na prática do Enfermeiro. 1ª Ed. Editora: Rubio. 2014, 172p.

MARTY, E.; MARTY, R. M. Hematologia Laboratorial - Série Eixos. 1ªEd. Editora Érica. 2015. 120p

BARROS, E.; ALBUQUERQUE, G. C.; XAVIER, R. M. Laboratório na prática clínica–Consulta rápida. 3ª Ed. Editora: Artmed. 2016.

ENFERMAGEM NO CONTEXTO ÉTNICO CULTURAL

Ementa: Abordar o tema do cuidado de enfermagem em contextos étnico e culturais diversos, preparando os enfermeiros para cuidar de pessoas provenientes de diferentes grupos étnicos e culturas; em especial dos povos indígenas, devido à grande diversidade destes na região onde se desenvolve este curso. Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. SIASI. Política Nacional de Atenção a População Negra no Brasil.

Bibliografia Básica

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2a.ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 2ºed. Brasília, 2013.

GARNELO, L. & PONTES, A.L. (Org.) Saúde Indígena: Uma Introdução ao Tema. Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar

Instituto Socioambiental (ISA): Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: www.socioambiental.org.br

SILVA, N. CH., Gonçalves, M. J. F., Neto, D. L. Enfermagem em saúde indígena:aplicando as diretrizes curriculares. Rev. bras. Enferm. Vol.56 no 4. Brasília July/Aug. 2003.

CHOR, D., LIMA, C. R. A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Cad. Saúde Pública. vol. 21 no. 5 Rio de Janeiro. Sept./Out.2005.

BRASIL. Lei orgânica de saúde: nº. 8080/90: Capítulo V: Subsistema de Saúde Indígena. Brasília: Ministério da Saúde. 1990.

BRASIL. Lei N°9836/99 Institui a criação do subsistema de saúde indígena. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

COIMBRA JR., C.E.A. SANTOS, R.V. ESCOBAR, A. L. (Org.) Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil. Editora FioCruz. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

Ementa: Interação fármaco-fármaco e o envolvimento de processos no transporte de membrana. Medicamentos que atuam no sistema nervoso central, dependência e abuso de drogas, medicamentos que atuam no sistema nervoso autônomo, Hormônios e substitutivos sintéticos/inibidores e antagonistas hormonais, Autacóides, anti-histamínicos e correlatos, anti-serotoninícos, antagonistas e inibidores da síntese de leucotrienos, medicamentos que atuam no sangue, na coagulação e nos órgãos hematopoéticos, medicamentos usados no tratamento das inflamações, equilíbrio eletrolítico e híbrido, medicamentos que atuam sobre o coração e vasos sanguíneos, medicamentos que atuam sobre o aparelho respiratório, medicamentos que atuam sobre o trato gastrointestinal, oxitócitos e outros medicamentos que agem no útero, agentes imunoterápicos, auxiliares de diagnóstico, antídotos e antagonistas de metais pesados, medicamentos anti-infecciosos, medicamentos antineoplásicos, Imunossuppressores e imunoestimulantes, medicamentos que atuam no tecido ósseo, músculos e articulações, medicamentos usados nas disfunções sexuais, medicamentos que atuam sobre a nutrição, medicamentos diversos, interação fármaco-alimento, medicamentos de uso local e tópico, medicamentos fitoterápicos e interação fármaco-fármaco e perspectivas toxicológicas.

Bibliografia Básica

PORTO, C. C.; JACOMINI, L. C. L.; SILVA, T. M. Interação Medicamentosa. 1ª ed. Editora: Guanabara Koogan, 2011.

FONSECA, A. L. Interações medicamentosas. 4ª ed. Editora: EPUB. São Paulo, 2008. 544p.

KARALIEDDE, L.; CLARKE, S. F. J.; COLLIGNON, U. KARALIEDDE, J. Interações Medicamentosas Adversas 1ª Ed. Editora Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar

SUCAR, D.D. Fundamentos de Interações Medicamentosas - Dos Psicofármacos com Outros Medicamentos da Clínica Médica, 3ª Ed. Editora Leitura médica, 2011.

ALMEIDA, J. R. C. & CRUCIOL, J. M. Farmacologia e Terapêutica Clínica para equipe de enfermagem 1ª ed, editora: atheneu, 2013.

LEWIS, J. D.; BACHMANN, K. A.; BONFIGLIO, M. F.; FULLER, M. A. Interações Medicamentosas: O novo padrão de interações medicamentosas e fitoterápicos. 2ª Ed. 2006.

BARROS, H. M. T & BARROS, E. Medicamentos na prática Clínica. 1ª ed. Editora Artmed, 2010.

WANNMACHER, L & FUCHS, F. D. Farmacologia Clínica – Fundamentos da Terapêutica Racional, 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2010.

PLANTAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS

Ementa: Definição de Plantas Medicinais e aromáticas e seus principais usos. Histórico do uso de plantas medicinais no Brasil. Nomenclatura botânica, classificação e identificação de plantas medicinais e aromáticas. Abordagem etnobotânica e etnofarmacológica na pesquisa com plantas medicinais. Fatores que influenciam o conteúdo de metabólitos secundários e a produção de princípios ativos. Implantação e manejo de hortas e cultivo, colheita e armazenamento de plantas medicinais e aromáticas. Fitoquímica e química de plantas medicinais. Manipulação de produtos naturais. Técnicas de extração de princípios ativos. Terapêutica de plantas medicinais.

Bibliografia Básica

CUNHA, A. P.; ROQUE, O. R.; GASPAR, N. Cultura e Utilização das Plantas Medicinais e Aromáticas. 2ª ed. 2013.

LAMEIRA, O. A.; PINTO, J. E. B. P. Plantas Medicinais: do cultivo, manipulação, e uso à recomendação popular. Editora Embrapa. 1ª Ed. 2010.

MATOS, F. J. A. Introdução a Fitoquímica Experimental. Editora UFC. 2 ed. 1997. 141.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2011. 126p.

PANIZZA, S. T.; DA SILVA VEIGA, R. ALMEIDA, A. C. Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Editora: Combrafito. 1ª Ed. 2012.

APRILE, F. M.; SIQUEIRA, G. W. Etnoconhecimento e cultivo de plantas medicinais. Editora CRV. 1ª Ed. 2012. 474p

RODRIGUEZ, A. A. Plantas tóxicas. Editora plantarum. 1ª Ed. 2011.

OLIVEIRA, F.; RITTO, J. L. A.; AKISUE, G.; BACCHI, E. M. Fundamentos de Cromatografia Aplicados a Fitoterápicos. Editora atheneu. 1ª Ed. 2010. 158p.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Ementa: Propõe subsidio para o planejamento da educação permanente em saúde. Aperfeiçoamento profissional a partir das necessidades locais. Desenvolvimento pedagógico para a elaboração de projetos de ensino em saúde. Vivencia pratica do trabalho em saúde reconhecendo e identificando o aperfeiçoamento da equipe de saúde.

Bibliografia Básica

BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. 2009.

SARRETA, F. O., Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS. 2009.

PEIXOTO, A.G., Educação e trabalho: costuras, tecidos e bordados de uma docência desterritorizada que procura a saúde. Caxias do Sul, RS: Educus, 2007.

Bibliografia Complementar

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs.) Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: Uerj/Abrasco, 2001.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs.) Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: UERJ/Abrasco, 2003.

VALLA, V.; STOTZ, E. Participação popular, educação e saúde: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

VALLA, V.; STOTZ, E. Educação, saúde e cidadania. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, E. M. (Org.). A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

NUTRIÇÃO E DIETOTERAPIA

Ementa: Classificação dos alimentos e suas características nutricionais para o organismo humano, visando a compreensão das diferentes funções de cada um na promoção da saúde, prevenção de doenças e no tratamento de patologias. Referenda a nutrição e dietética como meio de controle e tratamento de patologias mais comuns nos diferentes ciclos de vida. Técnica dietética. Diagnóstico do estado nutricional. Proteínas, carboidratos, lipídios e microelentos. Evolução das dietas e Alimentos Funcionais. Valor nutricional dos alimentos e segurança alimentar. Modificações das dietas. Nutrição especial para as diferentes patologias: diabetes, gota, fenilcetonúria, hiperlipidemias, Galactosemias e Intolerâncias a lactose e frutose. Alimentação nos diversos momentos da vida. Distúrbios alimentares: Anorexia, Bulimia, Síndrome de má absorção, Marasmo e Kwashiorkor. Intoxicação alimentar. Interação drogas - nutrientes. Terapia Nutricional Enteral. Formulações para Nutrição. Complicações da Nutrição enteral. Nutrição enteral e Necessidades Metabólicas. Vias de acesso na Terapia Nutricional Enteral: via nasogástrica, nasoduodenal, gastrostomia, yeyunostomia. Nutrição enteral e Necessidades Metabólicas. Administração de medicamentos por sonda. Princípios a considerar na administração de medicamentos. Nutrição Enteral– Medicamentos. Tipos de interações e incompatibilidades. Terapia Nutricional Enteral Domiciliar. Nutrição Parenteral: Indicações. Contraindicações. Cateteres (tipos). Sítios de inserção. Composições.

Bibliografia Básica

DOVERA, T.M.D.S. Nutrição Aplicada ao Curso de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

DUTRA-DE-OLIVEIRA, J.E & MARCHINI, J.S. Ciências Nutricionais. São Paulo: Sarvier, 1998.

FARREL, M.L. & NCOTERI, J.A.L. Nutrição em Enfermagem: fundamentos para uma dieta adequada. Tradução Idília Ribeiro Vanzellotti. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia complementar

MAHAN, L. Kathleen. Escott-Stump. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 11ª Ed. São Paulo: Roca, 2005.

WAITZBERG, Dan Linetzky. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. SP, Atheneu, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde – Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível no site www.saude.gov.br SANTOS, T.E.H.H. Nutrição em Enfermagem. 2 Edição, Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2004.

Periódicos:

Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição. Sites:
www.scielo.br; www.portaldapesquisa.com.br;
www.saude.gov.br

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Ementa: Fundamentos da Educação de surdos. Pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. História da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos da linguagem. Legislação específica. Sinais básicos.

Bibliografia Básica

FERNANDEZ, Eulália (org). Surdez e Bilingüismo. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2003.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo/SP: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas - São Paulo: Plexus, 2007.

VELOSO, Eden; MAIA, Valdeci. Aprenda Libras com eficiência e rapidez. Curitiba/PR: Mãos Sinaisa, 2009.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E.C.; DUARTE, P.M. Atividades ilustradas em sinais de libras. 1ª

Edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos. São Paulo/SP: Editora Autêntica, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5626/2005.

CARVALHO, Rosita Édler. Removendo barreiras para a aprendizagem. 2ed. Porto Alegre/RS: Mediação, 2002.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez: aquisição da linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro. Revinter, 2008.

INFORMÁTICA APLICADA À SAÚDE

Ementa: Hardware, Sistemas Operacionais, Editores de Textos, Editores de Planilhas Eletrônicas, Editores de Slides, Internet e Ferramentas Utilizadas na área de Enfermagem.

Bibliografia Básica

BRAGA, W. Informática Elementar, Ed ALTA BOOKS-, 2003.

MARÇULA, M., BENINI, F., PIO, A. Informatica – Conceitos e Aplicações. Ed ERICA, 2005.

BRAGA, W. Informática Elementar Word 2007, Ed ALTA BOOKS-, 2007.

Bibliografia Complementar

ESPINOSA, I. C. DE O. C., BARBIERI F. P., Fundamentos De Informática, Ed LTC, 2007.

DOLABELA, F. O Segredo de Luisa, Ed. de Cultura, 2006.

BRAGA, W. Informática Elementar EXCEL 2007, Ed ALTA BOOKS-, 2007.

BRAGA, W. Informática Elementar POWERPOINT 2007, Ed ALTA BOOKS-, 2007.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

Ementa: Noções de linguagem, texto e discurso. Métodos e perspectivas de leitura: decodificativa, cognitivista, interacionista e discursiva. Tipologia textual. Noções sobre a Teoria dos Gêneros Textuais. Os elementos de textualidade. A construção/produção do(s) sentido(s) do texto. Prática de leitura e produção de textos pertencentes a diferentes gêneros textuais/discursivos da esfera acadêmica.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. Língua texto e ensino: outra escola possível. São Paulo:parábola editorial, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência textuais. 11º ed. São Paulo: Ática, 2009.

KATO, Mary A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. 3a edição. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_KATO, Mary A. O aprendizado da leitura. 3a edição. São Paulo: Martins Fontes,1987.

KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989.

KLEIMAN, Ângela.. Oficina de leitura: teoria e prática. São Paulo: Pontes, 1993.

KLEIMAN, Ângela. Leitura ensino e pesquisa. 4º ed. Campinas, SP: Pontes Editores,2011.

MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MEURER, J. BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée (org). Gêneros: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

Bibliografia Complementar

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1977.

KOCH, I.V; ELIAS, V.M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3ª ed. São Paulo: contexto, 2012.

KOCH, I.V; ELIAS, V.M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2ª edição. São Paulo: contexto, 2008.

FRANÇÊS INSTRUMENTAL

Ementa: Iniciação à expressão oral, leitura e escrita em língua francesa. Vocabulário e estruturas de nível básico em diversas situações de comunicação. Prioridade à compreensão e expressões orais. Introdução ao sistema vocálico e consonantal de língua francesa. Compreensão de diversos atos de fala e textos autênticos (*document authentique*) em língua francesa.

Bibliografia Básica

ALCARAZ, Marion et al. *Saison 1: Méthode de français A1/A2*. Paris : Didier, 2014.

ALCARAZ, Marion et al. *Saison 1: Cahier d'activités A1/A2*. Paris: Didier, 2014.

CHOLLET, Isabelle. ROBERT, Jean-Michel. *Les verbes et leurs prépositions*. Paris: CLE International, 2007.

Bibliografia Complementar

BOULARÈS, Michele. *Conjugaison Progressive du Français*. Paris: Hachette, 2000.

MAYNART, Isabelle Jeuge. *Dictionnaire de français*. Paris: Larousse, 2012.

MAYNART, Isabelle Jeuge. *Larousse: Larousse des noms comuns*. Paris: Éditions Larousse, 2008.

MAYNART, Isabelle Jeuge. *Le petit Larousse Illustré en couleurs*. Paris: Éditions Larousse, 2008.

MÉRIEUX, Régine. LOISEAU, Yves. *Latitudes 1: Méthode de français A1/A2*. Paris : Didier, 2008.

INGLÊS INSTRUMENTAL

Ementa: Desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita através da interpretação de textos acadêmicos e técnicos, a partir do conhecimento prévio do aluno em língua inglesa, com a utilização do suporte da língua portuguesa.

Bibliografia Básica

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth & PASQUALIN, Ernesto. Challenge. São Paulo: Moderna, 2005.

JACOBS, Michael A. Como não aprender Inglês: erros comuns e soluções práticas. Editora Campos: 2002.

LONGMAN DICTIONARY OF CONTEMPORARY ENGLISH. 5 ED. S.I.
Longman do Brasil, 2009

Bibliografia Complementar

KERNERMAN, Lionel. Password English dictionary for speaker of portuguese.10 ed. são paulo: Martins Fontes, 2000.

LIBERATO, Antônio Wilson. Compact English Book. São Paulo: FTD, 1998.

MARQUES, Amadeu. Password – Special Edition. São Paulo: Editora Ática, 1999.

RICHARDS, Jack C. Interchange 2. Cambridge University Press, 2005.

SHAPIRO, Normam. Oxford Picture Dictionary English/Brazilian Portuguese. Oxford do Brasil, 2006.

Sites de pesquisa e estudo: www.englishonline.com.br; www.englishcouncil.org.br

DIDÁTICA GERAL

A importância da didática nos processos pedagógicos: planejamento educacional, taxonomia de Bloom, construção do plano de aula, do plano de ensino, do plano dialético de ensino e do plano de ação. Participar da elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico da escola. Gestão da sala de aula. Reflexão sobre o cotidiano da escola e da sala de aula. Criação de materiais didáticos e paradidáticos. Vivenciar a escola, a sala de aula e os ambientes não escolares como espaços de aprendizagem, bem como enfoque à educação para as relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica

CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia- saberes necessários à prática educativa. Riode Janeiro:Paz e Terra,1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo, Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar

CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CANDAU, V. M. et al. Repensando a Didática. São Paulo: Papyrus, 1991.

CANDAU, V. M.. A prática pedagógica do professor de didática. São Paulo: Papyrus, 1994.BRANDÃO, C. R. O que é Educação.São Paulo: Brasiliense,2000.

CASTRO, A. D.; CARVALHO, M. P. de C. (orgs.). Ensinar a ensinar. São Paulo: Pioneira, 2001.

FELTRAN, A. et al. Técnicas de ensino: Por que não? São Paulo: Papyrus, 1991.

GHIRALDELLI, P. O que é Pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997.

ENTOMOLOGIA FORENSE

Ementa: Entomologia Forense (urbana, de produtos estocados e médico-legal). Degradação e sucessão cadavérica. Entomofauna associada. Metodologias para estimativa de intervalo pós-morte (IPM). Entomotoxicologia.

Bibliografia Básica

GOMES, L. Entomologia Forense novas tendências e tecnologias nas ciências criminais. Rio de Janeiro, RJ: Editora Technical Books, 2010, 528p.

OLIVEIRA-COSTA, J. Insetos Peritos: A Entomologia Forense no Brasil. Campinas, SP: Millenium Editora, 2013, 488p.

PUJOL-LUZ, J.R.; ARANTES, L.C.; CONSTANTINO, R. Cem anos da Entomologia no Brasil (1908-2008). Rev.Bras. de Entomologia, 2008, 52,pp 485-92

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, L.M.; RIBEIRO-COSTA, C.S.; MARINONI, L. Manual coleta, conservação, montagem e identificação de insetos. Ribeirão Preto, SP: Holos, 1998, 88p.

AMENDT, J; CAMPOBASSO, C.P.; GAUDRY, E.; REITER, C.: LEBLANC, H.N.; HALL, M.J.R. Best practice in forensic entomology – standards and guidelines. International Journal of Legal Medicine, 2007, 121, pp 90-104.

INTRONA, F.J.; CAMPOBASSO, C.P.; GOFF, M.L. Entomotoxicology. Forensic Science.

OLIVEIRA-COSTA, J. Entomologia Forense: quando os insetos são vestígios. 3a ed. Campinas, SP: Millenium Editora, 2011, 520p.

ATENÇÃO INTEGRAL AO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Ementa: Políticas de Saúde Mental para Área de Álcool e Outras Drogas; Modelos Assistenciais e a organização do processo de trabalho nos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial; Epidemiologia do uso de álcool e outras drogas e suas implicações físicas, psíquicas e sociais. Abordagem contemporânea para prevenção, tratamento, reabilitação e pesquisa nos transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas nos diversos níveis de atenção à Saúde.

Bibliografia Básica

DIEHL, A.; CORDEIRO, D.C.; LARANJEIRA, R. Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. São Paulo: Artmed, 2011.

LARANJEIRA, R. O tratamento do usuário de crack. São Paulo: Artmed, 2012.

ZANELATO, N.A.; LARANJEIRA, R. O tratamento da dependência química e as terapias cognitivos comportamentais. São Paulo: Artmed, 2012.

Bibliografia complementar

BRASIL. Caderno da Atenção Básica – Saúde Mental nº 34/ MS, 2013

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Relatório brasileiro sobre drogas; (org): Duarte P, Stempliuik VA, Barroso LP. Brasília, 2009.

II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005 / E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006

SEIBEL SD, TOSCANO JR A. Dependência de drogas. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

ARCOLAN, S.; JORGE, A.S. Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CONSULTA DE ENFERMAGEM

Ementa: Consulta de enfermagem como instrumento privativo do profissional de enfermagem. Sistematização da assistência de enfermagem. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Funcionamento dos programas de atenção básica a saúde da população. Visita pratica nas unidades básicas de saúde.

Bibliografia Básica

ALFARO-LEFEVRE, R. A Aplicação do Processo de Enfermagem: um guia. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CARPENITO-MOYET, LYNDA JUALL. Compreensão do Processo de Enfermagem - Mapeamento de Conceitos e Planejamento do Cuidado para estudantes. Porto Alegre: Artmed. 2007.

PERRY, POTTER. Fundamentos de Enfermagem. Editora Guanabara KOOGAN S.A. Rio de Janeiro. 2013.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, N. M. A.; VIANA, D. L.; MACHADO, W. C. A. Tratado prático de enfermagem, volume I, 2ª edição. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora. 2008.

GARCEZ, R. M. Diagnostico de Enfermagem da NANDA: definições e classificação 2012-2014. Porto Alegre. Editora Artmed, 2013.

HORTA, W. DE A. Processo de Enfermagem. São Paulo, E.P.U., 2015.

ATKINSON, L. D., MURRAY, M. E. Fundamentos de Enfermagem. Rio de Janeiro, Guanabara _ Koogan, 1989.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. SUS: O que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. v.1. São Paulo: Atheneu, 2008.

ATENÇÃO INTEGRAL ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA (AIDPI)

Ementa: As bases da estratégia AIDPI (Atenção Integral às Doenças Prevalentes da Infância). Necessidades essenciais da criança de 0 a 5 anos de idade; avaliação, classificação, tratamento e manejo das doenças prevalentes da infância; Aleitamento materno, alimentação, imunizações e habilidades de comunicação com a criança e sua família.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, F. A; SABATÉS, A. L. Enfermagem em pediatria: a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo: 2008.

BORGES, A. L.V. FUJIMORI, E. Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. São Paulo: Manole, 2009.

WONG, D. L. Enfermagem pediátrica: Fundamentos de enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação: introdução: módulo 1. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde – 2ª Ed. ver.- Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – avaliar e classificar a criança de 2 meses a 5 anos de idade: módulo 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – identificar o tratamento: módulo 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – tratar a criança: módulo 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI Atenção integrada às doenças prevalentes na infância: curso de capacitação – aconselhar a mãe ou o acompanhante: módulo 5. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/saude_crianca.html

SEMINÁRIOS INTEGRADORES DE ENFERMAGEM I

Ementa: Temas a serem abordados serão de necessidades da comunidade, priorizando temas transversais que venham contribuir para o desenvolvimento de habilidades e atitudes no profissional de enfermagem em formação. Discutindo barreiras credices populares que interferem na assistência de enfermagem no contexto da região. Organização de seminário em nível de sala de aula e institucional.

Bibliografia Básica

POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Elizabeth. Três metodologias. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

BECKER, Fernando. Epistemologia do professor: o cotidiano da escola. São Paulo: Vozes, 2000.

JÚNIOR, Fontinele Klinger. Programa Saúde da Família PSF Comentado. AB editora, 2008.

KAWAMOTO, Emilia; SANTOS M. C.H. Enfermagem Comunitária. São Paulo: E.P.U., 1995.

REA, Louis M. Metodologia da pesquisa: do planejamento a execução. São Paulo:

Pioneira Thompson hearing, 2002.

VIENA, Sônia. Metodologia científica para área da saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

SEMINÁRIOS INTEGRADORES DE ENFERMAGEM II

Ementa: Seminários realizados em torno de temas específicos de interesse dos acadêmicos da comunidade. Organização e coordenação de seminários a nível institucional e local. A enfermagem e a comunidade no processo de transformação das unidades básicas de saúde. Diagnóstico de enfermagem no contexto das ações básicas de saúde nos municípios.

Bibliografia Básica

POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições. 11º ed. São Paulo. Saraiva.2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21º. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Elizabeth. Três metodologias. 6º ed. Petrópolis:Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

ALENCAR, Eunice M. S. Soriano. Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Francisco. Planejamento sim e não. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REA, Louis M. Metodologia da pesquisa: do planejamento a execução. São Paulo: Pioneira Thompson hearing, 2002.

VIENA, Sônia. Metodologia científica para área da saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

CITOGENÉTICA

Ementa: Introdução à citogenética. Ciclo celular. Princípios básicos em microscopia. Preparações citogenéticas. Morfologia cromossômica. Cromossomos sexuais. Variações cromossômicas numéricas e estruturais. Principais síndromes citogenéticas humanas. Bases da citogenética molecular e seu uso na citogenética clínica. Mapeamento físico de cromossomos

humanos. Citogenética e câncer. Noções de evolução cromossômica.

Bibliografia Básica

BORGES-OSÓRIO, M.R., ROBINSON, W.M. Genética Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª ed., 2013.

MALUF, S. W.; RIEGEL, M. Citogenética humana. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RIDLEY M. Evolução. Porto Alegre: Artmed, 3ª ed., 2006.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2010.

GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 10ª Edição. 2011.

GUERRA, M., SOUSA, M. J. Como Observar Cromossomos. Editora FUNPEC, 2002.

KASAHARA, S. Introdução à pesquisa em citogenética de vertebrados. Sociedade Brasileira de Genética, Ribeirão Preto, 2009.

SNUSTAD, P. & SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 4ª ed. 2008.

EVOLUÇÃO HUMANA

Ementa: História do pensamento evolutivo. As teorias evolutivas. Teoria sintética da Evolução e o seu desenvolvimento. Ciência e Darwinismo. Evidências de evolução. Fontes de variabilidade. Microevolução e Macroevolução. A seleção natural e a deriva. Origem e evolução dos primatas. Hominídeos e aspectos da evolução do homem. Migrações humanas.

Bibliografia Básica

BORGES-OSÓRIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª ed., 2013.

FREEMAN, Scott; HERRON, Jon C. Análise evolutiva. Artmed Editora, 2009

RIDLEY M. Evolução. Porto Alegre: Artmed, 3ª ed., 2006.

Bibliografia Complementar

GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 10ª ed., 2011.

KLUG, W. S. et al. Conceitos de Genética. Porto Alegre: Artmed, 9ª ed., 2010.

NUSSBAUM, R. L.; McINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson & Thompson Genética Médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª ed., 2008.

SNUSTAD, P. & SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 4ª ed. 2008.

WATSON, J.D.; BAKER, T.A.; BELL, S.P.; GANN, A.; LEVINE, M.; LOSICK, R. e HARRISON, S.C. Biologia Molecular do Gene. Porto Alegre: Artmed, 4ª ed., 2015.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM ENFERMAGEM

Ementa: Conceitos e finalidades da ciência e conhecimento científico. Método científico e sua importância para a Enfermagem. Ética em pesquisa. Etapas do Projeto e Relatório de pesquisa. Métodos e Técnicas de pesquisa para levantamento dos dados e informações. Citações e Referências. Normas para apresentação escrita e oral de trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. **Introdução da Metodologia do Trabalho Científico**, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. P. **Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN P. A. **Projeto de Pesquisa**, 6 ed. São Paulo: Pearson Education, 2007

Bibliografia Complementar

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Vozes, 2014.

RUIZ, J.A. Metodologia Científica: guia para eficácia nos estudos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006

UWE, F. Introdução a Pesquisa Qualitativa, 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico, 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEUROANATOMIA

Ementa: Organização do sistema nervoso e análise de sua formação embrionária; aprofundamento acerca da anatomia macroscópica do SNC, SNP e SNA, correlacionando suas diversas funções; meninges e líquido; ventrículos encefálicos; áreas funcionais do córtex cerebral; processo de vascularização do SNC; Estrutura microscópica do SNC; organização morfofuncional dos núcleos da base e da Formação reticular; conhecimento anátomo funcional das vias aferentes, eferentes e reflexas; neuroregeneração e plasticidade neural, criando condições para o aluno agregar conhecimentos nas respectivas disciplinas do curso de enfermagem.

Bibliografia Básica

MACHADO, Ângelo. Neuroanatomia Funcional, 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. Tradução de Carlos Romualdo Rueff Barroso et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PAULSEN, Fredrich.; WASCHKE, Jens. Sobotta: atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e neuroanatomia. Tradução de Marcelo Sampaio Narciso. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. (volume 3).

Bibliografia Complementar

GRAY, Henry. Anatomia. Editado por Charles Mayo Goss. 29. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

TORTORA, Gerard.; NIELSEN, Mark T. Princípios de anatomia humana. Tradução de Alexandre Werneck e Cláudia Lúcia Caetana de Araújo. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KIERNAN, John A. Neuroanatomia Humana de Barr. 7 ed. São Paulo: Manoel. 2003.

LENT, Roberto. Cem Bilhões de Neurônios – Conceitos Fundamentais de Neurociência. 2 ed. São Paulo: Atheneu. 2005.

SNELL. Neuroanatomia para estudantes. 5 ed. São Paulo, 2003.

ATUALIZAÇÃO EM IMUNIZAÇÃO

Ementa: Introdução à imunização; Classificação das vacinas; Vacinas vivas atenuadas; Vacinas inativadas; Intervalo entre as doses da mesma vacina; Aplicação simultânea de diferentes tipos de vacinas; Contra indicação de vacinas; Programa nacional de imunização; Conservação dos imunobiológicos; Funções de cada integrante da equipe; Planta física; Rede de frio; Refrigeradores ou geladeiras; Limpeza do refrigerador ou geladeira; Leitura do termômetro analógico de momento, máxima e mínima; Leitura do termômetro digital com cabo extensor; Falta de energia elétrica; Bobinas de Gelo Reciclável; Caixas térmicas; Imunobiológicos sob suspeita; Instâncias de armazenamento (Instância Nacional, Instância Estadual, Instância Regional ou Distrital, Instância Municipal e Instância Local) Sala de vacina.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação /Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

POTTER, Patrícia, PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de Enfermagem. Editora Elsevier. 8ªed. Rio de Janeiro. 2013.

TAYLOR, Carol. Fundamentos de enfermagem. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de rede de frio / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 4.ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação do Programa Nacional de Imunizações. Manual de normas de vacinação. 3a ed. Brasília, 2001. 68 p.

BIOSSEGURANÇA

Ementa: Biossegurança: Caráter multidisciplinar da biossegurança no laboratório: Engenharia de Segurança, Higiene e medicina do trabalho, Planejamento e organização do trabalho, Equipamento de proteção. Biossegurança nos laboratórios didáticos: Cuidados e

orientações, Indumentária, Uso de equipamento de segurança coletiva, Proteção de ambiente. Tipos de Riscos: Físico, Químico, Biológico, Ergonômico, Acidente. Biossegurança nos laboratórios de pesquisa: Laboratório de Nível 1, Laboratório de Nível 2, Laboratório de Nível 3.

Bibliografia Básica

CARVALHO, R. Enfermagem Centro de Material, Biossegurança e Bioética – Série Manual de Especialização. 1º ed. Editora: MANOLE, 2015.

BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P.; GONÇALVES, E. SOARES, S. P. Biossegurança – Ações fundamentais Para promoção de saúde – Série Eixos – Ambiente e Saúde. 1ª ed. Editora Érica, 2014.

SILVA, J. V.; BARBOSA, S. R. M.; DUARTE, S. R. M. P. Biossegurança no contexto na saúde. 1ª ed. Editora Érica. 168p. 2013.

Bibliografia Complementar

HINRICHSEN, S. L.; Biossegurança e Controle de Infecções. 2º Ed. Editora: Guanabara Koogan, 2013.

HIRATA, M. H.; MANCINI, F. J.; HIRATA, R. D. C. 3ª Ed. Editora: MANOLE. Manual de Biossegurança, 2017.

MAJEROWICZ, J. Boas práticas em Biotério e Biossegurança. 1ª Edição. Editora Interciência. 175p 2008.

FIALHO, A. C. V. Biossegurança na área da Saúde: Uma Abordagem Interdisciplinar. 1ªed. Editora EDUFSCAR. 87p 2011.

HINRICHSEN, S. L. Biossegurança e Controle de infecções. 2ª Ed. Editora Guanabara Koogan 2013.

MATEMÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM

Ementa: 1. Vocabulário do Enfermeiro; 2. Unidades de Comprimento, Volume e Massa; 3. Regra de Três simples e composta; 4. Porcentagem; 5. Aplicações dos Conteúdos Matemáticos: 5.1 Concentração dos Medicamentos; 5.2 Rediluição dos Medicamentos; 5.3 Cálculo de Gotejamento em Horas e em Minutos; 5.4 Cálculo de Medicamentos; 5.5

Penicilina Cristalina; 5.6 Diálise Peritoneal; 5.7 Cálculo de Heparina; 5.8 Cálculo de Pediatria.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Inaê Cavalcante Torres; NUNES, Elicarlos Marques. Matemática para Enfermagem: dosagem e administração de medicamentos. Editora Martinari, 2015.

MAGALHÃES, Juraci Alves de. Cálculos de Medicamentos na Enfermagem. Editora Martinari, 2019.

BECKER, Idel; PINTO, Maria Helena. Matemática na Enfermagem. Editora Interciência, 2010.

AIRES, Geraldo; LOPES, Delfina de Jesus Martins. Matemática e Cálculos na Administração de Medicamentos: Uma Abordagem para Profissionais de Saúde. Editora Rideel, 2018.

REZENDE, Patrícia Almeida de; SILVA, Angélica Lino da. Matemática Aplicada à Enfermagem. Editora Atheneu, 2012.

Bibliografia Complementar

HARPER, Doreen C.; NAPPER-OWEN, Gloria M. Cálculos em Enfermagem: Fundamentos, práticas e pesquisa. Editora Artmed, 2017.

SIENKIEWICZ, Susan; PALMUNEN, Jennifer F. Cálculos de Medicamentos para Enfermagem: Dosagem e Administração Segura. Editora Elsevier, 2019.

SANTOS, Ana Maria da Costa; OLIVEIRA, Mirian Alves de. Cálculos em Enfermagem. Editora Rubio, 2019.

APÊNDICE C - REGULAMENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS

O estágio curricular é atividade obrigatória que integra o currículo pleno dos cursos de graduação da UNIFAP. No curso de Enfermagem sua funcionalidade diferencia-se dos demais por possuir particularidades as quais exigem organização e desenvolvimento no campo prático específico, estando ligada a coordenação do curso.

A carga horária será trabalhada conforme as áreas que compõem o curso, nesta perspectiva o desenvolvimento destas acontecerá em Hospitais Gerais e Especializados, públicos e ou privados, em Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, Centros de

Atenção Psicossocial, Núcleos de Atenção à Saúde da Família, e na Comunidade, os quais estarão conveniados com a UNIFAP, por meio de instrumentos legais que estabelecem as parcerias e responsabilidades pelo ensino e aprendizagem dos acadêmicos.

Nesta proposta de currículo busca-se a integração com os enfermeiros assistentes dos locais em que serão realizados os estágios. Para efetivação desta proposta, os acadêmicos serão divididos em subgrupos atendendo as Resoluções COFEN, COREN-AP e Regimentos Institucionais locais.

Os estágios curriculares poderão ser desenvolvidos no Município de Oiapoque, Macapá e Santana, em parcerias com a Secretaria de Saúde Estadual e Municipal, integrando-se as equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, Unidades Básicas de Saúde entre outros. O estágio porém, não poderá ser realizado apenas no âmbito municipal onde o *Campus* está inserido, considerando a não disponibilidade de serviços que contempla as diretrizes curriculares do curso de enfermagem no local. Desta forma ocorrerá o deslocamento dos alunos no último semestre para a execução do estágio supervisionado II, ao município de Macapá ou Santana.

A sistematização e organização do referido estágio se efetivará através da formação de grupos, incluindo o tempo de permanência dos alunos nos referidos locais, pelos docentes responsáveis em conjunto com a Coordenação do Curso e de Estágio. Durante esse tempo de permanência os discentes terão a orientação, acompanhamento, supervisão e avaliação que poderá ser feita por preceptoria e/ou docente do curso que se deslocará ao local a ser realizado o estágio. Para a execução dos estágios estão estabelecidos convênios entre Universidade, Estado, Município e rede privada se necessário. Para a execução dos estágios estão estabelecidos convênios entre Universidade, Estado, Município e rede privada se necessário.

No que se refere ao desenvolvimento dos estágios e aulas práticas, serão desenvolvidos em laboratórios, no caso das práticas, e instituições de saúde, onde as turmas deverão ser divididas em subgrupos de acordo com a Resolução do COFEN N. 371/210, conforme segue:

Art. 2º – No planejamento e execução do estágio, além da relação entre o número de estagiários e o quadro de pessoal da instituição concedente, prevista no Art. 17 da Lei nº 11.788/2008, deve-se considerar a proporcionalidade do número de estagiários por nível de complexidade da assistência de Enfermagem, na forma a seguir:

- I. Assistência mínima ou autocuidado – pacientes estáveis sob o ponto de vista clínico e de Enfermagem e fisicamente autossuficientes quanto ao atendimento das necessidades humanas básicas – até 10 (dez) alunos por supervisor;
- II. Assistência intermediária – pacientes estáveis sob o ponto de vista clínico e de Enfermagem, com parcial dependência das ações de Enfermagem para o atendimento das necessidades humanas básicas – até 8 (oito) alunos por supervisor;
- III. Assistência semi-intensiva – cuidados a pacientes crônicos, estáveis sob o ponto de vista clínico e de Enfermagem, porém com total dependência das ações de Enfermagem quanto ao atendimento das necessidades humanas básicas – até 6 (seis) alunos por supervisor;
- IV. Assistência intensiva – cuidados a pacientes graves, com risco iminente de vida, sujeitos à instabilidade de sinais vitais, que requeiram assistência de Enfermagem e médica permanente e especializada – até 5 (cinco) alunos por supervisor.

Cabe destacar que no estado do Amapá as vagas disponibilizadas para estágio curricular (Estágio Supervisionado e Práticas das disciplinas) aos acadêmicos são definidas pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde. Dessa maneira podem ser emitidas normatizações pautadas no Regimento Interno de cada Instituição onde é estabelecido um cronograma de distribuição de vagas para as Universidades, Faculdades e Escolas Técnicas. Essa distribuição ocorre de acordo com a planta física, número de leitos e capacidade de ocupação desses ambientes.

Objetivo Geral:

Fortalecer o processo de aprendizado e formação profissional através do intercâmbio entre a Universidade Federal do Amapá e as Instituições de Saúde conveniadas.

Objetivos Específicos:

1. Aplicar as técnicas de enfermagem e ações administrativas em instituições de nível estadual ou municipal com acompanhamento e supervisão do profissional da rede ou docente;
2. Assistir ao indivíduo, família, comunidade e grupos sociais fundamentando o discente para atuar como membro ativo e efetivo da equipe;
3. Desenvolver pesquisas buscando construir o saber da profissão de Enfermagem;
4. Amenizar o impacto da passagem da vida estudantil para o mundo do trabalho, proporcionando contato com o futuro meio profissional;

5. Adquirir uma atitude de trabalho sistematizada, desenvolvendo a consciência da produtividade, a observação e comunicação concisa de ideias e experiências adquiridas, incentivando e estimulando o senso crítico e a criatividade;
6. Definir-se em face de sua futura profissão, perceber eventuais deficiências e buscar seu aprimoramento.

Organização do Estágio Supervisionado 1ª Fase: Estágio Supervisionado I

O Estágio Supervisionado I é desenvolvido de segunda a sexta-feira no horário de 07:00 às 13:00 ou de 13:00 às 19 horas, computando uma carga horária de 30 horas semanais para atender a carga da disciplina. As atividades poderão ocorrer em 40h semanais como previsto na Lei nº 11.788/2008. As atividades de prática são extensivas para a comunidade e escolas da área de abrangência, oferecendo condições aos acadêmicos de desenvolverem as atividades programadas, tais como: ações educativas, visitas domiciliares, consultas de enfermagem, imunização dentre outras. No decorrer do estágio a avaliação será formalizada, através de formulário específico, durante o processo de ensino e aprendizagem, em acordo com os objetivos do estágio, envolvendo conhecimentos, habilidades e atividades dos acadêmicos, bem como conteúdo das tarefas, desempenho das atividades práticas, entrevista auto avaliação.

2ª Fase: Estágio Supervisionado II

O Estágio Supervisionado II é desenvolvido nas unidades hospitalares, a saber: Policlínica da UNIFAP e outras Unidades Básicas de Saúde do Município de Macapá ou Santana, Hospital de Especialidades Dr. Alberto Lima, Hospital da Mulher Mãe Luzia, Hospital da Criança e do Adolescente e Hospital de Emergência e outra instituição que venha a ser conveniada pela Universidade Federal do Amapá para tal finalidade. Ocorrerá de segunda a sábado no horário de 07:00 às 13:00 horas ou das 13:00 às 19:00, computando uma carga horária de 30 horas semanais para atender a carga horária da disciplina. As atividades poderão ocorrer em 40h semanais como previsto na Lei nº 11.788/2008. As atividades a serem desenvolvidas no ambiente hospitalar visam capacitar o acadêmico de enfermagem para assistir o paciente nas suas necessidades biopsicossociais, nas diversas clínicas: médica, cirúrgica, nefrologia, obstetrícia, unidades de terapia intensiva, centro-cirúrgico e urgência e emergência; além de promover a formação acadêmica voltada para pesquisa e

implementação da sistematização do processo de enfermagem.

A avaliação de ambos os estágios (I e II) será realizada através da apresentação de diversos trabalhos teórico-práticos que incluem seminários, estudo de caso, processo de enfermagem, entre outros. Ao final de cada etapa e atividade vencida ocorrerá uma avaliação geral de todos os trabalhos. Será aprovado, o aluno que, tendo a frequência mínima exigida (75%), obtiver um conceito final igual ou maior que 5,0 (cinco) na somatória dos trabalhos e atividades práticas desenvolvidas em campo.

Da Coordenação do Estágio

O Coordenador de Estágio será eleito pelo colegiado como pessoa responsável em articular e mediar com os colaboradores (instituições e serviços) as diversas atividades vinculadas às práticas supervisionadas e aos estágios curriculares, incluindo os Estágios Supervisionados. Para esta atividade deverão ser computadas, minimamente, quatro horas semanais de trabalho, considerando a exigência de atividades a serem desenvolvidas.

Das Atribuições do Coordenador de Estágio Supervisionado e Atividades Práticas Supervisionadas

- Caberá ao Coordenador de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas:
- A responsabilidade pelo planejamento, controle e avaliação dos Estágios;
- Favorecer o feedback aos supervisores de Estágio em relação aos respectivos grupos de alunos;
- Assegurar as condições referidas (matrícula, frequência, pré-requisitos) dos alunos para cumprimento dos Estágios Curriculares;
- Elaborar a organização dos Estágios Curriculares Supervisionados, assim como o cronograma de atividades e divulgação em conjunto com os docentes responsáveis por cada disciplina;
- Orientar o Corpo Docente e Discente sobre o planejamento e a estruturação dos Estágios Curriculares Supervisionados;
- Elaborar e enviar às Instituições conveniadas o cronograma de atividades, carga horária total, relação de estagiários e horários;
- Promover reuniões de planejamento e avaliação junto à equipe de trabalho;
- Informar ao Coordenador do Curso a programação semestral dos estágios, bem como

a carga horária desenvolvida pelos professores supervisores de Estágio Supervisionados;

- Acompanhamento da pontualidade e assiduidade, bem como do preenchimento dos diários de classe e atas finais, por parte dos professores supervisores de Estágio supervisionado;
- Realizar visitas periódicas nos locais de Estágio Supervisionado, com o intuito de avaliar e registrar atividades, problemas e necessidades;
- Condensar e arquivar os relatórios de estágio de cada professor.

APÊNDICE D - NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as Atividades Complementares do curso de bacharelado em Enfermagem do *Campus* Binacional, estabelecendo meios operacionais para seu acompanhamento e registro, bem como especificar as atividades que são válidas para este fim, os documentos comprobatórios e a limitação da carga horária destinada para cada categoria de atividade.

Art. 2º - As atividades complementares são de cunho acadêmico-científico-culturais e articuladas à formação, tendo como objetivo geral integralizar a currículo do curso de bacharelado de enfermagem, oportunizando os seus discentes o aprofundamento temático e interdisciplinar.

§ 1º O cumprimento da carga horária das atividades complementares previstas no PPC é requisito indispensável à integralização curricular.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Âmbito do Estágio Supervisionado curricular obrigatório não poderão ser computadas como atividades complementares, assim como as atividades complementares não poderão ser computadas como atividades de estágio supervisionado curricular obrigatório.

§ 3º O discente deverá realizar, ao longo do curso de graduação duzentas e dez (210) horas de atividades extracurriculares, sendo vedada a integralização da carga horária complementar com apenas um tipo de atividade.

§ 4º Para efetivar a integralização das Atividades Complementares, o aluno deverá comprovar participação/produção em pelo menos 2 (dois) dos 7 (sete) grupos caracterizados a seguir: Atividade de ensino, Atividade de Pesquisa, Atividade de Extensão, Participação em eventos de natureza, artística, científica ou cultural, produções diversas, ações comunitárias e representação estudantil.

CAPÍTULO II

Dos objetivos

Art. 3º - As atividades Complementares são práticas acadêmicas apresentadas sob múltiplos formatos, tendo em vista essencialmente:

§ 1º Estimular práticas de estudos independentes, visando progressiva autonomia intelectual do aluno.

§ 2º Sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o curso de graduação.

§ 3º Viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade.

§ 4º Articular, ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e culturais da população.

§ 5º Socializar resultados de pesquisa produzidos no âmbito da Universidade ou a partir da parceria com entidades públicas e/ou privadas.

§ 6º Valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sócio-cultural dos povos.

CAPÍTULO III

Da coordenação das Atividades Complementares

Art. 4º - A coordenação das Atividades complementares será exercida pelo coordenador do curso, auxiliado pelo professor responsável pelo acompanhamento.

Art. 5º - O professor responsável pelas atividades complementares fará jus de uma carga horária de 1 (uma) hora-aula semanal incluído o planejamento para cada turma que o mesmo venha a conduzir dentro do semestre letivo.

Art. 6º - Compete ao coordenador de curso, no exercício da coordenação das atividades complementares.

§ 1º Promover a articulação dos seus respectivos colegiados visando à efetiva operacionalização das ações relativas às atividades complementares.

§ 2º Recepcionar, semestralmente, os diários eletrônicos liberados pelos professores com os registros das atividades complementares, e no prazo de 3 dias úteis após o recebimento, validar, imprimir, assinar e enviar à COEG para reconhecimento e análise por parte da divisão de capacitação e acompanhamentos das atividades docentes.

CAPÍTULO IV

Da realização das atividades complementares

Art. 1º - As atividades complementares devem ser elencadas ao PPC. São exemplos de atividades complementares:

§ 1º Atividades de monitorias em disciplinas da UNIFAP serão computadas no máximo (30) horas por monitoria/disciplina, com frequência mínima de 75% de participação.

§ 2º Atividades de iniciação científica, realizada no âmbito da UNIFAP, serão computados no máximo cento e vinte (120) horas independentemente do número de projetos em que o acadêmico tenha participado.

§ 3º Atividades de representação discente junto aos órgãos colegiados da UNIFAP, mediante comprovação de no mínimo 75% de participação efetiva das atividades realizadas durante o pleito e de no máximo 20% da carga horária das Atividades Complementares.

§ 4º disciplinas eletivas ou optativas, quando excedentes ao número de créditos eletivos exigidos pelo curso, facultativas, obrigatórias, alternativas ou adicionais, excedentes às exigidas pelo currículo, cursadas com aproveitamento na modalidade presencial.

§ 5º participação efetiva e comprovada, em áreas afins como: Congressos, semanas acadêmicas, seminários, simpósios, feiras, fóruns, oficinais, intercâmbio cultural, teleconferências, atividades artístico-cultural: salão de artes, musicais, teatros, cinemas entre outros, promovidos pela UNIFAP ou por outras instituições de ensino superior, bem como conselhos ou associações de classe ou entidades privadas.

§ 6º Atividades de extensão, realizada no âmbito da UNIFAP, serão computados no máximo sessenta (60) horas independentemente do número de projetos que o acadêmico tenha participado.

§ 7º 10 % (dez por cento) da carga horária de atividades complementares deverão ser cumpridas em Projetos de extensão aprovados e devidamente registrados na UNIFAP.

§ 8º atividades de extensão, em áreas afins promovidas por outras instituições de

ensino superior ou órgão público e privado.

§ 9º das publicações e produções executadas pelos acadêmicos serão computadas na seguinte ordem:

- I. Publicação de resumo – 5 (cinco) horas atividade por resumo.
- II. Publicação de resumo com apresentação oral – 10 (dez) horas atividade por apresentação.
- III. Publicação de artigo em revista indexada com qualis e/ou capítulo livro – 20 (vinte) horas por artigo e/ou capítulo de livro.
- IV. Produção de sites, vídeo e material educativo ou similar, de áreas afins da sua formação – 5 (cinco) hora por material confeccionado.

§ 10º A carga horária mínima para as atividades realizadas pelos acadêmicos será de 2 (duas) horas, e a máxima, para uma única atividade, será de 60 (sessenta) horas.

Art. 2º - O acadêmico deverá comprovar a realização das Atividades Complementares através de um desses documentos:

- I. Certificado de participação com a programação e conteúdo da atividade informando a carga horária.
- II. Declaração ou certificado de participação nos eventos constando o nome, a entidade promotora e assinatura de um responsável pelo evento.
- III. Relatório das atividades realizadas com a devida validação do Coordenador do Curso, mediante elementos comprobatórios.

Art. 3º - A distribuição da carga horária deve contemplar o perfil de formação do acadêmico.

Art. 4º - Para obter registro de sua participação em Atividades Complementares que não emitem certificado cabe ao aluno elaborar relatório e/ou apresentar documento comprovante da atividade realizada ao Coordenador de Curso a quem compete validá-lo, mediante aprovação do colegiado.

Art. 5º - Os casos omissos, e todos os itens descritos no Art.1 e seus incisos serão resolvidos e/ou avaliados pela Coordenação de Curso junto ao seu Colegiado.

CAPÍTULO V

Da Solicitação de créditos para atividades acadêmicas

§ 1º Ao final de cada semestre ou período letivo, em data previamente estabelecida, o aluno deverá protocolar junto à Coordenação de seu respectivo Curso, em fotocópia, os comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares, e solicitar concessão de créditos sobre a carga horária/atividades realizadas.

§ 2º No ato do protocolo, torna-se obrigatório à apresentação dos comprovantes de participação e/ou produção das atividades complementares em sua forma original, com vistas ao reconhecimento da autenticidade dos documentos fotocopiados.

APÊNDICE E - REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A finalização do curso pautada no fruto da articulação entre pesquisa, extensão e ensino e, ainda prática e teoria é fundamental no desenvolvimento pleno do acadêmico em relação ao curso e o trabalho de conclusão de curso (TCC) deverá seguir este processo de articulação. A escolha do tema, elaboração e conclusão deste trabalho deverá ser desenvolvido de maneira conjunta entre aluno/acadêmico e docente/orientador baseado em projeto de pesquisa desenvolvido a partir do 8º semestre, na disciplina de TCC I, com sua conclusão e apresentação dos resultados no 9º semestre de curso, na disciplina de TCC II. O documento final deverá seguir o formato das Normas Brasileiras “ABNT” padrão para a “Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação”, com Manual adaptado que segue estas normas, e está disponibilizado no Site do Curso de Enfermagem do *Campus* Binacional.

A escolha do orientador deverá seguir a linha temática de interesse do mesmo e deverá ser realizada pelo próprio aluno também de acordo com experiências pregressas e afinidades com determinada área de pesquisa ou tema. Um orientador poderá orientar o número máximo de 6 (seis) alunos – ver observação abaixo - com carga horária pré-determinada para realizar a devida orientação. As orientações poderão ser realizadas no formato individual e coletivo, porém deverão ser registradas em formulários específicos como Registro de Orientação de TCC.

Quando da conclusão do projeto o aluno/acadêmico deverá apresentar oralmente o processo de desenvolvimento e os resultados obtidos à uma banca formada, com no mínimo 3 (três) professores, incluindo o orientador, de acordo com o tema a ser discutido e a área de concentração trabalhada. O mesmo trabalho deverá ser entregue, no formato de projeto na disciplina de TCC I e como monografia, na disciplina de TCC II.

O TCC é um exercício metodológico que consiste no desenvolvimento de um trabalho de pesquisa do cunho teórico prático que expressa o conhecimento de um assunto escolhido, emanado e relacionado às áreas temáticas do curso de graduação em Enfermagem para conclusão do mesmo. Deverá ser extraído da vivência do aluno ao longo do curso por intermédio das atividades previstas nas estruturas curriculares.

De acordo com a Resolução 11/2008 do CONSU, cada trabalho de conclusão de curso terá um máximo de 03 (três) alunos associados ao seu desenvolvimento, porém, de maneira geral

o TCC deve ser fruto de um trabalho individual, salvas as especificidades encontradas em cada turma, situações estas que serão analisadas em colegiado, como por exemplo, grande número de alunos se formando em um mesmo período e turma.

Após a matrícula na disciplina o TCC exige a submissão de um Projeto acadêmico, que deverá ser apresentado ao Colegiado de Curso para efeitos de homologação, através do preenchimento e

encaminhamento de um **Formulário de Apresentação** (Apêndice da Resolução 11/2008 CONSU). O desenvolvimento do TCC se dará a partir das disciplinas TCC I e TCC II, disponibilizadas nos 8º e 9º semestres cuja matrícula deverá ser realizada pelo aluno e deverão ser precedidas das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico e Metodologia da Pesquisa em Enfermagem, conforme descrição abaixo:

TCC I - Concentra-se na elaboração do projeto de pesquisa. O projeto será de responsabilidade do aluno, com o acompanhamento do Professor Orientador, o qual só poderá orientar no máximo três projetos. Nesta etapa, o professor orienta os alunos quanto à escolha do tema, levantamento e leitura do material bibliográfico, metodologia, etapas, conteúdo, cronograma, formatação e execução do projeto de pesquisa, o final desta fase coincide com a qualificação do projeto. O aluno ou grupo de alunos terão no TCC I, até 15 (quinze) minutos para apresentação do projeto, e a banca avaliadora tem 30 (trinta) minutos para as considerações, dividido entre os componentes da banca.

TCC II – Considerando a segunda fase (TCC II) é a realização da pesquisa (coleta, análise dos dados e apresentação dos resultados) e a confecção da monografia sob orientação do Professor Orientador. Nesta fase cada Orientador será responsável pelo acompanhamento de **até 03 (três) monografias**. Na apresentação do TCC II, os alunos terão até 30 minutos para apresentação, e a banca terá 30 (trinta) minutos para arguições, dividido entre os componentes da banca.

Observação: Em acordo com a Resolução 020/2015 CONSU/UNIFAP, em um mesmo semestre, o professor orientador poderá acompanhar até 06 (seis) trabalhos de TCC, entre as disciplinas TCC I e II. Salvas exceções a serem discutidas em Colegiado.

DAS MODALIDADES DE TCC

A modalidade de TCC no âmbito do Curso de Enfermagem poderá ser desenvolvida nos formatos descritos na Resolução 11/2008 – CONSU/UNIFAP em seu Art. 2º quais são:

I Monografia: gênero textual/discursivo da esfera acadêmica de acordo com os parâmetros

da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II Produções Diversas: artigo científico, relatório técnico, produção de vídeo, patentes, que sejam na área de abrangência das ciências da saúde.

A modalidade de TCC deverá ser aceita pelo orientador juntamente com o aluno. Não cabe apenas ao aluno a definição da modalidade.

DO ORIENTADOR

Art. 1° - É definido como professor orientador aquele que terá a incumbência em orientar o aluno de forma a aperfeiçoar sua capacidade científica e profissional inerente ao curso.

Art. 2° - Poderá ser orientador todo Professor pertencente ao quadro docente efetivo ou substituto da UNIFAP que tenha titulação mínima de Especialista.

Art. 3° - Professores credenciados em outras instituições poderão ser orientadores mediante aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 4° - O orientador poderá solicitar seu afastamento da orientação. Para o afastamento da orientação, o orientador deverá apresentar por escrito os motivos devidamente fundamentados ao docente responsável pelas disciplinas de TCC e para o Coordenador de Curso.

Art. 5° - Qualquer excepcionalidade deverá ser discutida em Colegiado.

Das atribuições do Orientador:

1. Apresentar ao acadêmico a sistemática do TCC.
2. Orientar os discentes quanto à escolha do tema de pesquisa, levantamento e leitura do material bibliográfico, metodologia, etapas, conteúdo e formatação dos trabalhos.
3. Atender os Acadêmicos nas diversas etapas do TCC.
4. Determinar o horário de atendimento a seus orientandos. Este horário, sempre que possível, deverá ser de conveniência do professor e do aluno.
5. Receber e encaminhar ao Professor responsável pela disciplina o Formulário de Apresentação que deverá ser entregue até 30 dias após o início da disciplina de TCC

I.

6. Avaliar o TCC para apresentação em Banca Examinadora.
7. Observar as normas que orientam os Trabalhos de Graduação presentes no manual da Universidade.
8. Manter registros com informações dos trabalhos sob sua orientação conforme modelo fornecido.
9. Cumprir prazos de correção e devolução do material aos acadêmicos.
10. Presidir os trabalhos da Banca de Avaliação Final.
11. Autorizar encaminhamento do TCC à Biblioteca após avaliação final.
12. O orientador deverá encaminhar para o responsável das disciplinas a sugestão da bancaexaminadora.

DO DOCENTE RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA

Art. 1º - O Docente responsável da disciplina será aquele que intermediará as atividades a serem realizadas no período de execução das disciplinas de TCC I e II e terá atribuições específicas como segue.

Das atribuições do Professor responsável pela disciplina:

1. Organizar as apresentações providenciando local e equipamentos necessários segundo a disponibilidade.
2. Organizar, juntamente com o Professor Orientador, as bancas examinadoras.
3. Deverá apresentar ao Colegiado de Curso a lista com as informações das orientações correntes: título do projeto, nome do(s) orientando(s), orientador e membros da banca.
4. Disponibilizar e encaminhar aos acadêmicos os formulários de acompanhamento de TCC.
5. Orientar em relação às regras e normas, definidas no PPC, em cada disciplina (TCC I e II).
6. Receber outras demandas relacionadas às disciplinas.

DO ORIENTANDO

Art. 1º - O orientando poderá pedir a substituição do orientador.

§ 1º Para alteração de orientador o aluno deverá apresentar por escrito os motivos devidamente fundamentados ao Professor das disciplinas TCC I e II e ao Coordenador de Curso e Colegiado do Curso.

§ 2º Cabe ao Colegiado do Curso a decisão do aceite ou não da substituição do orientador.

Ao orientando, compete:

1. Definir área temática, consultar previamente o Professor Orientador sobre sua possibilidade de aceitar a orientação, preenchendo o Termo de Aceite de Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá ser encaminhado pelo aluno ao Professor da disciplina.
2. Frequentar as aulas, reuniões, seminários, encontros e cumprir o cronograma de orientação do TCC, conforme definido com o orientador e Professor das disciplinas.
3. Tomar conhecimento da política do TCC e sua sistemática, por meio do Professor da disciplina e Professor Orientador.
4. Elaborar o projeto de TCC e encaminhá-lo ao Professor Orientador.
5. Realizar a atividade de TCC conforme o previsto no Projeto, e dentro do cronograma.
6. Apresentar três cópias (encadernação em espiral) do Projeto do TCC autorizado pelo Professor Orientador à Coordenação de Curso (TCC I e TCC II).
7. Comparecer para qualificação e defesa do TCC perante a Banca Examinadora, em data estipulada.
8. Reformular o TCC de acordo com as indicações da Banca Examinadora, quando for o caso.
9. Apresentar a versão final nos padrões afixados pela UNIFAP, em CD, formato PDF, incorporando as sugestões da banca, quando houver. O encaminhamento do CD deverá ser acompanhado de declaração de autorização para divulgação do trabalho.
Da formatação do CD:

I. Na capa do *CD-rom* deverão constar os seguintes dados de identificação:

- a) nome da Instituição a que o trabalho é submetido;
- b) nome completo do Curso realizado;
- c) nome do(s) autor(es) do trabalho;
- d) título do trabalho e subtítulo (se houver);
- e) titulação e nome do orientador do trabalho;
- f) local (cidade) da Instituição onde o trabalho é apresentado;
- g) ano da entrega do trabalho.

II. Na contracapa do *CD-rom* deverá constar o Resumo do trabalho;

III. O próprio *CD-rom* deverá vir identificado com todos os elementos listados no inciso I, à exceção do previsto na alínea “e”.

Parágrafo único: o projeto gráfico do *CD-rom* é de responsabilidade do(s) autor(es) do TCC.

1. O prazo máximo para entrega da versão final deverá ser realizado em, no máximo, 30 (trinta) dias, após a banca.
2. Adotar em todas as situações postura ética, responsável e profissional.
3. Se o trabalho for em grupo e o mesmo venha a ser desfeito mesmo após a qualificação do projeto, os direitos autorais do projeto pertencem a todos os participantes, e caso um não ceda os direitos autorais ao outro, todos devem fazer um novo projeto individual ou com ou outro aluno e passar por uma nova qualificação, necessitando obter uma nova nota.

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 1° - A banca examinadora será presidida pelo Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 2° - A banca será composta por dois docentes da UNIFAP ligados a área de concentração a qual o trabalho foi desenvolvido.

Art. 3° - Poderão fazer parte da banca docentes de outras instituições desde que

previamente autorizado por Colegiado.

À Banca compete:

1. Avaliar o trabalho de graduação de acordo com os itens previstos no manual da Universidade.
2. Recomendar correções e/ou adequações ao trabalho e realização de nova apresentação.
3. Aprovar ou reprovar o aluno.

DAS COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

1. Publicar a relação dos Professores Orientadores, linhas de pesquisa e número de vagas se houver, no prazo de uma semana antes do período de inscrições.
2. Receber o TCC em três vias, já autorizado pelo Professor da disciplina e pelo Professor Orientador e encaminhá-las aos membros das bancas:
 - TCC I – Projeto deverá ser encaminhado com o prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência à data de qualificação para os docentes componentes da banca, ou seja, entregue com pelo menos 12 (doze) dias de antecedência pelo aluno à Coordenação;
 - TCC II - Monografia deverá ser encaminhada com o prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência à data de defesa para os docentes componentes da banca, ou seja, entregue com pelo menos 17 (dezesete) dias de antecedência pelo aluno à Coordenação;
3. Encaminhar o resultado das avaliações finais ao DIRCA/DERCA.
4. Encaminhar TCC à Biblioteca após autorização do aluno e do Professor Orientador.

DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

1. Administrar a política de TCC, cumprindo o previsto na legislação.

2. Discutir a composição das bancas examinadoras
3. Sugerir Professores Orientadores nas ocasiões em que o estudante enfrentar dificuldades de encontrar orientador ou em outras situações que possam surgir.
4. Atualizar e estabelecer a metodologia, regras e formatos dos Trabalhos de Conclusão de Curso inclusive para as apresentações.
5. Trabalhar pela divulgação e reconhecimento do valor dos trabalhos pela comunidade.

Às disciplinas de TCC I e II, serão atribuídas notas de zero (0,0) a dez (10,0), pela banca examinadora; sendo aprovado o aluno que alcançar nota mínima, quando do cálculo da média dos avaliadores, de cinco (5,0).

APÊNDICE F – REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE
CURSO DE ENFERMAGEM**

**REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
ENFERMAGEM**

Resolução CONSU N° 20/2018, de 15 de maio de 2018

**OIAPOQUE – AP 2021
SEÇÃO I**

DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º - O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Enfermagem, da UNIFAP – *Campus* Binacional.

Art. 2º - O NDE é um órgão consultivo da coordenação de curso, responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso, além da assessoria em outras matérias de natureza acadêmico-pedagógica.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- II. Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades do curso, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área de conhecimento dos docentes;
- V. Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de enfermagem;
- VI. Propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- VII. Propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- VIII. Convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- IX. Levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- X. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.

SEÇÃO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º - O Núcleo Docente Estruturante terá a seguinte constituição:

- I. A Coordenação de Curso, como seu presidente;
- II. No mínimo de 5 docentes pertencentes ao corpo docente do curso, preferencialmente garantindo-se a representatividade das áreas do curso e de docentes que participaram do projeto do curso.

§ 1º - Pelo menos 60% dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu dando preferência para aqueles portadores do título de doutor, quando houver.

§ 2º - Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho de tempo integral, ou no caso de Tempo Parcial, será obrigatório que no mínimo 20% tenham registro de Tempo Integral.

Art. 5.º - A indicação dos membros do NDE será feita por meio de procedimentos estabelecidos pelo Colegiado de Curso, tomando como base os critérios definidos no Art. 4.º.

§ 1º - Na indicação dos membros do NDE deve-se prever a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

Parágrafo Único - O NDE deverá escolher por eleição dentre os seus membros um Vice-Presidente.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º - Compete ao Presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito ao voto de qualidade (voto de desempate);
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;
- IV. Designar um membro do NDE a cada reunião para secretariar e lavrar as atas;
- V. Coordenar a integração do NDE com os demais colegiados e setores da instituição.

SEÇÃO V

DAS REUNIÕES

Art. 7º - O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do Presidente, de acordo com calendário estabelecido no início do período letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 8º - As reuniões funcionarão com 2/3 (dois terços) dos seus membros. Constatada a falta de quórum, o início da sessão fica transferido para 15 (quinze) minutos e, após este prazo, funcionarão com maioria simples.

Parágrafo Único - Esgotados os 15 (quinze) minutos e não sendo atingido o número mínimo, a reunião será cancelada e os professores que não atenderam à convocação se sujeitarão as penalidades previstas no Art. 9º.

Art. 9º - O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

§ 1.º - Toda justificativa deverá ser apreciada pelo NDE na reunião subsequente.

§ 2.º - Se a justificativa não for aceita, será atribuída falta ao membro no dia correspondente.

§ 3.º - O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas reuniões seguidas ou a quatro alternadas no período de 12 (doze) meses, será destituído de sua função.

Art. 10º - A pauta das reuniões ordinárias, indicadas na convocação constará de três partes, na seguinte ordem:

- I. Expediente;

II. Ordem do dia; e

III. Comunicação dos membros.

Art. 11º - As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12º - Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será lida na reunião seguinte.

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 13º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

APÊNDICE G - REGIMENTO DOS LABORATÓRIOS DO CURSO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
CAMPUS BINACIONAL - OIAPOQUECURSO DE ENFERMAGEM
LABORATÓRIO DE MORFOFISIOLOGIA E IMUNOPARASITOLOGIA

***REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE
MORFOFISIOLOGIA E IMUNOPARASITOLOGIA***

Coordenador do laboratório: Luísa Antônia Campos Barros

Oiapoque – Amapá2021

1 INTRODUÇÃO

O Laboratório de Morfofisiologia e Imunoparasitologia do *Campus* Binacional – vinculado ao curso de enfermagem, objetiva permitir a promoção de aulas práticas à nível de graduação, bem como permitir o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão aos discentes da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP visando à aquisição de conhecimento.

2 OBJETIVO

O laboratório de Morfofisiologia e Imunoparasitologia do *Campus* Binacional tem como objetivo atender às práticas de ensino, contribuir para o desenvolvimento de pesquisa científica e atividades de extensão.

3 DO COORDENADOR DO LABORATÓRIO

A coordenação do laboratório será exercida por um docente lotado no colegiado de enfermagem com formação acadêmica e responsável por disciplina relacionada a área de atuação do laboratório, sendo este aprovado pelo colegiado do curso de enfermagem.

4 COMPETE AO COORDENADOR DO LABORATORIO

- 1.1 Assegurar que o regimento e as normas dos laboratórios sejam cumpridos;
- 1.2 Conservar o patrimônio do laboratório;
- 1.3 Autorizar por escrito a permanência de usuários nos laboratórios fora do horário determinado;
- 1.4 Autorizar a liberação de qualquer patrimônio do laboratório, desde que visando o interesse do Curso de Enfermagem e suas disciplinas, ou mesmo dos demais cursos do *Campus* Binacional, sendo necessário o envio de um ofício à Coordenação do Enfermagem;
- 1.5 Autorizar o uso do laboratório tanto no caso das atividades de estudo e ensino como no caso de utilização para outros fins (atendimentos de discentes, pesquisas, desenvolvimento de estudos não relacionados com as aulas práticas, reuniões, etc.).

- 1.6 Suspender o direito de uso de um usuário, mesmo se estiver autorizada sua permanência no laboratório, em caso de infração à qualquer regra deste regimento;
- 1.7 Resolver casos não previstos no regimento, juntamente com a coordenação do curso;
- 1.8 Quando necessário vetar utilização do laboratório aos usuários;
- 1.9 Coordenar e organizar o calendário semestral e horário de uso do laboratório, assegurando que haja um atendimento eficiente aos docentes e discentes para as atividades didáticas, assim como para atividades de pesquisa e extensão;
- 1.10 Atualizar periodicamente, a cada semestre letivo, a lista de usuários e monitores que utilizam os laboratórios;
- 1.11 Gerenciar o laboratório e seu(s) técnico(s) no sentido de cuidar de sua estrutura geral: materiais permanentes e de consumo, instalações, assegurando o funcionamento de cada um desses itens;
- 1.12 Encaminhar para o Coordenador do Curso e/ou Colegiado do Curso as situações de perdas ou danos materiais, para averiguar a existência de atitude de displicência, negligência, irresponsabilidade ou falta de cumprimento deste regimento por parte do usuário.

5 DOCENTES USUÁRIOS

Compete a cada docente usuário dos laboratórios:

- 1.13 Entregar ao coordenador do laboratório o programa de aulas a ser realizado durante o semestre;
- 1.14 Assegurar-se de que os discentes que irão utilizar o laboratório tenham sido previamente instruídos nas boas práticas de segurança;
- 1.15 Orientar os discentes a manter o laboratório em ordem ao término das aulas práticas;
- 1.16 Seguir as orientações de segurança descritas no presente regimento.

6 DOS DISCENTES USUÁRIOS

- 1.17 Observar os procedimentos e recomendações afixados no Laboratório para a utilização e o manuseio dos equipamentos.

- 1.18 Zelar pela conservação do patrimônio durante a permanência no laboratório.

7 FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO

- 1.19 O laboratório está disponível para o uso da comunidade acadêmica nos seguintes horários; Segunda a Sexta: Matutino – 7:40h às 11:50h, Vespertino – 13:40 às 17:50h, Noturno – 19:00h às 22:30h. Sábado: Matutino – 7:40h às 11:50h.
- 1.20 Para fazer a reserva do laboratório para o desenvolvimento de aulas práticas didáticas, o professor responsável pela disciplina deverá enviar para o coordenador do laboratório no início do semestre letivo o plano de ensino da disciplina previamente aprovado no colegiado do curso, com o cronograma e datas das aulas práticas que serão desenvolvidas durante o transcorrer da disciplina no semestre vigente. Baseado nesse cronograma, o coordenador do laboratório agendará as aulas práticas.
- 1.21 Além da realização de atividades didáticas, o coordenador do laboratório será responsável em agendar a utilização do espaço para realização de pesquisa, monitoria e ações de extensão. Visto a necessidade o espaço poderá ser utilizado ainda por outros interessados mediante solicitação ao responsável do laboratório.
- 1.22 Os horários para realização das atividades que constam no item 3.3 deverão ser previamente agendados com antecedência de 7 dias. O interessado deve enviar solicitação com data, período da atividade a ser desenvolvida ao coordenador do laboratório.
- 1.23 O professor responsável pela aula prática didática ou por qualquer tipo de atividade no laboratório deverá assinar o caderno de controle interno, especificando o horário de entrada e saída. Deve ainda relatar os reagentes utilizados e quantidade utilizada de cada reagente. Ainda deverá informar sobre qualquer tipo de eventualidade como quebra de vidrarias ou má utilização de algum equipamento ao coordenador do laboratório.
- 1.24 O agendamento de aulas práticas didáticas será prioridade sobre qualquer outro tipo de atividade. Será realizado prioritariamente o agendamento de aulas práticas didáticas e posteriormente em horários vagos o agendamento de outras atividades.

- 1.25 O laboratório possui capacidade máxima de 15 alunos para realização de aula prática didática. Em turmas onde o número de alunos exceda a capacidade do laboratório, faz-se necessário a divisão da turma em grupos. A divisão é necessária tanto por questões pedagógicas, de infraestrutura, e como questão de segurança.
- 1.26 Os alunos em aula prática só deverão ter acesso ao laboratório com a presença do professor da disciplina ou do técnico, devendo o responsável permanecer com os alunos durante o período de desenvolvimento das atividades.
- 1.27 As atividades práticas de monitoria devem ser previamente agendadas, e devem ser supervisionadas pelo professor responsável pela disciplina. É atribuição do professor organizar e agendar os horários das monitorias assegurando o funcionamento regular das atividades de ensino no laboratório.
- 1.28 O monitor deve ser pontual, assíduo e responsável pela organização e limpeza do laboratório nos períodos de monitoria. O aluno monitor deverá relatar suas experiências e as atividades desenvolvidas ao professor responsável que deverá orientar a conduta do monitor.
- 1.29 É expressamente proibido ceder a qualquer aluno as chaves do laboratório. Os alunos autorizados pelo coordenador poderão fazer a retirada da chave do laboratório com os responsáveis pelo controle das mesmas.
- 1.30 Toda, ou qualquer alteração percebida durante o desenvolvimento de atividades dentro do laboratório, deverá ser informada ao coordenador do laboratório, ao professor ou técnico, sempre que o aluno detectar quaisquer anomalias ele deverá avisar o professor ou técnico.

8 DAS ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA NOS LABORATÓRIOS

1. Para a preservação do ambiente acadêmico necessário às atividades dos laboratórios e importante:
 - A) não comer, beber e fumar dentro dos laboratórios;
 - B) manter silêncio;
 - C) preservar a limpeza do ambiente;
 - D) conservar mobiliário, como mesas e cadeiras;

- E) usar o jaleco, sapatos fechados e dependendo da aula, fazer o uso de máscara e luvas.
 - F) utilizar as instalações e os equipamentos do laboratório da forma recomendada pelos procedimentos(em caso de dúvida, informar-se com os responsáveis);
 - G) identificar-se sempre que solicitado.
2. Ao fazer uso dos equipamentos/aparelhos/máquinas, o discente deve:
- A) verificar se a máquina apresenta as condições necessárias para uso;
 - B) reportar qualquer problema ao responsável, caso constate alguma irregularidade;
 - C) no caso da não observância do inciso anterior, a responsabilidade pela utilização passa a ser do próprio discente.
3. Ao fazer uso da máquina, o discente não deve:
- A) utilizar o equipamento com o intuito de alterá-lo, mudá-lo de posição, retirar ou conectá-lo a qualquer outro equipamento;
 - B) causar danos nos equipamentos;
 - C) instalar softwares de qualquer natureza;
 - D) retirar materiais ou equipamentos dos laboratórios.



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
CAMPUS BINACIONAL - OIAPOQUE
CURSO DE ENFERMAGEM**

***REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE LABORATÓRIO
DE PRÁTICAS DE ENFERMAGEM***

Coordenadora do Laboratório: Renata Simões Monteiro

OIAPOQUE – Amapá

2021

Capítulo I Da Apresentação

Art. 1º. O Laboratório de Práticas de Enfermagem da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, tem seu funcionamento em espaço próprio, localizado na Rodovia BR-156, nº 3051, Bairro Universidade, na cidade de Oiapoque-AP CEP: 68.980-000. A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é uma instituição de ensino superior, autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

Art. 2º. É composto por um laboratório no qual são realizadas aulas práticas de enfermagem.

Capítulo II Das Finalidades

Art. 1º. O Laboratório de Práticas de Enfermagem provém atividades acadêmicas do curso, abrangendo atendimentos, prioritariamente, aos alunos de todos os semestres.

Art.2º. O uso do laboratório tem como finalidade desenvolver atividades práticas, pedagógicas e curriculares do curso de Enfermagem.

Art.3º. O Laboratório de Práticas de Enfermagem é utilizado para a integração prática/teoria, a fim de ampliar e concretizar o conhecimento, para que, a partir do estudo de forma metodológica, o acadêmico aproprie-se do saber e desenvolva habilidades para atenção à saúde humana, por meio de aulas práticas.

Art. 4º. É proibida a retirada de quaisquer peças anatômicas e/ou materiais do ambiente laboratorial sem a autorização expressa do responsável pela gestão do laboratório.

Capítulo III - Dos Objetivos Específicos

Art. 1º. Instrumentalizar os acadêmicos para a aquisição de habilidade, destreza e agilidade nos procedimentos, capacitando-os para a prática profissional a partir dos conhecimentos adquiridos no curso.

Art. 2º. Proporcionar aos alunos a oportunidade de refletir sobre a aplicabilidade da teoria nas aulas práticas.

Art. 3º. Proporcionar cumprimento de Ementas das disciplinas que destinam carga horária prática laboratorial, por parte dos docentes.

Art. 4º. Desenvolver conhecimentos específicos relacionados à utilização de laboratórios e às normas de biossegurança, assumindo senso de responsabilidade e identificação com os

conteúdos ministrados, contribuindo assim para a qualidade da formação acadêmica.

Capítulo IV - Do Funcionamento

Art. 1º. O laboratório de práticas de enfermagem permanecerá aberto para as aulas práticas previamente definidas e agendadas.

Art. 2º. Todo dano de material deve ser comunicado ao Coordenador do laboratório no exato momento em que ocorrer para as providências necessárias.

Art. 3º. Acadêmicos e professores deverão utilizar adequadamente os Equipamentos de Proteção Individuais necessários aos procedimentos.

Art. 4º. Todos os envolvidos em seu uso deverão manter os Laboratórios limpos e organizados, obedecendo à disposição dos móveis, equipamentos e materiais determinados.

Art. 5º. Todos devem recolher e destinar adequadamente o lixo gerado após as atividades no laboratório.

Art. 6º. O Laboratório de Práticas de Enfermagem será mantido trancado e será aberto apenas às atividades previamente agendadas pelos professores.

Art. 7º. É obrigação de alunos e professores zelar pela ordem e manutenção do laboratório.

Art. 8º. Os docentes devem solicitar, por requerimento, o acesso ao Laboratório de Enfermagem, para o desenvolvimento de aulas práticas e/ou outras atividades acadêmicas e de pesquisa.

Capítulo V Da Utilização

Art. 1º. Será permitida a presença de alunos no Laboratório de Práticas de Enfermagem, acompanhados do professor durante as atividades de ensino; é proibida a entrada de visitantes sem autorização do responsável pelo laboratório.

Art. 2º. Os alunos deverão apresentar-se trajados com jalecos brancos longos de meia manga ou manga comprida, crachá de identificação pessoal, calça comprida e sapatos fechados, para adentrarem o ambiente laboratorial.

§ 1º. Alunos e professores não poderão adentrar as instalações do Laboratório de Práticas de Enfermagem sem a indumentária exigida.

§ 2º. A indumentária exigida é considerada Equipamento de Proteção Individual; dessa forma, é proibida a permanência nas instalações do laboratório, trajando shorts, bermudas e pés expostos em chinelos e sandálias.

§ 3º. Exige-se ainda: unhas aparadas e sem esmaltes escuros, cabelos presos, barbas feitas, ausência de adornos corporais.

Art. 3º. Os materiais de uso do laboratório somente serão fornecidos para utilização no interior do ambiente, qualquer retirada de materiais para utilização externa deverá ter permissão expressa da Coordenadoria.

Art. 4º. É proibido aos professores e alunos fazerem refeições ou permanecerem com alimentos dentro do laboratório.

Art. 5º. É vedado aos alunos executar atividades alheias às orientadas pelo professor, pois serão disponibilizados os materiais necessários aos procedimentos, de acordo com as solicitações agendadas.

Art. 6º. Alunos e professores deverão zelar pelos materiais e equipamentos do laboratório, utilizando-os conforme orientação do professor, evitando desperdícios e uso inadequado.

Art. 7º. O laboratório é ambiente de estudo, portanto, os alunos deverão manter silêncio e comportamento probo.

Art. 8º. É proibido o manuseio de celulares, máquinas fotográficas, gravadores, rádios, filmadoras e computadores durante período de monitoria.

Art. 9º. O aluno que manusear equipamentos e materiais de forma negligente e sem autorização do professor será responsabilizado caso ocorra dano aos assim manuseados.

Art. 10. Alunos e professores devem manter os laboratórios em ordem após o término das atividades.

Art. 11. Em casos de acidente envolvendo materiais perfuro-cortantes ou fluídos orgânicos, o professor deverá tomar as condutas pertinentes, conforme as normas padrões de biossegurança.

Art. 12. Os professores deverão verificar previamente a existência dos materiais necessários às aulas para que possa proceder à solicitação de compras, possibilitando assim que sejam providenciados em tempo hábil.

Art. 13. É vedada a entrada de todos os tipos de bolsa e sacola no laboratório, devendo os

pertences dos alunos e professores serem acondicionados nos locais indicados pelo professor.

Art. 14. Compete ainda à Coordenadoria cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Capítulo VI Da Organização

Art. 1º. O Laboratório de Enfermagem será regido por este regulamento, aprovado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 2º. O Responsável Técnico pelo Laboratório de Enfermagem é professor designado mediante Portaria.

Capítulo VIII - Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 1º. Todos os docentes, discentes, técnicos administrativos, e demais prestadores de serviços devem obrigatoriamente obedecer às normas.

Art. 2º. Este regulamento deverá ser de conhecimento de todos os professores, alunos e funcionários que freqüentem e trabalhem no laboratório.

Capítulo IX Das Penalidades

Art. 1º. No caso de extravios e danos intencionais causados ao(s) material(is) dos laboratórios, serão aplicadas as penalidades regimentais: cobrança dos valores das peças comprometidas aos infratores, advertência e suspensão temporária da utilização do laboratório pelo aluno e/ou professor.

Art. 2º. As penalidades previstas serão aplicadas, regimentalmente, pelo Responsável Técnico do Laboratório do Curso de Enfermagem.

Este Regimento entrará em vigor após sua apresentação no Núcleo Docente Estruturante e posterior aprovação no Colegiado do Curso de Enfermagem, que deu-se em __/__/2019.

EQUIPAMENTOS E MATERIAL FIXO

ITEM	EQUIPAMENTO	Nº PATRIMÔNIO	QUANTIDADE
01	Mesa *	----	02
02	Biombo	15330,15331	02
03	Maca c/ armário	15326,15327	02
04	Maca ginecológica	15328,15329,15338,15339	04
05	Hamper	15344 a 15353	10
06	Monitor cardíaco *	15359 a 15362	05
07	Ventilador pulmonar	20180,20181	02
08	Bomba vácuo aspiradora	15340,15341	02
09	Bomba de infusão	15342,15343	02
10	Bomba de inf. de seringa	20105 a 20112	08

ITEM	EQUIPAMENTO	Nº PATRIMÔNIO	QUANTIDADE
11	Estetoscópio *	----	14
12	Medidor de glicose *	----	13
13	Termômetro digital *	----	20
14	Oftalmoscópio	15332 a 15335	04
15	Cuba rim	20149 a 20168	20
16	Bacia	20129 a 20148	20
17	Cuba redonda *	----	20
18	Cronômetro *	----	02
19	Termômetro dig. espeto *	----	03
20	Caneta autoclavável	14748 a 14753	06
21	Ambu pediátrico *	----	15
22	Reanimador M. pediátrico*	----	10
23	Ambu Sil. Adulto *	----	10
24	Kit reservatório Ambu Ad.*	----	09
25	Colar cervical*	----	10
26	Manequim Unisex*	20216,20217	04
27	Armário*	----	07
28	Negatoscópio	15364,15365,20174,20175	04
29	Autoclave	15211,15212,15213	03
30	Balança	20178, 20179	02
31	Quadro Branco	15866	01

* sem número de patrimônio